

PPC

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA

2022



**Faculdade Municipal de Educação e
Meio Ambiente - FAMA**



Civelândia - PR
2022



FAMA
Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente
Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

Mantenedora

Prefeitura Municipal de Clevelândia/PR. CNPJ nº 76.161.199/0001-00

Nome da Mantida

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - FAMA

Código da IES

22015

Caracterização da IES

Pública Municipal

Sistema

Sistema Estadual de Ensino, Estado do Paraná

Lei Municipal

nº 2.542, de 20 de outubro de 2015

Decreto de Credenciamento

Decreto do Estado do Paraná nº 3.755 de 30/03/2016

Sede

Clevelândia/PR

Endereço

Coronel Manoel Ferreira Bello, 270, Centro

CEP

85.530.000

Telefone

(46) 3252 3399

Site

www.famapr.edu.br



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



EQUIPE GESTORA

Prefeita Municipal

Rafaela Martins Losi

Direção Geral

Braian Lucas Camargo Almeida

Coordenadora Pedagógica

Angelita do Carmo Corá de Ávila

Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração

Adilson Jairo Argenta

Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Mara Cristina Fortuna da Silva

Coordenação do Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Alonso Decarli

Coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Relações com a Comunidade

Thais de Jesus Ferreira

Coordenação do Núcleo de Atendimento ao Discente e Docente

Fabiane Carbonari Menegussi

Coordenação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Angelita do Carmo Corá de Ávila

Coordenação de atividades de Educação à Distância

Alonso Decarli

Gerente das Unidades de Conservação

Mario Sérgio Tagliari



FAMA
Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Carga Horária destinada à Extensão.....	28
Quadro 02 – Carga Horária atividades práticas.....	38
Quadro 03 – Matriz Curricular.....	39
Quadro 04 – Eixos de Formação da Estrutura Curricular.....	43
Quadro 05 – Carga Horária total.....	46



SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DO CURSO	06
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	07
1.2 PERFIL E CAMPO DE ATUAÇÃO DO EGRESSO.....	07
1.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	10
1.4 DA COORDENAÇÃO DO CURSO.....	11
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	11
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	13
3.1 ELEMENTOS NORTEADORES DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO.....	13
3.2 EIXO INTERDISCIPLINAR – AMBIENTALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS SUSTENTÁVEIS.....	16
3.3 EIXO CENTRAL: AMBIENTALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS SUSTENTÁVEIS.....	21
3.4 ARTICULAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	23
3.4.1 Curricularização da Extensão no Curso de Graduação de Pedagogia da FAMA.....	27
3.4.2 Políticas de Pós-Graduação na FAMA.....	28
3.5 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	31
3.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	33
3.7 ATIVIDADES PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO EM ÁREAS ESPECÍFICAS.....	33
3.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	35
3.9 DA CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR.....	36
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	39
4.1 MATRIZ CURRICULAR.....	39
4.2 EIXOS DE FORMAÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	43
4.3 CARGA HORÁRIA TOTAL.....	46
4.4 DA CARGA HORÁRIA À DISTÂNCIA.....	46
4.5 ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO FEDERAL E DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO.....	46
4.6 EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	47
5 CORPO DOCENTE	47
5.1 COLEGIADO DO CURSO.....	48
5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	48
5.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	48
6 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	53
7 INFRAESTRUTURA DE APOIO ACADÊMICO	54
7.1 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	54
8 NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE	55
9 INSTALAÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS ACADÊMICOS E PEDAGÓGICOS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXOS	59



1 DADOS GERAIS DO CURSO

A Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA é mantida pelo Poder Público Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, instituída pela Lei Municipal nº 2.542, de 20 de outubro de 2015 e recredenciada pelo Decreto Estadual nº 3.755, publicado no Diário Oficial do Estado em 31 de março de 2016. É uma instituição de caráter público com autonomia administrativa, didático-pedagógica e disciplinar, que tem como objetivo a oferta de cursos de graduação aos acadêmicos de Pedagogia (Licenciatura), Administração (Bacharelado), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnologia) e demais cursos que forem autorizados de acordo com o cronograma previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); com diferenciais voltados ao contexto social regional, estadual e nacional, cada vez mais dinâmico e exigente, no que se refere à qualidade de ensino e asólida formação profissional, fundamentada nos conhecimentos técnicos, humanístico, sociais e na formação do cidadão consciente e reflexivo, comprometido com a sociedade e o meio ambiente.

O curso de Graduação em Pedagogia está inserido em uma região do sudoeste do Paraná, em que o desenvolvimento econômico é baseado na pecuária e agricultura e grande reserva de florestas, ainda não danificadas por ações da humanidade. Nesse sentido, o Curso de Pedagogia da FAMA, faz parte de uma instituição preocupada com a preservação do Meio ambiente, contando com três Parques Ambientais¹, objetivando assim, formar pedagogos para a formação infantil, anos iniciais do Ensino fundamental, gestores escolares, docentes para cursos de formação em nível médio e pedagogos para atuarem em espaços não escolares.

A demanda pelo curso de Pedagogia é expressiva no Brasil, nos estados e municípios brasileiros, considerando que no contexto atual, vivenciamos grandes desafios nas escolas e sistemas de ensino, devido as grandes diversidades sociais, culturais, étnicas, religiosas, entre outras.

¹ Parque Municipal Natural Mozart Rocha Loures; Parque Municipal Natural Antônio Sansão Pacheco e Parque Municipal Natural Tamarino de Ávila e Silva.



1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- Titulação conferida: Licenciado (a) em Pedagogia
- Modalidade de curso: Presencial
- Duração do curso: 08 (oito) semestres – 4 (quatro) anos
- Número de vagas: 40 (quarenta) vagas anuais
- Carga horária total: 3.462 (três mil, quatrocentas e sessenta e duas) horas
- Horário de funcionamento: Noturno
- Portaria de Reconhecimento: Portaria Ministerial nº 67, de 24 de Março de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 24 de Março de 2016.
- Conceito de Enade: 03 (três)
- Processo de ingresso: Processo Seletivo Simplificado (Vestibular) e Sistema de Seleção Unificada (SISU)

1.2 PERFIL E CAMPO DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

Acredita-se que para compor o perfil do acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia, deve-se levar em consideração a formação de valores culturais, sociais e éticos contribuindo com a formação de futuros pedagogos que se pautem em uma educação para “todos” como determina a Constituição Federal Brasileira (1988), de modo que o respeito ao outro sejam características desses egressos.

O perfil do egresso necessita contemplar consistente formação teórica articulada com a prática, as quais se articulam durante todo o período do curso, necessitando ser composto por variadas dimensões práticas na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Gestão escolar, e em ambientes não escolares, tais como, hospitais, Centro de Referências Sociais, Casas Lares, Lar de idosos, Tribunais de Justiça, Ministério Público, empresas, entre outros, através de planejamento, administração, coordenação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas educacionais. De acordo com o Parecer, o qual determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, ao final do curso de Licenciatura em Pedagogia, o egresso deverá estar apto:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a



contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Incluir educandos com deficiência no processo de aprendizagem, realizando adaptações e flexibilizações curriculares e de avaliações quando necessário;
- Aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas



sexuais, entre outras; – desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

- Participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes (MEC, 2006).

O egresso também deve considerar as diversidades encontradas na educação (étnicas, religiosas, culturais, filosóficas, pessoas com deficiências entre outras) respeitando as particularidades dos sujeitos com que atuará. Nessa perspectiva, espera-se que ao final do curso de Pedagogia, o egresso esteja apto a respeitar as diversidades encontradas no âmbito educacional e social, capaz de compreender as transformações sociais do processo de produção na sociedade, de cooperar com a construção de uma sociedade pluralista, domine os aspectos básicos para a produção de conhecimentos, das tecnologias que beneficiem o processo educativo, reconhecem a importância de ser um professor pedagogo-pesquisador, que seja capaz de dominar conhecimentos, habilidades e técnicas, e práticas pedagógicas, e por fim, contribua com o processo de formação global de



todos os cidadãos.

1.3 OBJETIVOS DO CURSO

A partir do perfil profissional, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está estruturado a partir dos seguintes objetivos:

- Formar os profissionais na área de Pedagogia, legalmente habilitados para o exercício profissional em instituições públicas ou privadas de educação escolar e não escolar;
- Credenciar profissionais aptos ao desenvolvimento da pesquisa em educação, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- Credenciar profissionais para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das disciplinas pedagógicas para a formação de professores, na educação especial, na educação de jovens e adultos, e em outras áreas emergentes no campo socioeducacional.
- Credenciar profissionais para atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas (planejamento, administração, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional) do campo educacional em contextos escolares e não escolares.
- Formar profissionais capazes de: questionar a realidade, formular problemas e buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica; compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania consciente e crítica; compreender, de forma ampla e consciente, o processo educativo, considerando as características das diferentes realidades enéveis de especialidades em que se processam.
- Desenvolver a compreensão sobre o contexto da realidade social da escola brasileira (seus valores, representações, história e práticas institucionais) de modo a poder assumir uma postura crítica e responsável pela transformação dessa realidade, contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de interação e de trabalho escolar.
- Estabelecer e vivenciar processos de teoria e prática, de ação reflexão ação ao longo do Curso, tomando a prática educativa como objeto de reflexão, de modo a criar soluções apropriadas aos desafios específicos



que enfrenta.

- Desenvolver e avaliar projetos políticos pedagógicos, de ensino e de aprendizagem, estimulando ações coletivas na escola, de modo a caracterizar nova concepção de trabalho educativo.

1.4 DA COORDENAÇÃO DO CURSO

- Coordenadora do Curso: Mara Cristina Fortuna da Silva
- Formação acadêmica: Pedagoga, Mestre em Educação
- Regime de trabalho: 20 (vinte) horas
- Tempo de exercício na IES: 3 (três) anos
- Atuação profissional na área: 6 (seis) anos

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A constituição da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA está entrelaçada com o histórico da Fundação de Ensino Superior de Clevelândia, que nasceu com atribuições e competências estabelecidas no seu Estatuto, da parceria entre a iniciativa pública e privada, no ano de 2000, com o objetivo principal de manter a Faculdade FESC.

Esta instituição se tornou realidade em face de iniciativas empreendedoras de cidadãos Clevelandenses. Não se trata de um empreendimento mercadológico, mas de uma ação social que visa atender as necessidades e aspirações da comunidade.

A Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, foi resultado do desprendimento de muitas pessoas, como prova de que o desenvolvimento deste município se dá pelo esforço coletivo e pela construção de uma história, de conhecimentos e conquistas.

A Fundação de Ensino Superior de Clevelândia – FESC, instituição sem finalidades lucrativas, foi criada pela Lei Municipal nº. 1.610 de 30 de setembro de 1999, gerida pelo Conselho de Curadores, iniciou suas atividades acadêmicas com o Curso de Administração Empresarial com Ênfase em Agronegócios, autorizado a funcionar pelo Decreto nº. 3.755, de 21 de março de 2001, sendo reconhecido em 17



de maio de 2005, pelo Decreto nº. 4.827/05.

No ano seguinte, a SETI/CEE, autorizou o funcionamento do curso de Geografia – Licenciatura Plena, pelo Decreto nº. 5.493/02, o qual foi reconhecido pelo Decreto nº. 6.629, em 09 de março de 2006. Em 31 de janeiro de 2006, foi autorizado o curso de Análise e desenvolvimento de Sistemas, pelo Decreto nº. 6.069/06, com 40 alunos matriculados, e, por último foi implantado o curso de pedagogia, autorizado a funcionar através do parecer do CEE/ Paraná nº 219/10 de 08 /11/2010.

Pelo Edital Seres/MEC nº 01, de 09 de agosto de 2011 – ficou estabelecido um Regime de migração de sistemas das instituições de educação superior privadas ligadas aos Conselhos Estaduais de Educação, que passaram à jurisdição do Conselho Nacional de Educação.

Durante o ano de 2015, iniciou-se um estudo junto a Prefeitura Municipal de Clevelândia e o Governo do Estado, na intenção de Municipalizar a Educação Superior aí oferecida pela FESC.

A Lei Municipal nº 2.542/2015 de 20 de outubro de 2015, criou a Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, e, assim, o pedido de credenciamento da FAMA chegou ao Conselho Estadual de Educação em dezembro de 2015.

Em 14 de março de 2016, a Resolução da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) de nº 30, de 9 de março de 2016, homologou o Parecer nº 02/16, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Estadual de Educação pronunciando-se pela criação da FAMA.

Pelo Decreto Nº 3755 de 31 de março de 2016, o governador de Estado credenciou ao Sistema Estadual de Ensino a Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, incorporando todos os alunos regularmente matriculados da FESC, dos cursos de Administração, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Pedagogia, e, anuncia a FAMA em contexto nacional como “a primeira Faculdade municipal pública mantida com recursos da preservação ambiental”.

Esse fato relega a IES o desenvolvimento de ações de reorganização teórico prática que contemple a oferta de ensino superior em cursos de graduação nas áreas de licenciatura e bacharelado a partir do Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade. Nessa proposta a FAMA alargará suas ações como um mecanismo de proliferação de práticas de responsabilidade socioambiental



retratando que os recursos municipais que a mantêm oriundos do ICMS–Ecológico constituem–se o elemento propulsor de uma formação acadêmica pautada em princípios de conservação ambiental.

Considerando que o ICMS–Ecológico nascido sob a égide da compensação evoluiu, transformando–se em mecanismo de incentivo à conservação ambiental, representando uma promissora alternativa na composição dos instrumentos de política pública.

Para a consolidação da proposta, a organização e a estruturação das ações de cunho pedagógico, socioambiental constituem–se a partir de frentes de trabalho que se ritualizam por meio da Legalização dos Atos Institucionais, da Organização didática pedagógica voltada para o ensino, pesquisa e extensão e da organização da regularidade da vida acadêmica.

As proposições que se evidenciam nos direcionamentos legais pedagógicos da Instituição cominam com a política de Planejamento Estratégico Institucional que visa identificar e propor tópicos que podem se converter em diretrizes e ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável da FAMA em sua missão de interação nos contextos externo e interno.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

3.1 ELEMENTOS NORTEADORES DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

A proposição do Currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA leva em consideração os aspectos do curso nas dimensões:

- a) históricas;
- b) legais;
- c) contextuais;
- d) teórico–metodológicas.

As dimensões fundamentam, orientam e contribuem com a organização e desenvolvimento de currículos para cursos em níveis superiores em formação de professores para educação básica brasileira. Na FAMA, as dimensões históricas,



legais, contextuais e teórico–metodológicas têm como eixo transversal interdisciplinar a educação ambiental e a sustentabilidade, o qual norteia a proposta de ambientalização dos espaços formativos sustentáveis e a formação dos discentes desta IES.

As dimensões históricas e legais, já citadas anteriormente nos objetivos gerais do curso, bem como o perfil do egresso do acadêmico, referem–se à formação de pedagogos críticos, com preparação para a pesquisa científica, preocupados com o social e com o desenvolvimento sustentável, fortalecendo–o a enfrentar os desafios educacionais, os quais estão surgindo na nossa contemporaneidade.

As dimensões legais se fundamentam no que determinam a Constituição Federal de 1988, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96, bem como a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC–Formação).

Em relação à dimensão contextual o Planejamento do Curso de Pedagogia leva em consideração as mudanças na organização e funcionamento da educação básica e suas novas exigências para formação e atuação do pedagogo. Para isso busca defender uma formação com preparo científico, político, cultural, e com responsabilidade em um desenvolvimento sustentável, para que o futuro pedagogo possa enfrentar os desafios educativos nesta contemporaneidade, respeitando as grandes diversidades e singularidade, formuladores de currículos desenvolvidos harmoniosamente e voltado para as potencialidades de cada indivíduo (MORGADO, 2005). Sendo assim, o currículo dessa proposta de cursos é possibilitar a aquisição de conhecimentos aos pedagogos, investindo nas diversidades, sejam elas, sociais, culturais, étnicas ou religiosas, conforme determinas as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia.

Nas dimensões contextuais, o currículo proposto no planejamento do curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente tem como compromisso social e acadêmico contribuir com o desenvolvimento educacional da região por meio da oferta de Ensino Superior de qualidade e gratuito. A partir desse compromisso, entende–se que a academia é um espaço político de debates por uma



autonomia intelectual, em busca de igualdade e solidariedade (SILVA, 2007). Para que isso ocorra nos espaços acadêmicos e escolares, se precisa pensar em currículos, não apenas como listagem de conteúdos e matrizes curriculares, mas sim, definir quais conhecimentos se precisam ser ensinados, bem como definir suas finalidades e a quem eles se destinam, através de práticas pedagógicas que resultem na confluência entre as estruturas sociais, culturais, econômicas, políticas e administrativas.

Entende-se assim, que o curso de Pedagogia está comprometido com a formação e com a difusão do saber, porém preocupa-se com uma formação voltada para práticas pedagógicas que envolvam as diversidades e singularidades que nela estão inseridas.

Além disso, o curso também se preocupa com a pesquisa em nível regional e nacional voltado para o desenvolvimento sustentável da região em que está inserida, propondo uma educação profissional pautada no compromisso com a formação humana em conjunto com conhecimentos epistemológicos, políticos e de sustentabilidade.

Para tanto, as ações propostas no Curso de Pedagogia, ancora-se na tentativa de discutir as concepções vigentes no coletivo institucional, compreendendo o ser humano como parte da sociedade, da educação, do trabalho, da cultura, da ciência e do meio ambiente em que vive.

Assim, para que essas propostas sejam atingidas, o Curso buscará uma construção coletiva, levando-se em consideração uma articulação dialética entre a formação global e específica, sendo caracterizada por uma educação interligada com o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O Curso de Pedagogia preocupa-se com a formação de pedagogos, os quais atuarão em variados ambientes escolares e não escolares. Sendo assim, o homem transcende divisões e se torna um sujeito multidimensional, o qual está sempre em construção. Nessa perspectiva, se pensa o ser humano como um ser complexo, que não permite o encontro de uma definição pronta e acabada e não nasce humano, mas vai se tornando humano, conforme sinaliza Saviani (1999). Sendo assim, o homem através de suas práticas educativas vislumbra a formação unilateral, ou seja, pela concepção de uma educação voltada para o trabalho como princípio educativo e por “uma escola unitária”, para então desenvolver e emancipar o homem (ARANHA, 2000, p.126).



3.2 EIXO INTERDISCIPLINAR – AMBIENTALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS SUSTENTÁVEIS

A Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, seguindo as orientações emanadas da Política Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná e embasada na Deliberação nº 04/2013, de 12 de novembro de 2013 do Conselho Estadual de Educação que estabelece Normas estaduais para a Educação ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012, e ainda, na Deliberação nº 02/2015 CEE/PR que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, procedeu a reestruturação de seus Projetos Políticos Pedagógicos constituindo como Eixo Central de cada curso a ambientalização dos Espaços Educativos Sustentáveis.

Há, em nível mundial, um intenso movimento pela ambientalização dos cursos, currículos e espaços universitários. Esta preocupação destaca a responsabilidade ambiental das Instituições de Ensino Superior (IES), à luz da sustentabilidade, em todas as atividades acadêmicas e administrativas.

Neste contexto podemos entender a ambientalização como referindo-se à necessidade do tratamento dado às questões ambientais, pelas diferentes disciplinas dos cursos de graduação, com vistas a subsidiar movimentos de ambientalização curricular e de implantação de processos formativos que contemplem a Educação Ambiental (EA), no âmbito das Instituições de Ensino. Refere-se então à uma reflexão crítica que problematiza a realidade com vistas à resolução ou minimização de tais problemas.

Neste sentido, cabe ressaltar que a ambientalização curricular envolve um processo complexo de formação de profissionais que se comprometam com o estabelecimento das melhores relações possíveis entre sociedade e natureza, assim como práticas e políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma o Ensino Superior deve se tornar um *espaço educativo sustentável*, proporcionando aos estudantes vivência de princípios, atitudes e valores da sustentabilidade.

O mundo contemporâneo tem sido marcado, dentre outros aspectos, pelo desenvolvimento da ciência e da técnica e por importantes mudanças geopolíticas e culturais. Em decorrência, demandas sociais e ambientais têm sido sucessivamente



preteridas em favor de preceitos econômicos e políticos que têm gerado uma sociedade na qual, cada vez mais, os benefícios propiciados pelos avanços técnico-científicos estão ao alcance de poucos, enquanto os custos desse processo são socializados a todos. A crise socioambiental instalada nesse contexto encontra-se em momento de grande discussão entre os envolvidos.

Entendemos que o campo da educação ambiental (EA) tem fundamental papel nesta crise, tanto quanto políticas e propostas de gestão da educação e do meio ambiente, seja na reflexão sobre os conhecimentos veiculados sobre meio ambiente, no repensar valores e atitudes individuais e coletivos e na participação política, voltada para ações em favor do ambiente. A EA vem encontrando expressiva contribuição no Brasil seja em projetos de ação, em pesquisas, na organização dos educadores e na aprovação de legislação.

A problemática deste contexto vem de longe, desde a passagem da idade média à idade moderna, estabelecendo uma caminhada de profundas mudanças, porque não dizer, de essências mudanças no campo socioambiental, tão determinantes, que caracterizaram toda posteridade, seja no campo político, econômico ou científico.

A confluência de forças econômicas e políticas, na estruturação de um novo modo de produção, estabeleceram, com precisão, a necessidade de construção de um novo modo de pensar e agir, que, em pouco tempo, possibilitou o pleno estabelecimento de um definitivo modelo de sociedade que perdura até hoje. É exatamente sobre a construção deste novo modelo de pensamento, que vai se fundamentar em um novo modelo econômico e político.

Parcela significativa do debate contemporâneo na área da ciência tangencia, de alguma maneira, o tema da modernidade e da herança iluminista e, não raramente, respostas são dadas em uma perspectiva da modernidade.

O termo moderno é de difícil precisão. Vamos optar por tratá-lo como sendo composto por uma diretriz central fundamentada em torno da postura relacional homem/natureza, mesmo que constituído por uma vasta gama de tendências intelectuais e políticas que surgiram aí, a partir das experiências vividas pela intelectualidade.

O eixo central desta discussão é então um fio condutor que norteia o pensamento moderno fundamentado na possibilidade de objetivação do mundo, onde, a natureza transforma-se na fonte única, para a técnica, a ciência e a



indústria.

O entendimento da modernidade, especialmente pela perspectiva do padrão relacional sociedade/natureza, depende, fundamentalmente, da compreensão da instauração de algumas ideias-chave, a partir das quais edifica-se o construto ideacional moderno, que serve como visão norteadora do desenvolvimento das sociedades humanas a partir do século XVII. É no bojo desta perspectiva que se pode compreender o sentido da crise socioambiental atual como intensificação gradativa dum processo que se assenta, por um lado, num padrão compreensivo da realidade (científico, filosófico, ético) e por outro, num padrão intervencionista (desenvolvimentista, tecnológico) sobre essa mesma realidade.

Na história das ideias, este caminho significou fundamentalmente uma re colocação do ser humano no centro da realidade e, principalmente, na base das determinações do desenvolvimento histórico das sociedades. Isto representa um processo de desvelamento da natureza humana, no sentido da percepção do potencial fundamental humano: a capacidade de compreensão da realidade. Ao dar-se conta da necessidade de conhecer o que perpassa a natureza humana, o homem parte (novamente) na busca do conhecimento, o que traz, como consequência, uma reinserção no centro das diretrizes de sua evolução histórica, a partir do assombroso desenvolvimento cognitivo que empreende.

A modernidade se instaura, portanto, sobre o desvelamento dessa indeterminação existencial no humano; quer dizer, sobre a perspectiva de que nada parece prescrever, deterministicamente, nosso devir histórico. Não precisamos estar, então, necessariamente, atrelados à dinâmica natural; podemos transbordá-la, subvertê-la, subjugar-la: eis o ideário liberal da modernidade, vivenciado pelo liberalismo, que rompeu com a visão da providência divina, dando ao homem um caráter histórico e livre.

Nesta linha de raciocínio, a questão ambiental coloca-se como uma questão de claro sentido ético, filosófico e político, afirmativa essa que permite o desvio de um caminho fácil que nos tem sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver, entre outros, os graves problemas das mudanças climáticas, da escassez da água, do lixo nosso de cada dia, da poluição, do desmatamento, da pobreza econômica e cultural, logo, de uma sociedade que corre riscos. Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo parte do problema a ser analisado.



No processo histórico de percepção das consequências da ação humana sobre a natureza foram sendo utilizados conceitos que expressam diferentes graus e recortes na percepção da mesma. Por exemplo, os conceitos de ecossistema e biodiversidade. Esses conceitos, apropriados pelos movimentos em defesa do meio ambiente, foram moldando outros como o de preservação e conservação. E o de meio ambiente. Esse, inicialmente, foi concebido como modo de apreender dimensões da natureza. Todavia, o conceito de meio ambiente, reduzido exclusivamente aos seus aspectos naturais, não contempla as interdependências e interações com a sociedade, nem a contribuição das ciências sociais à compreensão e melhoria do ambiente humano.

Hoje, compreendemos meio ambiente considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Isto demonstra como uma lei retrata o momento histórico em que foi elaborada e porque as leis devem ser reavaliadas de tempos em tempos.

Os movimentos e ações da sociedade em busca da conservação da natureza são, desde os seus primórdios, reação à destruição de, num primeiro momento, espécies, e a partir da concepção dos conceitos de ecossistemas e posteriormente de biodiversidade, esta preocupação e reação vai se ampliando. O modelo de desenvolvimento gerado a partir da Revolução Industrial (final do séc. XVIII) provoca aumento qualitativo e quantitativo no processo de destruição da natureza. Em paralelo, provoca a organização da sociedade em torno da conservação da natureza.

O campo da prática é muitas vezes mais difícil de ser trilhado do que o da teoria. Mas no campo teórico a dimensão subjetiva do trabalho não pode ser desconsiderada: sem sonho ou imaginação e sem o enfretamento das dificuldades que o desejo de mudança impõe ao ser humano, mulheres e homens não transformam e não são transformados. Assim, a educação ambiental deve ser concebida em um contexto maior da educação, desvelada em seu sentido etimológico: do verbo latino *educare*, que significa transformar, conduzir de um lugar para outro, extraindo o que os indivíduos têm de melhor em si.

A visão ampla do mundo é um passo fundamental para uma educação transformadora, que deve ser acompanhada de uma clareza do ato educativo, uma posição política e uma competência técnica para implementar projetos a partir do aporte teórico de um profissional competente:



Desse modo, a educação deve produzir seu próprio giro copernicano, tentando formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento completo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir em um processo contínuo de novas leituras e interpretações do já pensado, configurando possibilidades de ação naquilo que ainda há por se pensar (LEFF, 2000, p.35).

A esse respeito afirmou Pedro Jacobi na 27ª ANPEd – Caxambú/2004:

A educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador demandando a emergências de novos saberes para aprender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam.

A ambientalização do conhecimento terá mais condições de ocorrer na medida em que se promova uma reestruturação de conteúdos, em função da dinâmica da sua própria complexidade e da complexidade ambiental, em todas as suas manifestações: sociais, econômicas, políticas e culturais (p. 327).

A ambientalização educacional, nessa direção é de fundamental importância face o papel da universidade no sentido de atuar como formadora de sujeitos atuantes na construção de sociedades sustentáveis, em todos os seus campos de formação e em todos os níveis de atuação universitária.

Desta forma, fica consignado, seguindo o estabelecido na Deliberação nº 04/2013, de 12 de novembro de 2013 do Conselho Estadual de Educação do Paraná que no seu Artigo segundo estabelece que a Educação Ambiental deve fundamentar-se nos seguintes princípios e procedimentos orientadores da(o):

- I – cuidado e conservação da comunidade de vida como sujeito de direito, ampliando e integrando o âmbito dos direitos humanos, na perspectiva da sustentabilidade;
- II – Política Estadual de Educação Ambiental, de acordo com a Lei Estadual nº 17.505/2013, no que tange à integração da Educação Ambiental no âmbito formal e não formal;
- III – Integração das políticas públicas das áreas de educação, meio ambiente, saúde, agricultura, saneamento ambiental, turismo, cultura, desenvolvimento urbano, assistência social, segurança pública entre outras;



IV – Fortalecimento do papel social da escola como espaço educador sustentável, a partir de sua atuação nos territórios físicos e ambientais, como instrumento de articulação e transformação social;

V – participação e controle social das políticas públicas como mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos resultados das ações de Educação Ambiental;

VI – Articulação entre o Ensino Superior e a Educação Básica, integrando ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, visando a formação inicial e continuada;

VII – Constituição de redes de ações socioambientais para divulgar, fortalecer e socializar práticas educativas que resultem em processos para a formação e desenvolvimento local, regional, estadual, nacional e global.

No bojo de todo este contexto, inclui-se também como objetivo primordial da educação a questão dos Direitos Humanos, entendendo como sendo a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. Esta compreensão é abarcada pela compreensão estabelecida sobre a Educação Socioambiental, que vai além, portado da simples questão ambientalista de anos passados.

É seguindo este norte estabelecido, que a FAMA estruturou este Projeto Político Pedagógico estabelecendo o incentivo à abordagem da Educação Ambiental, a partir de uma perspectiva crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação das ações da instituição, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante curricular, supere a fragmentação e compartimentalização dos saberes disciplinares;

Tem-se então a seguinte estrutura desta temática no Curso:

3.3 EIXO CENTRAL: AMBIENTALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS SUSTENTÁVEIS

Como disciplinas comuns para todos os cursos temos:

- História, Cultura e Patrimônios Regionais – voltada fundamentalmente para o



contexto histórico regional;

- Responsabilidade socioambiental e tecnologias limpas;
- Projetos Integradores Interdisciplinares;
- Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente I e II – Labedum;
- Disciplinas eletivas para cada curso.

Assim, compreendemos que estamos inseridos em um parâmetro de Educação ambiental que contempla práticas integradas nas suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos de saúde, históricos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, filosóficos, estéticos, tecnológicos, psicológicos, legais e ecológicos, conforme a Lei Estadual nº 17.505/2013, inciso I, Art. 5º.

Então, a compreensão que se passa a ter de meio ambiente fica tácita, como sendo o resultado das relações de intercâmbio entre Sociedades e Natureza em espaço e tempo concretos. É consenso que o conceito de meio ambiente deve contemplar o meio social, cultural, político e não só o meio físico, logo as análises que se efetuam nos problemas ambientais devem considerar as inter-relações entre o meio natural, seus componentes biológicos, sociais e os fatores culturais. Conseqüentemente, os problemas ambientais não são unicamente os que derivam do aproveitamento dos recursos naturais e os que se originam da contaminação, mas também aqueles advindos do subdesenvolvimento.

Cada vez que se pretenda caracterizar uma realidade ambiental, esta deverá ser considerada dentro de um marco espacial e temporal concreto. Uma realidade ambiental não aparece como produto exclusivo das leis naturais, pelo contrário, é o resultado do processo histórico-cultural das relações entre sociedades e natureza.

A ambientalização da educação passa então a entender que o Currículo entendido etimológico como correr, curso, recorrido, caminho (atalho), implica o conceito de processo, e então passa a englobar programas, planos, cursos, enfim, um conjunto organizado de experiências de aprendizagem. Com isso estamos passando do estágio programático para uma concepção mais ampla de experiências formativas visando novos estilos de desenvolvimento, englobando uma postura institucional consubstanciada em novos elementos básicos que compõem o currículo, administração escolar, processo de ensino e aprendizagem e experiências dos alunos, a partir da Ambientalização dos Espaços Educativos Sustentáveis



3.4 ARTICULAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O espaço universitário precisa ser compreendido como espaço voltado para o desenvolvimento de projeto que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, possibilitando ao acadêmico se tornar um profissional-pesquisador.

De acordo com Libâneo (1994), o ensino não é o único meio de educação, mas é um dos principais caminhos para que os indivíduos recebam instrução e educação formal, enquanto o conceito de pesquisa na perspectiva de Demo (2005) é um processo social que necessita passar pelo caminho do acadêmico e do docente durante a sua formação. Esse processo é um meio de divulgação de novos saberes, que merece ser direcionado a caminhada profissional de todos os indivíduos com formação no ensino superior.

A FAMA articula então as políticas de ensino, pesquisa e extensão. As políticas estão articuladas e integradas a partir da formulação e concepção do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Na instituição, esse projeto é tido como o centro de referência da ação educacional. Com base nesse entendimento, o PDI integra o ensino, a pesquisa, extensão e as relações comunitárias, sendo tais ações planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas sob a influência de um ambiente de constante interação com a sociedade em geral e o mundo do trabalho em particular, o que possibilita maior contextualização e significação às atividades acadêmicas.

É fundamental compreender a necessidade de buscar a construção de uma unidade de ação ensino/pesquisa/extensão e relações comunitárias, no âmbito da instituição. Essa exigência decorre da função social que se assume coletivamente e que implica em praticar uma educação de boa qualidade, voltada para a formação de cidadãos autônomos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional ou global, privilegiando a melhoria da qualidade de vida das classes menos favorecidas e contribuindo, dessa maneira, para mudanças orientadas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ou, no mínimo, menos injusta.

A política de um ensino democrático e reflexivo é concebida na Faculdade – FAMA como a possibilidade e a capacidade da Instituição de elaborar e implantar suas políticas, com propostas político-pedagógico e técnico-científicas que



sejam relevantes à sociedade. As políticas de ensino estão embasadas nos parâmetros nacionais que regem a educação superior no país e devem ser concretizadas a partir do diálogo entre as diferentes instâncias da IES.

A busca constante da melhoria de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão é um dos grandes nortes da FAMA. Esta buscará contribuir sobremaneira com o desenvolvimento do homem, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As políticas de ensino passarão a se fortalecer institucionalmente com a adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso e as dinâmicas de sala de aula, à filosofia de que o ensino se faz a partir da pesquisa e que a investigação é capaz de subsidiar um ensino qualificado e sempre atualizado.

A valorização docente, técnico-administrativa e discente é uma diretriz a ser considerada em todos os aspectos na FAMA, que pretende, acima de tudo, investir em pessoal para, assim, assegurar a otimização de suas funções.

Na contemporaneidade, a universidade ocupa um espaço de grande relevância para o desenvolvimento de pesquisas científicas, apresentando e divulgando novas saberes, conhecimentos e práticas pedagógicas em diferentes âmbitos educacionais.

A pesquisa na FAMA é considerada como intrínseca ao ensino e deve estar orientada ao estudo e a busca de soluções para as questões práticas do dia a dia do meio em que vive o acadêmico, na sua família, na sua rua, na sua cidade, nas associações comunitárias ou em outras organizações da sociedade, que constituem o entorno do educando e da Instituição.

No que se refere às atitudes, a pesquisa deve provocar a curiosidade do acadêmico em direção ao mundo que o cerca, gerando inquietude, para que ele não incorpore perspectivas restritas de visão de mundo, de informação, de conhecimento, mas, ao invés disso, esteja sempre motivado a buscar a construção e a reconstrução do conhecimento e das relações sociais.

A pesquisa também pode estar orientada a aspectos acadêmicos das ciências da natureza, sociais ou aplicadas, mas sempre deve-se considerar a que interesses correspondem e a quem beneficiar os possíveis resultados alcançados.

Nesse sentido, a unidade ensino/pesquisa colabora para edificar a autonomia dos indivíduos, porque é através do desenvolvimento das capacidades de aprender a aprender, a ser e a conviver, e pela responsabilidade social que o acadêmico,



passa a construir, desconstruir e reconstruir suas próprias convicções a respeito da ciência, da tecnologia, do mundo e da própria vida.

Essa forma de considerar a unidade de ação ensino/pesquisa/extensão e relações comunitárias permite-nos identificar duas dimensões igualmente importantes: a qualidade formal e a qualidade política dos processos educacionais, ambos indispensáveis à concepção de educação. A qualidade formal do ensino/pesquisa está relacionada com o rigor científico, com a seriedade da pesquisa, com a disciplina dos procedimentos, enquanto a qualidade política está atrelada aos fins da investigação, tem um caráter mais educativo e de formação da cidadania e da responsabilidade social.

A qualidade política também se preocupa com o resultado, mas prioriza o processo desenvolvido e sua qualidade educativa, sua capacidade de contribuir para a conscientização e a cidadania plena.

A criação de saber se efetiva por intermédio da pesquisa, que subsidia o ensino e as demais funções inerentes a uma Instituição de Ensino Superior. O rápido desenvolvimento das ciências leva a novas formas de exigências e geração de conhecimentos, provocando mudanças no padrão de produção e socialização desses conhecimentos, que só se viabilizam a partir de projetos de iniciação científica e de pesquisa.

A política institucional de pesquisa na Faculdade – FAMA, parte do pressuposto básico de que toda iniciativa de pesquisa contribui significativamente com a ambiência de investigação que deve atingir a IES como um todo. A pesquisa não deve constituir uma ilha desarticulada, permanecendo alheia às mudanças que ocorrem na sociedade. A pesquisa na FAMA deve estar em constante interação com todas as ações propostas pela IES, além de voltar-se aos interesses e desafios da comunidade em que se insere.

As políticas institucionais de pesquisa devem conceber linhas de pesquisa representadas por temas aglutinadores, que se fundamentam em diferentes áreas do conhecimento. Das linhas de pesquisa que emergem dos direcionamentos investigativos dos docentes da IES deverão se originar projetos de pesquisa. Em termos gerais, a IES buscará fomentar a pesquisa, corroborada pelo viés do rigor científico, com vistas a incrementar a produtividade e as publicações do corpo docente, buscando assegurar a qualidade das atividades próprias de uma instituição de Ensino Superior.



Dentre os objetivos da pesquisa na Instituição pode-se ressaltar os seguintes: proporcionar uma visão crítica do conhecimento, produzido no âmbito da pesquisa; fortalecer perspectivas de pesquisa que assegurem o estudo de práticas sociais, educacionais e outras, voltadas ao desenvolvimento local e regional e incrementar a execução de pesquisas de cunho interdisciplinar.

No que tange ao estudo de práticas sociais voltadas ao desenvolvimento local e regional, compreende-se a importância da extensão universitária e as relações com a comunidade. A extensão é o meio pelo qual toda a comunidade acadêmica tem a oportunidade de vincular o ensino, pesquisa e a sociedade. É ainda uma forma de produção do conhecimento através da inserção de alunos e professores em atividades que permitem a revitalização dos conteúdos e práticas curriculares, que potencializam análises, envolvem metodologias, soluções e a captação de recursos para a Instituição, possibilitam novos campos para pesquisa. A extensão é a produção e a socialização do conhecimento.

Em relação à extensão, considera-se um conjunto de ações indissociáveis ao Ensino e a Pesquisa, pois por intermédio dela, promove-se a garantia de valores considerados democráticos como a igualdade de direitos, do respeito ao outro. De acordo com Silva (2001), a extensão oportuniza ao acadêmico a vivência do saber, do criar e do construir, através de projetos que visem contribuir com toda a sociedade, além de viabilizar a este acadêmico momentos de estar em contato com ações e processos de sua formação profissional.

A extensão é entendida como prática acadêmica que interliga a Faculdade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. A consolidação da prática da extensão possibilita a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

As atividades extensionistas no âmbito da Fama são fortalecidas pela Resolução nº 07/2018 CNE/CES que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão e, pela deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná CEE/CP Indicação N.º 08/2021 aprovada em 11 de novembro de 2021 que dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de



Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18.

3.4.1 Curricularização da Extensão no Curso de Graduação de Pedagogia da FAMA

Considerando a busca por atender a meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em seguir as diretrizes estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Deliberação CEE/CP nº 08/2021, a curricularização da Extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, devendo envolver disciplinas e profissões diversas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social.

A matriz do curso de Pedagogia apresenta em sua estrutura o percentual acima de 10% (dez por cento) de atividades de extensão, pois corresponde ao Art. 4º da resolução que prevê que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. As atividades extensionistas previstas podem ser chamadas de creditação e/ou integralização da Extensão no currículo dos cursos da FAMA.

A Extensão é um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre a FAMA e a sociedade.

As atividades extensionistas dentro do Curso de Graduação em Pedagogia ocorrerão dentro dos componentes curriculares específicos, estes escolhidos criteriosamente pelo Colegiado do Curso, que considerou indispensável e aplicável a extensão dentro dos mesmos e, em um componente específico que estará no currículo do início ao fim do curso. No curso de Pedagogia, cada componente terá a mesma carga horária de extensão, conforme definida no quadro abaixo. Cada docente irá desenvolver suas ações extensionistas de acordo com a característica do componente, podendo ser desenvolvida nestes aspectos conforme normativa acima citada. De acordo com o art. 8º da Resolução 07/2018, as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I– Programa



II–Projeto

III–Cursos e oficinas

IV–Evento

V–Publicações.

VI–Prestação de Serviço.

De acordo com esta caracterização, os componentes curriculares do curso de Pedagogia abaixo relacionados apresentam carga horária destinada à extensão, totalizando 450 (quatrocentas e cinquenta) horas:

Quadro 01 – Carga Horária destinada à Extensão

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO
Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais – I	18 horas	18 horas
Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais – II	18 horas	18 horas
Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais – III	18 horas	18 horas
Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais – VI	18 horas	18 horas
Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais – V	18 horas	18 horas
Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente I	36 horas	36 horas
Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente II	36 horas	36 horas
Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente III	36 horas	36 horas
Responsabilidade socioambiental e tecnologias limpas	72 horas	72 horas
Educação e Meio Ambiente	72 horas	72 horas
Ecopedagogia	36 horas	36 horas
TOTAL DE HORAS		450 HORAS

Fonte: FAMA

De acordo com o exposto, reafirma-se que a FAMA se orienta por um Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que concebe de forma articulada as políticas de ensino, pesquisa e extensão conforme delineado acima. Na FAMA, está prevista a oferta de Pós-Graduação, conforme as políticas abaixo apresentadas.



3.4.2 Políticas de Pós–Graduação na FAMA

As Políticas de Pós–Graduação na FAMA consideram principalmente os programas de especialização como lugar onde a prática da pesquisa acadêmica é fundamental e imprescindível, destacando a necessidade e a importância de uma ampla e profunda base teórica. Defendendo o compromisso de que todo conhecimento precisa comprometer–se com a produção científica, com a ética e politicamente com a construção da cidadania.

As Políticas de Pós–Graduação da FAMA, pressupõem:

- A promoção de cursos de Pós–Graduação lato sensu, vinculados às linhas de Pesquisa da Instituição e das áreas preferenciais de interesse dos diferentes cursos e da região;
- A otimização sistemática do processo de cursos de especialização por meio de avaliações periódicas da organização curricular e da formação continuada de docentes;
- Acompanhamento mais efetivo do cumprimento do Projeto Pedagógico dos cursos;
- Aumento do grau de exigência dos professores orientadores de monografia;
- Incentivo à produção acadêmica a partir de projetos bem fundamentados e publicação de artigos sobre pesquisas monográficas;
- Transformação da Pós–Graduação em eixo dinâmico e revitalizador da melhorado ensino de graduação, pesquisa e extensão;
- Promoção de relações de cooperação e parcerias com programas de Pós–Graduação de outras Instituições;
- Promoção de eventos voltados à consolidação da Pós–Graduação na FAMA, por meio da produção e socialização de conhecimentos;
- A operacionalização da Pós–Graduação na FAMA, organizada em forma de cursos e atividades que deles se originem, obedece a Legislação do Conselho Nacional de Educação, e está organizada hierarquicamente em órgão deliberativo que é o colegiado; órgão executivo que é a coordenação designada para o curso e o órgão de apoio administrativo que é a Secretaria;
- As atribuições concernentes a cada um destes órgãos bem como as demais disposições, está previsto no Regimento de Pós–Graduação Lato Sensu da FAMA.



As políticas de Pós–Graduação da Faculdade – FAMA voltam–se para a formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao aprofundamento teórico, científico, pedagógico e de investigação.

Entre as grandes diretrizes da Pós–Graduação estão a manutenção de níveis de excelência de seus cursos, a consolidação e expansão seletiva da oferta de cursos de Pós–Graduação *lato sensu*, mediante identificação de demandas, aprimoramento dos projetos dos cursos e oferta de cursos contextualizados nas competências científicas e pedagógicas da IES, integrando cursos de diferentes áreas do conhecimento, reforçando a interdisciplinaridade.

As políticas de Pós–Graduação *lato sensu* buscam atender as exigências, cada vez mais prementes, de profissionais qualificados e atualizados, desenvolvendo competências para o mercado contemporâneo, tanto na esfera educacional, quanto de outras organizações.

A Pós–Graduação visa desenvolver, ainda, cursos em parceria com outras entidades, além de firmar convênio com vistas a assegurar sólida formação profissional e intercâmbio com outras IES.

São objetivos da Pós–Graduação na FAMA:

- Qualificar profissionais para atuação no contexto acadêmico e desenvolvimento de pesquisa;
- Desenvolver linhas de investigação;
- Promover a atualização contínua nas mais diversas áreas do conhecimento.
- Oportunizar a integração entre os cursos de graduação e Pós–Graduação a partir de programas de iniciação científica, pesquisa e extensão;
- Aprimorar a formação teórica, científica e pedagógica dos profissionais da área educacional e empresarial.

Em termos gerais os procedimentos para oferta de cursos de Pós–Graduação na FAMA, iniciam com a proposição anual de cursos, pautados em áreas de interesse da IES e da demanda local e regional, discutidos sob a coordenação do setor de Pós–Graduação e Pesquisa ouvido o colegiado de Pós–Graduação. Realizada esta etapa são elaborados os projetos pedagógicos dos cursos e levados à análise e aprovação do Conselho Superior da Instituição.



Somente depois de aprovados os Projetos Pedagógicos dos cursos contendo os respectivos investimentos, organização curricular, quadro docente etc., vão para o setor de comunicação para divulgação dos respectivos Editais. Finalizada a fase de inscrição procede-se a seleção de acordo com o regimento de Pós-Graduação, realizando-se os cursos de acordo com o cronograma estabelecido atendidas todas as disposições regulamentares. Os cursos de Pós-Graduação são avaliados ao término de cada disciplina por meio de formulários próprios que mensuram o grau de satisfação dos pós-graduandos com a qualidade do curso, o desempenho docente, a estrutura física e outros indicadores.

3.5 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No curso de Pedagogia da FAMA, a avaliação é concebida como um processo, que visa contribuir com a formação plena do futuro pedagogo, busca se pautar nas duas lógicas, visto que para a formação deste profissional, ambas são primordiais e necessárias.

Além dessas duas lógicas, para o processo avaliativo, se busca partir da realidade do acadêmico, problematizando o seu conhecimento, valendo-se do espírito pesquisador permeados pelas indagações, criando ainda mais indagações para que estas, possam instrumentalizar este acadêmico, incentivando-o a busca contínua de mais conhecimentos.

Neste sentido, a prática da avaliação deve ser desenvolvida na vivência da avaliação formativa, processual e diagnóstica e contínua, objetivando perceber progressos e dificuldades no aprendizado do acadêmico, sobressaindo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Entende-se também, que a avaliação dos futuros acadêmicos, reside na qualidade das relações construídas nos espaços educacionais, entre estes, espaços que são da competência do pedagogo.

Ainda se ressalta, que no processo de avaliação dos acadêmicos do curso de Pedagogia da FAMA, devem ser incluídas diversas possibilidades de elaboração de conhecimentos que envolvam teoria e prática, bem situações que o definam pedagogos-pesquisadores, como:

- Saber identificar e analisar diversas situações no campo educacional,



buscando soluções para cada situação;

- Elaborar projetos e planos de trabalho após análise de um contexto educacionais observado;
- Elaborar planos de trabalho a partir de conteúdos de ensino para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão Escolar, disciplinas de formação de professores em nível médio e em ambientes formais não escolares;
- Definir alternativas de intervenções adequadas para o processo ensino–aprendizagem no contexto histórico em que a escola está inserida.
- Refletir sobre situações pedagógicas consoantes a uma perspectiva teórica estudada;
- Refletir sobre práticas didáticas vivenciadas e/ou observadas durante variadas situações nos estágios supervisionados na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão Escolar, disciplinas de formação de professores em nível de ensino médio;
- Analisar e caracterizar situações de ensino–aprendizagem em diferentes espaços escolares e não escolares.

Sendo assim, a avaliação do processo ensino–aprendizagem vincula–se em todos os momentos, em que um determinado conhecimento está sendo construído pelo acadêmico, através de instrumentos específicos.

Neste sentido, a avaliação dos acadêmicos se realizará em cada componente curricular, considerando a assiduidade e o aproveitamento nos estudos. Assim, para ser aprovado o acadêmico deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco) em cada componente curricular, sendo responsabilidade de cada professor registrar a frequência de cada aluno. Para cada componente curricular, deverá ser aplicado variados instrumentos de avaliação, porém o registro de notas será de duas (duas) Notas Parciais (NP), sendo para o primeiro registro (NP1) deverá ser realizado durante os primeiros 50% do semestre letivo, e o segundo registro (NP2) no decorrer dos outros 50% do semestre letivo. Para ser aprovado em cada componente curricular, o acadêmico necessitará alcançar uma média igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) pontos. Após avaliação, o professor poderá oferecer uma prova substitutiva que possibilite ao aluno substituir a média mais baixa obtida no semestre e, assim, ensejando uma média superior à necessária par sua aprovação, ou seja, igual ou superior a 7,0.



Na avaliação do processo de aprendizagem do acadêmico com deficiência, é necessário levar em consideração as necessidades específicas de cada um, como por exemplo, deficiências decorrentes de privações auditivas ou visuais (cegueira ou baixa visão), dificuldades de aprendizagem, transtornos funcionais específicos, autismo, entre outros. Diante disso, cabe avaliar esses acadêmicos por meio de diferentes formas nas avaliações, trabalhando com diferentes estratégias para cada tipo de deficiência.

3.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, compreendido como o momento de relacionar a teoria à prática, deverá ter uma dedicação de 400 horas desenvolvidos na Gestão Escolar, Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ambientes não Escolares. Durante as etapas dos Estágios da graduação em Pedagogia, se proporciona aos acadêmicos do curso de Pedagogia, possibilidades de articular os conhecimentos teóricos, filosóficos e metodológicos às práticas educativas, buscando interpretar criticamente os desafios, conflitos e contradições nos processos educacionais de espaços formativos.

O Estágio Curricular Supervisionado está norteado por componentes curriculares direcionados à fundamentação e instrumentalização de caráter teórico, com orientações gerais no regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, em anexo.

3.7 ATIVIDADES PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO EM ÁREAS ESPECÍFICAS

As atividades curriculares, (conforme Regulamento em Anexo) são constituídas por ações que visam complementar estudos e conhecimentos desenvolvidos no decorrer do curso de Graduação em Pedagogia, compreendendo uma carga horária de 200 horas, as quais compreendem:

- Atividades em Pesquisa;
- Atividades em Extensão e Aprimoramento Profissional;
- Atividades de cunho Cultural.



As atividades do Curso de Graduação em Pedagogia poderão ser contabilizadas e desenvolvidas durante o período em curso na forma de:

I. Atividades Complementares em Pesquisa:

- Projetos e Programas de pesquisa;
- Publicações na área ou áreas afins;
- Programas de monitoria;
- Iniciação Científica e Grupos de Estudos Formais da FAMA;
- Apresentação de trabalhos em eventos;
- Participação na organização de eventos;
- Trabalho voluntário vinculado a projetos de pesquisa.

II. Atividades Complementares em Extensão e Aprimoramento Profissional

- Participação em Eventos (Colóquios, Seminários, Congressos, Conferências, Palestras, Cursos, Minicursos) na área ou áreas afins;
- Membro de projetos e programas de extensão;

II. Atividades Complementares em Extensão e Aprimoramento Profissional:

- Participação em Eventos (Colóquios, Seminários, Congressos, Conferências, Palestras, Cursos, Minicursos) na área ou áreas afins;
- Membro de projetos e programas de extensão;
- Assistência, com elaboração de relatório, de defesas de TCCs;
- Cursos extracurriculares relacionados à área;
- Estágios não obrigatórios;
- Disciplinas isoladas de graduação.
- Trabalho voluntário vinculado a projetos extensão.

III. Atividades Complementares em Cultura:

- Viagens de Estudo;
- Participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura) desenvolvidas pela FAMA;
- Participação em grupos artísticos oficialmente constituídos.

As Atividades Complementares do Curso de Graduação em Pedagogia



têm por objetivos:

- Articular o trinômio: ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar a dimensão do Currículo Pleno pela pluralidade e diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo acadêmico;
- Propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar;
- Promover a integração entre comunidade e Faculdade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.
- Possibilitar ao acadêmico o reconhecimento dos aspectos pedagógicos e científicos quando da realização das ACC, verificando em que medida poderão ser incorporadas à vida pessoal, profissional e cidadã.

Para a contabilização o acadêmico deverá apresentar os comprovantes de realização das atividades em formulário próprio semestralmente, observando os prazos previstos em edital, sendo que os pedidos de validação serão avaliados semestralmente pela Coordenação do Curso de Pedagogia. Demais orientações constam no Regulamento em anexo.

3.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório para a obtenção do certificado do curso de Licenciatura em Pedagogia, composto por uma carga horária de 108 horas, totalizando 6 créditos, oferecidos aos estudantes do Curso no 6º, 7º e 8º períodos, por meio das disciplinas TCC I, TCC II e TCC III, respectivamente.

O TCC tem como objetivo promover ao acadêmico do Curso de Graduação em Pedagogia, oportunidade de produção e sistematização de conhecimentos científicos, desenvolvendo o acadêmico através deste componente curricular a criticidade e reflexão no campo educacional, estimulando-o e incentivando-o a prosseguir na pesquisa científica como elemento primordial na sua formação continuada.

O TCC deve propiciar aos acadêmicos do curso de Graduação em Pedagogia



oportunidade de demonstrar a capacidade de leituras críticas voltadas para a área educacional permeados por análise de fundamentos filosóficos, metodológicos, psicológicos, sociológicos e organizacionais relacionados a diferentes temáticas educacionais.

Para a apresentação do TCC, é ofertado anteriormente os seguintes Componentes Curriculares: Iniciação a Pesquisa Científica, Metodologia da Pesquisa em Educação, para então cursar as disciplinas direcionadas a produção do TCC. O TCC será apresentado em forma de artigo científico, individualmente, exceto, quando houver acadêmicos com deficiência na turma, os quais poderão desenvolver em dupla. O artigo deverá ser defendido no 8º período, momento em que os acadêmicos associam a teoria à prática, constituindo-se um momento privilegiado da formação do acadêmico. O TCC deverá estar vinculado a projetos de pesquisa, ensino e extensão, temáticas que envolvam a Pedagogia ou Confecções de materiais didático-pedagógicos, direcionados a ambientes educacionais, cujos processos e resultados, sejam devidamente documentados. Todas as temáticas desenvolvidas no TCC deverão estarem ligadas a educação ambiental. Estes devem ser submetidos à sessão pública de avaliação, constituída pelo orientador e, pelo menos, dois docentes, podendo ser um membro da Faculdade FAMA e outro de outras instituições, desde que tenham proximidade com a temática escolhida. Para a aprovação no TCC é imprescindível que a média da banca seja igual ou superior a 7,0 (sete), tendo como nota máxima 10,0 (dez).

3.9 DA CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Parecer CNE/CP nº 22, de 2019, revisa e atualiza a Resolução CNE/CP 5 nº 02/2015, fundamentada no Parecer CNE/CP No 02/2015, o qual considera a legislação vigente, em especial às Resoluções CNE/CP N° 02/2017 e N° 04/2018, definidas com fundamento, respectivamente, nos Pareceres CNE/CP nº 15/2017 e nº 15/2018 que instituíram e definiram a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o conjunto de etapas e de modalidades da Educação Básica deverão desenvolver outras atividades práticas como componente curricular (PCC), distribuídas ao longo do processo formativo, podendo ser desenvolvidas de forma



articulada com disciplinas existentes ou serem organizadas como disciplinas ou atividades acadêmicas próprias. Neste sentido, a FAMA em consonância com o Parecer nº 22/2019, mantém a carga horária da PCC para os cursos de formação de professores prevista Resolução CNE/CP nº 2, de 2015.

Os diversos componentes curriculares que serão articulados pelas Práticas como Componentes Curriculares (PCC), situam e subsidiam as acadêmicas e acadêmicos para as suas decisões, ao longo do curso. Está previsto o desenvolvimento de competências nas atividades referentes às PCC, onde discentes devem planejar, organizar, intervir, analisar e avaliar as ações didáticas em diferentes espaços educacionais, considerando a identificação dos conhecimentos, saberes, competências e habilidades necessárias a um professor.

A PPC constitui-se na práxis pedagógica que articula os conhecimentos apresentados, refletidos, discutidos, dialogados, sistematizados e apreendidos no âmbito de cada um dos componentes curriculares e as situações reais vivenciadas. Tais situações são consideradas momentos de culminância que permitem experimentação, vivência, análise, discussão, reflexão, avaliação, socialização e reconstrução de saberes e conhecimentos. Esta estruturação possibilita a articulação entre os componentes curriculares e, assim, são estabelecidas constantemente as relações entre eles, evidenciando suas implicações e conexões.

Nessa proposta, cada professor das disciplinas específicas, as quais discorrem sobre o ensino e as metodologias, desenvolverá os conteúdos considerando múltiplos contextos de aprendizagem, possibilitando a experiência prática através de atividades que representam o processo ensino-aprendizagem, explorando a aplicabilidade dos conteúdos que compõem o corpo de conhecimento da Pedagogia. A sistematização e socialização dos conhecimentos e das experiências vivenciadas, em momentos específicos, enriquecerão o processo, pelo caráter de construção coletiva que o cerca.

As ações dos docentes das Práticas como Componentes Curriculares dialogarão sobre encaminhamentos metodológicos implicado no processo de formação docente, estabelecendo os vínculos entre os conhecimentos afetos à sua disciplina com os conhecimentos das demais, e com as demandas postas socialmente ao professor que está sendo formado.

O bloco curricular referente ao Grupo III-b denominado Prática como Componente Curricular procura estabelecer um diálogo entre a área pedagógica e a



área científica, através da criação de projetos e/ou proposições educacionais utilizando metodologias diferenciadas e recursos didáticos, tais como a investigação e a experimentação (GOUW, VIANA, 2017).

Consideram-se ainda, as contribuições da curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Pedagogia da FAMA, pois as atividades desenvolvidas junto às escolas de educação básica no âmbito das unidades curriculares de Prática como Componente Curricular está integrada com a extensão, a qual pode se constituir como prática formativa na formação inicial de professores, contribuindo para habilitar esses licenciandos a atender as necessidades do contexto educacional atual.

Os componentes abaixo relacionados apresentam carga horária destinada como Prática como Componente Curricular, totalizando 486 (quatrocentas e oitenta e seis) horas:

Quadro 02 – Carga Horária atividades práticas

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE PCC
Ensino de Educação Física: conteúdo e metodologia	72 horas	36 horas
Linguagem I: Alfabetização e Letramento	72 horas	36 horas
Linguagem II: Conteúdo e Metodologia	72 horas	36 horas
Ensino de História: conteúdo e metodologia	72 horas	36 horas
Ensino de Geografia: conteúdo e metodologia	72 horas	36 horas
Ensino de Matemática: conteúdo e metodologia	72 horas	36 horas
Ensino de Ciências: conteúdo e metodologia	72 horas	36 horas
Ensino de Artes: conteúdo e metodologia	36 horas	36 horas
Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais I, II, III, IV e V	90 horas	90 horas
Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente I, II e III	108 horas	108 horas
TOTAL DE HORAS		486 HORAS

Fonte: FAMA

Os componentes curriculares que tiverem o percentual de horas de prática deverão garantir no decorrer do processo de integralização, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o



desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência, através de projetos de intervenção, oficinas e pesquisas, devendo ser condicionado aos critérios de avaliação e registro.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 03 – Matriz Curricular

Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
1º Período	01	Didática Geral I	2	36				36
	02	Psicologia da Educação	4	72				72
	03	História da Educação Brasileira	4	72				72
	04	Filosofia da Educação I	2	36				36
	05	História, Cultura e Patrimônios Regionais	2	36				36
	06	Iniciação a Pesquisa científica	4	72				72
	07	Educação Infantil: Conteúdo e Metodologia I	2	36				36
	08	Pesquisa extensão e desenvolvimento de processos educacionais – I			18	18 (1crédito)		18
Subtotal			20	360	18	18		378
Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
2º Período	09	Filosofia da Educação II	2	36				36
	10	Didática Geral II	2	36				36
	11	Responsabilidade socioambiental e tecnologias limpas	4	72		72		72
	12	Sociologia da Educação	4	72				72
	13	Políticas Educacionais	4	72				72
	14	Educação Infantil: Conteúdo e Metodologia II	2	36				72
	15	Alfabetização Matemática	2	36				36



	16	Pesquisa extensão e desenvolvimento de processos educacionais – II			18	18 (1crédito)		18
Subtotal			20	360	18	90		414
Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
3º Período	17	Gestão e Organização Escolar	4	72				72
	18	Teorias do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem	4	72				72
	19	Currículo na Educação Básica	4	72				72
	20	Processos educacionais em espaços não escolares	2	36				36
	21	Linguagem I: Alfabetização e Letramento	4	72	36			72
	22	Ética Ambiental	2	36				36
	23	Pesquisa extensão e desenvolvimento de processos educacionais – III			18	18 (1crédito)		18
Subtotal			20	360	54	18		378
Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
4º Período	24	Linguagem II: Conteúdo e Metodologia	4	72	18			72
	25	Ensino de Educação Física: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72
	26	Matemática	2	36				36
	27	Avaliação e Planejamento Escolar	2	36				36
	28	Estágio Supervisionado: Gestão Escolar	2	36			54	90
	29	Psicopedagogia Institucional	2	36				36
	30	Eletiva I	2	36				36
	31	Metodologia da Pesquisa em Educação	2	36				36
	32	Pesquisa extensão e desenvolvimento de processos educacionais – IV			18	18 (1crédito)		18
Subtotal			20	360	72	18	54	432
Período	Nº de	COMPONENTE	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT



	ordem	CURRICULAR						
5º Período	33	Mídia, Tecnologias digitais e Educação	2	36				36
	34	Estágio Supervisionado: Educação Infantil	2	36			72	108
	35	Psicomotricidade	2	36				36
	36	Ensino de Matemática: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72
	37	Ensino de História: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72
	38	Direitos Educacionais de crianças e adolescentes	2	36				36
	39	Questões Atuais da Educação Brasileira	2	36		36		36
	40	Eletivas II	2	36				36
	41	Pesquisa extensão e desenvolvimento de processos educacionais – V			18	18 (1crédito)		18
Subtotal			20	360	90	54	72	450
6º Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
	42	Ensino de Arte: Conteúdo e Metodologia	2	36	36			36
	43	Ensino de Geografia: Conteúdo e Metodologia	4	72	18			72
	44	Ensino de Ciências: Conteúdo e Metodologia	4	72	18			72
	45	Estágio Supervisionado: Ensino Fundamental – Anos Iniciais	2	36			72	108
	46	Educação Especial: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	4	72				72
	47	TCC I: Projeto de Pesquisa	2	36				36
	48	Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente I			18	18 (1crédito)		18
Subtotal			20	360	54	18	72	378
Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
	49	Educação e Meio Ambiente	4	72		18		72



7º Período	50	Estágio Supervisionado: Formação Docente/Ensino Médio	2	36			54	90
	51	Educação Integral: Política, Planejamento e Gestão	2	36				36
	52	Educação e Trabalho	2	36				36
	53	Estudo das Relações Étnico Raciais	2	36				36
	54	Ecopedagogia	2	36				36
	55	Trabalho de Conclusão de Curso – II	2	36	36			72
	56	Projetos integradores	2	36		18		36
	57	Eletiva III	2	36				36
	58	Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente II				18 (1Credito)		18
Subtotal			20	360	36	54	54	468
Período	Nº de ordem	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Teórica	PCC	Extensão	APS	TT
8º Período	59	Trabalho de Conclusão de Curso – III	2	36	36			72
	60	Educação de Jovens e Adultos – EJA	2	36				36
	61	Educação do Campo	2	36				36
	62	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	4	72				72
	63	Educação para os Direitos Humanos	2	36				36
	64	Estágio Supervisionado: Ambientes não escolares	2	36			54	90
	65	Educação, Saúde e Corpo	2	36				36
	66	Eletiva IV	2	36				36
	67	Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente III	2	36	36	36 (2créditos)		36
Subtotal			20	360	72	36	54	450
Subtotal do Curso			167	2862	414	306	306	3348
Atividades curriculares complementares						200		
Total Geral			167	2862			320	3362

Fonte: FAMA

CONVENÇÃO: AT – Atividade Teórica presencial; AP – Atividade Prática Presencial, APS – Atividades



Práticas Supervisionadas; APC – Prática em Componente Curricular; TT – Carga horária total (aulas); AD – Atividade à Distância; AC – atividades complementares.

4.2 EIXOS DE FORMAÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR

Quadro 04 – Eixos de Formação da Estrutura Curricular

Grupos	Disciplina	Carga horária					TT
		Créditos	Teórica	Prática	Extensão	APS	
GRUPO I 46 créditos 828 horas	Didática Geral I	2	36				36
	Didática Geral II	2	36				36
	Filosofia da educação I	2	36				36
	Filosofia da Educação I	2	36				36
	Gestão e Organização escolar	4	72				72
	Políticas Educacionais	4	72				72
	Psicologia da Educação	4	72				72
	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	4	72				72
	Sociologia da Educação	4	72				72
	Psicopedagogia Institucional	2	36				36
	Currículo na Educação Básica: Teoria e Prática	4	72				72
	História da Educação Brasileira	4	72				72
	Alfabetização Matemática	2	36				36
	Mídia, Tecnologias digitais e Educação	2	36				36
	Avaliação e Planejamento escolar	2	36				36
Metodologia em Educação	2	36				36	
Total		46	828				828
	Educação e Trabalho	2	36				36
	Processos Educacionais Não Escolares	2	36				36
	Educação, Saúde e Corpo.	2	36				36
	Política, planejamento e	2	36				36



Grupo II	Gestão da Educação Integral					
	Educação de Jovens e Adultos – EJA	2	36			36
46 Créditos	Questões Atuais Educação Brasileira	2	36			36
	Matemática	2	36			36
828 horas	Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens	2	36			36
	Estudo das relações étnico-raciais para o ensino	2	36			36
GRUPO II	Educação para os Direitos Humanos	2	36			36
	Iniciação a Pesquisa Científica	4	72			72
	Pesquisa em Educação I	2	36			72
	Pesquisa em Educação II	2	36			72
	Educação Especial: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	4	72			72
	Educação Infantil: Conteúdo e Metodologia I	2	36			36
	Educação Infantil: Conteúdo e Metodologia II	2	36			36
	Psicomotricidade	2	36			36
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	4	72			72
	Responsabilidade socioambiental e tecnologias limpas	4	72		72	72
	História, cultura e patrimônios regionais	2	36			36
	Projetos integradores	2	36			36
	Educação e Meio Ambiente	4	72		72	72
	Ecopedagogia	2	36		36	
	Ética Ambiental	2	36			36
	TCC I	2	36			36
	TCC II	2	36			36
	TCC III	2	36			36
	Eletiva I	2	36			36
	Eletiva II	2	36			36
Eletiva III	2	36			36	
Eletiva IV	2	36			36	
	TOTAL	72	1296		180	1296
	Estágio de docência					



GRUPO III – a 10 + 17 = 27 27 créditos: 486 h	– Educação Infantil	2	36			72 (4créditos)	108	
	Estágio de docência – Anos Iniciais	2	36			72 (4créditos)	108	
	Estágio de docência – Gestão Escolar	2	36			54 (3créditos)	90	
	Estágio de docência – Ensino Médio	2	36			54 (3créditos)	90	
	Estágio em Espaços não escolares	2	36			54 (3créditos)	90	
Total		10	180			306 (17créditos)	486	
	Linguagem I: Alfabetização e Letramento	4	72	36			72	
	Linguagem II: Conteúdo e Metodologia	4	36	36			72	
GRUPO III – b 30 + 11 = 41 créditos 738 horas	Ensino de Geografia: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72	
	Ensino de Educação Física: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72	
	Ensino de História: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72	
	Ensino de Ciências: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72	
	Ensino de Matemática: Conteúdo e Metodologia	4	72	36			72	
	Ensino de Arte: Conteúdo e Metodologia	2	36	36			72	
	Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente I			108	108	(6créditos)		108
	Pesquisa, extensão e desenvolvimento de processos educacionais			90	90	(5créditos)		90
	Total	30	540	486	270			738
TOTAL		158	2912	450	450 (25créditos)	306 (17créditos)	3078	

Fonte: FAMA



4.3 CARGA HORÁRIA TOTAL

Quadro 05 – Carga Horária total

PADRÕES DA FORMAÇÃO	Nº CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Grupo I Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com a escola.	46 créditos	828 horas
Grupo II Conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC.	72 Créditos	1096 horas
Grupo III Horas de estágios supervisionados	10 + 17 = 27 créditos	486 horas
Grupo III Práticas dos componentes curriculares dos Grupos I e II	30 + 25= 55 créditos	990 horas
Total do Curso	200	3600
Atividades Complementares – AC	–	200
Total		3800

Fonte: FAMA

4.4 DA CARGA HORÁRIA À DISTÂNCIA

Poderá ser utilizado no máximo até 20% da carga horária total do Curso, das disciplinas de acordo com o que determina a legislação para os cursos presenciais. Sendo que as aulas deverão constar nos planos de ensino com data especificada, o padrão de metodologia que será desenvolvido e o direcionamento avaliativo a ser aplicado na utilização do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) conforme Resolução da IES.

4.5 ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO FEDERAL E DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

Este projeto pedagógico atende às seguintes legislações:

- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);



- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Deliberação CEEPR nº 02/2015, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- Deliberação CEE nº 04/2013, que estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- Deliberação CEE/PR nº 04/2006, Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico–Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro–Brasileira e Africana;
- Deliberação nº 01/2017;
- Resolução nº 2/2015;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC–Formação);

4.6 EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes Curriculares, referenciais bibliográficos básicos e complementares, bem como ementas, encontram-se no anexo deste Projeto.

5 CORPO DOCENTE

O corpo docente do Curso de Pedagogia– Licenciatura da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA é composto por Professores Doutores, Mestres e Especialistas, com experiência na área de educação, possuindo carga horária parcial e integral, conforme anexo deste PPC, onde consta: qualificação, disciplinas ministradas, regime de trabalho, carga horária e tempo de serviço no magistério superior.



5.1 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão de deliberação das políticas institucionais no âmbito das unidades acadêmicas, competindo-lhe:

- I. Deliberar sobre todos os assuntos que, direta ou indiretamente, interessem à ordem administrativa, didática e científica do Curso, bem como, ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão;
- II. Opinar sobre a criação, a transformação e a extinção de cursos;
- III. Julgar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador do Curso.

5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação, conforme a Resolução do CONAES nº1 de junho de 2010, deve se constituir com um grupo de professores, aos quais é atribuído o acompanhamento do processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia. Assim, o NDE do Curso de Pedagogia da FAMA é constituído por cinco professores pertencentes ao seu domínio específico.

5.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo que compreende a trajetória do desenvolvimento da Avaliação Institucional da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, por meio da AUTOAVALIAÇÃO – mediante um trabalho de construção coletiva, pauta-se nas atividades concomitantes às funções fim da instituição considerando o seu contexto sociocultural e pedagógico.

Iniciou em 2008, com a avaliação de aspectos institucionais que envolve os departamentos de ciências humanas, sociais e aplicadas e ciências exatas e da terra, agrupados segundo seus campos de ensino e pesquisa, o corpo docente e administrativo e a sociedade civil.

Os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/04, orientam o delineamento dos critérios e



princípios definidos para obtenção das informações Institucionais, que contribui para a análise reflexiva e debate rumo à construção de uma identidade institucional, bem como fornecer subsídios para a propositura de decisões pela Comissão Própria da Avaliação – CPA, que contribua para a viabilização de um projeto de Institucional não apenas técnico científico, mas de aspectos de gestão e de relações de inserção social, considerando que Avaliação Institucional tem como eixo norteador o estudo da efetividade da ação Institucional como um todo, definido coletivamente entre seus pares.

Em face da multiplicidade de fatos, ideias e formas de trabalho desencadeadas no decorrer do processo avaliativo, é necessário balizá-los pela relevância que detêm diante da descrição contemplada pelo critérios que definem a avaliação institucional e que perpassa o todo da Instituição, tendo por objeto de análise valorativa as suas *'atividades finalísticas'* na perspectiva científica e pedagógica formadora, responsabilidade social da IES, políticas de pessoal, de carreira, de aperfeiçoamento, de condições de trabalho, Infraestrutura física e recursos de apoio. Neste mesmo limiar, considera os elementos que fazem parte dos *'procedimentos organizativos e operacionais das instituições'* que contempla a missão e o plano de desenvolvimento institucional, a comunicação com a sociedade, a organização e gestão da instituição, o planejamento e avaliação, as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira.

Para delimitar o campo destas abordagens por meio do trabalho coletivo que envolve diferentes segmentos Institucionais em meio a um processo coletivo e democrático que vem ocorrendo de forma descritiva e valorativa que implica em análises quantitativas e qualitativas, que propicia a tomada de decisões rumo ao aperfeiçoamento de seus programas e do desempenho de suas funções, envolvendo atividades específica de caráter contínuo e cíclico, incorporando métodos e incorporando diversas fases e operações.

Sequencialmente pauta-se na interpretação valorativa que analisa a realidade do contexto a partir do valor representado na seletividade de dados colhidos que expressa padrões e expectativas conscientes e intencionalmente ordenado com os fins da avaliação institucional, o que permite a CPA determinar o valor relativo das informações em sua totalidade. O que ocasiona a capacidade de organizar-se na busca do processo de definição da identidade Institucional, que abre espaço para a



reflexão, a discussão e o debate dos participantes sobre o desempenho e a produção acadêmica, o que culmina no apontamento de rumos coerentes com os fins Institucionais e na propositura de ações e projetos que viabiliza o aperfeiçoamento dos diferentes segmentos. Nesse limiar a avaliação tem caráter formativo que agrega as bases quantitativa e qualitativa que por meio dos dados e análises gera a autoconsciência Institucional, das demandas sociopolíticas, bem como estimula comportamentos individuais e relações interpessoais identificados com os propósitos e programas, que considera a Instituição na sua totalidade sociocultural, educacional, ética e científica.

Nesse clima que envolve dados e análises, apoiados na concepção de autonomia Institucional, percebe-se a pluralidade de comportamentos que se manifestam na trama de relações marcadas por diferentes compreensões e práticas característicos do meio acadêmico. No entanto, é imprescindível visualizar que essas diferenças explicam as contribuições legítimas e significativas para implementação de princípios e requisitos norteadores da avaliação e dos mecanismos que viabilizam a sua realização. Princípios esse que atendem ao perfil da avaliação institucional que pressupõe a construção contínua e permanente do seu processo, que se altera à medida que acumula informação confiável, que possibilita rever dados menos significativos.

O cenário da avaliação institucional requer que a CPA, concebida como agregadora de forças de diferentes segmentos Institucionais e sociais instrumentalize o debate interno sobre a qualidade, subsidiando o processo decisório que envolve compromissos individuais e coletivos.

Nessa trajetória a CPA, acompanha os diferentes momentos que envolvem a avaliação que enseja: a formulação dos questionamentos que é lançado na plataforma virtual que será acessado por acadêmicos e docentes para avaliar aspectos institucionais, de ordem estrutural, legal, de desempenho acadêmico e docente; para os membros do corpo administrativo para avaliar os aspectos institucionais e desempenho administrativo; a avaliação direcionada para a comunidade externa é feita por formulário manual que é entregue as diferentes segmentos da sociedade.

A partir desse processo, são realizadas reuniões com a CPA, para análises e apontamento de estratégias que serão levadas ao conhecimento dos diferentes segmentos institucionais em reuniões específicas e coletivas, que norteia-se



primeiramente pela análise dos resultados colhidos, seguido de debates coletivos que viabiliza a propositura de parâmetros que contribui no desenvolvimento do relatório final que serve de indicativo para decisões dos diversos segmentos institucionais e para análise do MEC.

A CPA como membro ativo dos direcionamentos que envolve o desenvolvimento da avaliação institucional prima pelos requisitos que vela pela observação dos princípios da universalidade, totalidade, igualdade, especificidade, periodicidade, racionalidade, transparência, integração, retribuição e cumulatividade. O que visa atingir os objetivos fundamentais do processo avaliativo que envolve a avaliação institucional da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, que pressupõe:

- Buscar informações que permitam uma visão global dos processos sociais, pedagógicos e científicos envolvidos nas atividades acadêmicas, de modo a identificar os problemas e suas causas, as possibilidades e as potencialidades da Instituição no cumprimento de sua missão social, melhorando suas condições de atuação e fortalecendo-a;
- Sensibilizar e mobilizar a Comunidade Acadêmica para o conceito da autoavaliação e sua prática educativa como elemento para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para criar uma cultura de busca da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;

Com vistas ao alcance das referidas metas, as comunidades interna e externa são mobilizadas, por meio de estratégias, definidas em três etapas distintas:

Etapa preparação – envolve principalmente a comunidade interna, inclusive os gestores. Dessa fase resultou a Constituição da CPA, por meio da Portaria nº 02/2010. Outra ação de grande importância dessa etapa foi a sensibilização da comunidade interna quanto à nova proposta de autoavaliação integrada aos princípios do SINAES. Em face desses pressupostos os membros da CPA participaram de estudos internos, bem como toda a comunidade acadêmica, por meio da realização de seminários específicos e discussões. Após esta fase de estudos, a CPA coordena a elaboração da proposta de autoavaliação.

A CPA, ao organizar a proposta de autoavaliação, com base nos pressupostos



do SINAES, procura envolver todas as pessoas que direta ou indiretamente integram a instituição, comunidade interna e externa. Esta participação ocorre no Fórum Permanente de Avaliação Institucional organizados com tal finalidade, dando base para a elaboração coletiva das planilhas e roteiros que servem de aporte para o recolhimento dos dados no decorrer da aplicação da avaliação institucional.

Etapa desenvolvimento – consiste na operacionalização da proposta definida pela comunidade acadêmica. Momento que efetiva-se as atividades:

- Levantamento de dados e informações pela CPA, mediante análise de relatórios, de documentos oficiais.
- Preenchimento de tabelas com dados quantitativos para fundamentar a avaliação das várias dimensões.
- Coleta de pareceres avaliativos na comunidade interna: diferentes segmentos da comunidade acadêmica participaram da autoavaliação institucional respondendo aos questionários ou se manifestando nos seminários avaliativos.

Etapa consolidação – pode-se afirmar que o processo de avaliação institucional atinge realmente o seu ciclo, ou se consolida, neste momento, o da elaboração do relatório, divulgação e análise dos resultados obtidos. Este relatório, ora apresentado a toda a comunidade, e de responsabilidade da CPA, está pautado em uma série de documentos produzidos na instituição, especificados nas planilhas avaliativas, bem como nos resultados dos questionários preenchidos pela comunidade acadêmica.

Tendo em vista a estreita articulação que deverá ocorrer entre os dados ponderados que servirá como principal fonte de informação para a avaliação externa, optou-se por estabelecer nas planilhas avaliativas a escala numérica adotada pelos avaliadores externos e prevista no artigo 3º § 3º da Lei nº 10.861/04. Escala está que compõe-se de cinco níveis: Nível 1: insatisfatório: média quantitativa para fins de análise do MEC: 1,0 a 1,4; Nível 2: bem pouco satisfatório: média quantitativa para fins de análise do MEC: 1,7 a 2,4; Nível 3: parcialmente satisfatório: média quantitativa para fins de análise do MEC: 2,7 a 3,4; Nível 4: em grande parte satisfatório: média quantitativa para fins de análise do MEC: 3,7 a 4,4; Nível 5: plenamente satisfatório: média quantitativa para fins de análise do MEC: 4,7 a 5,0



A CPA tem clareza que o processo de autoavaliação não se encerra com a finalização do relatório. E sim, que posteriormente, sirva de base para a instituição planejar-se, visando atingir patamares diferenciados na qualidade acadêmica e pertinência social. A CPA analisa a articulação, coerência, consonância, adequação, integração, intensidade, consistência, pertinência, consolidação direcionamentos em prol de uma construção coletiva e a institucionalização do conjunto de projetos e práticas constitutivas da identidade dessa Instituição.

6 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Curso de Pedagogia Licenciatura realizará reuniões específicas, com colegiado de curso, docentes, dirigentes da IES, acadêmicos e egressos, e membros da sociedade civil organizada, estudo do Projeto Pedagógico de Curso. A estrutura de discussão e exposição é dividida em três momentos, trazendo para discussão um olhar reflexivo sobre a Organização do Curso de Pedagogia que oferece:

- Núcleo de estudos básicos – que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado pertinente e de realidades, de reflexão e ações críticas.
- Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos – voltado às áreas de atuação profissional priorizada pelos projetos pedagógicos das instituições e que, atende a diferentes demandas sociais.
- Núcleo de estudos integradores – que proporcionará enriquecimento curricular. Dados esses que quando coletados são analisados junto ao colegiado de Curso, servindo de base para propor novos direcionamentos ao projeto pedagógico do curso.



7 INFRAESTRUTURA DE APOIO ACADÊMICO

O Núcleo de Apoio ao Docente e Discente – NADD é o núcleo de atendimento pedagógico e psicopedagógico da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAMA, que se propõe a mediar, estimular e promover ações envolvendo os docentes, discentes e técnicos administrativos.

O NADD tem por finalidade apoiar os docentes da Instituição em sua qualificação didático pedagógica, tendo em vista a otimização da qualidade do ensino desenvolvido pela IES no cumprimento de sua missão e da visão dela decorrente.

O NADD desenvolve o Programa Institucional de Apoio aos discentes através de diferentes programas temáticos de apoio específico, que buscam dar conta de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de desempenho dos acadêmicos da Faculdade FAMA. O atendimento é feito de forma imparcial e ética, primando pelo respeito do solicitante e assegurando-lhe sempre o sigilo absoluto sobre as questões apresentadas e sua identidade.

O NADD prioriza a construção de uma nova relação entre alunos, diretoria, coordenação, professores e colaboradores de maneira geral, para que juntos possam transformar a realidade acadêmica, recebendo, analisando e encaminhando solicitações aos setores responsáveis, sugerindo ações e mudança para a melhoria dos sistemas de gestão.

7.1 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento dos egressos é realizado a partir de algumas iniciativas:

- Disponibilização de um portal de cadastramento e acesso, com informações sobre empregabilidade, concursos etc.;
- Acompanhamento da colocação dos egressos no mundo do trabalho;
- Catalogação e registro dos endereços;
- Encaminhamento de comunicados, convites, informativos e formulários avaliativos;
- Encontros de egressos;



- Mesas redondas e rodas de conversas com egressos convidados.

A IES promove intercâmbios e firma parcerias, buscando por meio de palestras, seminários, visitas técnicas, assegurando assim a inserção do profissional no mundo do trabalho, trazendo para a IES as necessidades do mercado a fim de delinear um perfil para subsidiar as avaliações dos conteúdos desenvolvidos.

8 NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE

O Núcleo de Acessibilidade da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente atende aos dispostos da Portaria Ministerial nº 3.284/2003 e Decreto nº 7.611/2011 e é composto pelo Núcleo de Atendimento ao Discente e Núcleo de Apoio Pedagógico da IES. Tem por finalidade primária atender, apoiar e promover a acessibilidade, conforme disposto na legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, Autismo e mobilidade reduzida, quanto ao seu acesso e permanência na Faculdade FAMA.

9 INSTALAÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS ACADÊMICOS E PEDAGÓGICOS

O Curso de Licenciatura em Pedagogia utiliza espaço compartilhado com os demais Cursos da IES, possuindo a seguinte infraestrutura adequada com atualizações e acessibilidade conforme descritos:

- Laboratório de Informática, equipado com 20 (vinte) computadores, com capacidade para 40 (quarenta) acadêmicos, espaço amplo, climatizado, iluminado, com bancadas, cadeiras, computadores conectados à internet, quadro informativo, lousa e Datashow;
- 10 (dez) Salas de aula, com capacidade máxima para 60 (sessenta) lugares, equipadas com carteiras, cadeiras, lousa, tela para Datashow, climatizada, iluminadas e com mural para recados;
- Cantina, equipada com fogão, geladeira, armário, utensílios domésticos,



micro-ondas, freezer, bancadas e bancos para acomodação;

- 08 (oito) banheiros;
- Espaço amplo para recreação;
- Estacionamento amplo, coberto para veículos de colaboradores e docentes;
- Secretaria Acadêmica, equipada com computadores, máquinas de Xerox, climatizada, com armários, gavetas e demais equipamentos de multimídia (Datashow, caixa de som, microfone, televisor e aparelhos de DVDs);
- Acervo acadêmico, arejado, com prateleiras e arquivos para documentação acadêmica, identificado;
- Almojarifado para produtos de limpeza e de escritório, com prateleiras;
- Sala para desenvolvimento de atividades do eixo ambiental, “sala verde”, equipada com armário, mesa, cadeiras e acesso a rede wifi;
- Sala para o NADD, Núcleo de atendimento ao discente e docente, equipada com mesas, cadeiras, armário e acesso a rede wifi;
- Sala de Coordenação Pedagógica geral, equipada com mesa, cadeira, computador, impressora, mural de recados e arquivo de aço;
- 02 (duas) Salas de Coordenação de Curso e coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Relações com a Comunidade, de uso compartilhado, equipada com mesa, cadeira, computador com acesso à internet, mural para recados, arquivo de aço, espaço iluminado, ventilador e ar-condicionado, mural de aço e armário;
- Sala para Professores, com mesa, cadeiras, computador, mesa de café, filtro de água, escaninhos, banheiro, cozinha, ar-condicionado e acesso a rede wifi;
- Sala de Direção Geral, equipada com mesa, cadeiras, computador, impressora, ar-condicionado e frigobar;
- Biblioteca equipada com mesas, cadeiras, prateleiras do acervo bibliográfico, 05 (cinco) computadores para pesquisa com acesso a rede de internet, escaninho de guarda volumes, espaço ventilado, amplo, com ar-condicionado, impressora e demais equipamentos de uso técnico.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, A. Formação Integral. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: UFMG; Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. **Parecer CNE/CP, 03 de 2006**. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia,

_____. **Resolução CNE/CP N.º 1, de 15 de maio de 2006** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2003. DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, M. de L. de A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANCO, M. E. D. P. et al. **As funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão**. Brasília, DF: MEC. Série Estado do Conhecimento. (n. 03): p. 103–167, Junho, 2001.

FREIRE. P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOERGEN, P. **A universidade em tempos de transformação**. Disponível em <http://www.prg.unicamp.br>. Acesso em 12/08/2015.

GUTERRES, C. R. J. **A Faculdade interamericana de educação projeto multinacional de aperfeiçoamento de pessoal especializado em educação, 1970/1977**. Santa Maria/RS, PPGE/UFSM, 2001. Tese de Doutorado.

HORTALE, V. A.; MORA, J–G. **Tendências das reformas da educação superior na Europa no contexto do processo de Bolonha**. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 937–960, Especial – Out. 2004.



JACOBI, P.; LUZZI, D. **Meio ambiente** – um diálogo em ação. 27ª ANPEd. Livro de Resumos, 2004. p. 327.

LEFF, E. Pensar la complejidad ambiental. In: LEFF, E. **La complejidad ambiental. México: Siglo XXI**, 2000. p. 7–35.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORGADO, José Carlos. **Currículo e Profissionalidade Docente. Portugal**. Ed Porto. 2005.

PARANÁ. **Deliberação nº 01/2017**. Conselho Estadual de Educação. Curitiba: 2017.

_____. **Deliberação nº 04/2013**. Conselho Estadual de Educação. Curitiba: 2013.

PAULA, M. de F. C. de. **A influência das concepções alemã e francesa sobre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro quando de suas fundações**. Disponível em <http://www.anped.org.br>. Acesso em 10/08/2015.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 19. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2003.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

_____. **Permanência e mudança das universidades**. Disponível em <http://schwartzman.org.br>. Acesso em 19/08/2015

SILVA, V. R. Projetos de extensão e formação profissional na licenciatura em Educação Física. Jataí–GO: CAJ/UFG, 2001. **Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Curso de Educação Física**, Campus Jataí, Universidade Federal de Goiás, 2001.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



ANEXOS

ANEXO A - Ementário Vigente

ANEXO B - Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado

ANEXO C - Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares

ANEXO D - Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso



ANEXO A - Ementário Vigente

PRIMEIRO PERÍODO		
Componente	Créditos	Horas
DIDÁTICA GERAL I	2	36 HORAS
EMENTA A prática pedagógica escolar enquanto prática social específica. Fundamentos sócio-políticos e epistemológicos da Didática, contribuições à Pedagogia e a formação do(a) professor(a). A escola, o aluno, o professor e o trabalho docente. Os processos de ensino e de aprendizagem, em diferentes abordagens pedagógicas.		
OBJETIVO . Compreender a Didática como disciplina de análise da prática educativa e sua relevância para a formação do(a) professor(a) crítico(a). Refletindo sobre os elementos constituintes dos processos educativos sistematizados, nas diferentes instituições educacionais, a partir da realidade social contemporânea.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS CANDAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. COMENIUS. Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 1997. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (trouxe das referências complementares para as básicas) GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações Campinas: Autores Associados, 1996. _____. Escola e democracia. 41 ed. Campinas. Autores associados, 2008. (trouxe das referências complementares para as básicas) TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes,		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



2002. (trouxe das referências complementares para as básicas)

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2008

VEIGA, Ilma P. A. (Coord.). Repensando a didática. 21 ed. Campinas: Papirus, 2004.

ROMANOWKI, J. P. Formação e profissionalização docente. 3 ed. Curitiba. IBPEX, 2009.

TARDIF, M; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

TARDIF, Maurice & RAYMOND, Danielle Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 73, Dezembro/00, p. 209–244.

Componente	Créditos	Horas
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	72

EMENTA

Elementos históricos da Psicologia como ciência: objeto de estudo; métodos de investigação. A Psicologia e sua relação com as outras áreas do conhecimento. Possibilidade e contribuições da Psicologia para a Educação. Desenvolvimento humano: Infância, adolescência, vida adulta e velhice. Aspectos sociais, cognitivos e emocionais no processo de ensino e aprendizagem. Relações sociais na escola. Leituras do cotidiano a partir da Psicologia: a família, a subjetividade, tecnologias digitais, a escola.

OBJETIVO

Compreender as contribuições da Psicologia, nos estudos sobre o desenvolvimento humano, para o processo de formação do acadêmico de Pedagogia, promovendo um espaço de discussão e reflexão. Colaborando para que o aluno desenvolva



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



referencial teórico que lhe permita refletir sobre as situações de ensino–aprendizagem vivenciadas em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. & FURTADO, Odair. & TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias – Uma Introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COLL, Cesar, PALÁCIOS Jesus, MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Penso, 2004.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 21ª. São Paulo: Summus, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOCK, Ana Mercês Bahia. & FURTADO, Odair. & TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologia fácil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. **Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltados para a educação**. Belo Horizonte: Lê, 2001.

GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 20ª. Ed. Vozes, 2011.

MONEREO, C. et al. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2016

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 25 ed. Vozes, 2013.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4	72
EMENTA O debate teórico–metodológico sobre a escrita da história da educação: fontes, abordagens e objetos. A Educação na Antiguidade Oriental: entre a oralidade e a escrita. Modelos Pedagógicos na Antiguidade Ocidental, seus educadores e Instituições de Educação. Sistemas de Formação Medievais. As implicações político-pedagógicas do Humanismo Renascentista, da Reforma e Contra–Reforma. A educação brasileira no período colonial: os aldeamentos e os colégios jesuíticos. Projetos Educacionais da Modernidade. As influências das reformas pombalinas para a educação brasileira. Estudo das concepções e práticas educativas ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Debate teórico–metodológico sobre a escrita da história da educação. A educação brasileira no período colonial. As influências das reformas pombalinas para a educação brasileira. Articulação do processo educativo brasileiro com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo; concepções e práticas estabelecidas historicamente no processo de formação da educação brasileira.		
OBJETIVO Fomentar a análise das concepções e práticas educativas ocorridas no Brasil desde o período colonial aos dias atuais, discutindo a educação no contexto do sistema econômico político possibilitando a compreensão do fenômeno educativo, nas suas relações com o contexto organizacional da sociedade brasileira.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <i>Educação Popular</i> . São Paulo: Brasiliense, 1984. GERMANO, José Willington. <i>Estado Militar e Educação no Brasil – 1964–1985</i> . UNICAMP/Cortez, São Paulo, 1993. LEMME, Paschoal. <i>O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira</i> . Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 65, no. 150, maio/agosto de 1984. LOPES, Eliane Marta Teixeira e outros (org.) <i>500 anos de educação no Brasil</i> . Belo		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira F. *História da Educação no Brasil (1930–1945)*, Vozes, Petrópolis, 1994.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

LOMBARDI, José C.; NASCIMENTO, M. Isabel Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas–SP: Autores Associados, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antiguidade**

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. Orgs. **Gestão e Políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DP e A, 2004.

BRANDÃO, Zaia (org) **A crise dos paradigmas e a educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996. MANIFESTO dos Educadores Mais Uma Vez Convocados. In: GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI Jr., Paulo **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARRACH, Sônia A. **Neoliberalismo e educação**. In GHIRALDELLI Jr., Paulo (org) **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42–56.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm>



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	2	72
EMENTA Filosofia da Educação: conceitos de filosofia; conceitos de educação. Origens da Filosofia. Objeto de estudo da Filosofia. Evolução histórica das principais teorias do conhecimento e os grandes filósofos da humanidade.		
OBJETIVO Compreender a íntima conexão entre Filosofia e Educação; Refletir acerca da importância do estudo de Filosofia e da Filosofia da Educação para a formação do educador e a necessidade do conhecimento filosófico na prática educativa; Expandir a reflexão acerca do conhecimento filosófico, em especial, das principais teorias e filósofos, e aplicá-las nas concepções educativas existentes; Identificar os pressupostos filosóficos que fundamentam as várias teorias e práticas pedagógicas; Incentivar o futuro educador, a partir da reflexão–ação, a uma práxis consciente de sua profissão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARANHA, M.L. de A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1989. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002. SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 12 Ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1996.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES LOVO, Adriana M. Ribas & RODRIGUES, Zita Ana L. Filosofia e Educação: a dimensão evolutiva do conhecimento. Curitiba: Qualogic, 2000. FULLAT, Octavi. Filosofias da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. KENELLER, G. F. Introdução à filosofia da educação. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1984. HENRIQUE Nielsen Neto. Filosofia da Educação. São Paulo: Melhoramentos, 1988.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
HISTÓRIA, CULTURA E PATRIMÔNIOS REGIONAIS	2	36
EMENTA História, patrimônio e identidade cultural, análises das diversas conceituações acerca do patrimônio e suas subdivisões em patrimônio material, imaterial, natural que compreende as áreas preservacionistas: histórico, cultural e artístico. As concepções patrimoniais regionais, a estruturação e colonização do território do Sudoeste do Paraná. A História, os acontecimentos e a cultura regional. As políticas de patrimonialização e culturais e sua execução local. História de Clevelândia.		
OBJETIVO Conhecer e interpretar criticamente a história, a cultura e o patrimônio regional; Discutir a história, a cultura e o patrimônio regional; Entender a relação entre os fatos passados e o contexto atual; Olhar criticamente a história do município de Clevelândia e compreender criticamente o presente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. História do Paraná . Curitiba: Grafipar, 1969. CARNEIRO, David. O Paraná na Guerra do Paraguai . Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 317 p. Coleção Farol do Saber. LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense . Curitiba, SECE/BPP, 1986. STECA, Lucinéia Cunha. História do Paraná: do século XVI à década de 1950 . Londrina: Ed. UEL, 2002. WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização . 2ª Ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BESSEGATO, M. L. O Patrimônio em Sala de Aula: Fragmentos de ações educativas. PortocAlegre, Evangraf, 2ª edição., 2004. FONSECA, S. G. Caminhos da História Ensinada. Campinas–SP, Ed. Papyrus, 5. ed., 2001.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



FERNANDES, J.R.O. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. In Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.13, nº 25/26,

setembro 1992/ agosto 1993. pp.265–276.

Mapas Históricos do Paraná. [http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea de Mapas históricos do Paraná.](http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea%20de%20Mapas%20hist%C3%B3ricos%20do%20Paran%C3%A1)



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA	4	72
EMENTA Ciência e conhecimento Científico. Níveis de conhecimento. Fundamentos da Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Projeto de Pesquisa. Planejamento e elaboração de Pesquisa Social. Organização de trabalho científico. Análise e produção de textos científicos. (Normas ABNT).		
OBJETIVO Evidenciar os fundamentos e métodos pertinentes ao conhecimento científico. Compreender as diversas fases e as principais técnicas para desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Desenvolver pesquisas de campo aliado a trabalhos científicos de acordo com as orientações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa ; São Paulo: Atlas, 2009. GIL, A C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social ; São Paulo: Atlas, 2007. DEMO, Pedro. Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro, 2004. MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



TRIVINOS, A.N.S. Introdução à pesquisa de ciências sociais. 1. ed., 14 reimp. São Paulo: Atlas, 2006.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEÚDO E METODOLOGIA I	2	72

EMENTA

Análise dos fundamentos políticos, econômicos e sociais da educação infantil (crianças de 0 a 6 anos). Evolução e contextualização histórica dos conceitos de infância e família. Funções da educação infantil. O desenvolvimento infantil e a organização pedagógica da educação infantil. O projeto político-pedagógico e a prática pedagógica na Educação Infantil, a partir da LDB e BNCC.

OBJETIVO

Compreender a concepção de infância e do desenvolvimento infantil através de aprofundamento teórico a fim de reconhecer a importância do contexto histórico social cultural da Educação Infantil, levando a uma prática pedagógica, que se estabeleça a partir do conhecimento da história da Educação Infantil, suas funções e objetivos de modo a analisar as ações políticas, sociais, culturais e pedagógicas, enfatizando metodologias e práticas com base nas orientações dos documentos nacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BROUGERE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____, A. **Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo infantil**. São Paulo, Moderna, 1988.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressupostos da Educação Infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo, Cortez, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Secretária da Educação Fundamental. **Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Brasília: MEC/SEF, 1998.

PAPALIA, Daiane E. **O mundo da criança**. São Paulo: Maikon Books, 1998.

WEIL, Pierre. **A criança, o lar e a escola**. 18 ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SISTO, Fermino Fernandes. **Aprendizagem e Mudanças Cognitivas em crianças**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 3. ed., São Paulo: Pioneira, 1995.

FRIEDMANN, A et al. **O Direito de Brincar: a brinquedoteca**. São Paulo, Scritta, ABRINQ, 1992.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **Educação Infantil: práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2012.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS	1	18
EMENTA Introdução aos conceitos pesquisa, extensão e processos educacionais. Introdução aos processos de elaboração de projetos interdisciplinares e de intervenção para posterior desenvolvimento de práticas educativas, culturais, artísticas, científicas e tecnológicas na/com a comunidade.		
OBJETIVO Desenvolver a consciência crítica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Propor projetos de intervenção na/com a comunidade. Promover a interação entre docentes, discentes, técnicos e profissionais na/com a comunidade, por meio de atividades educativas, científicas e culturais, articuladas com a Pesquisa e o Ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO FILHO, Targino / Thiollent, Michel Jean–Marie Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão / Targino de Araújo–Filho; Michel JeanMarie Thiollent; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global. Editora Unicamp, São Paulo, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



SEGUNDO PERÍODO

Componente

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II

Créditos

2

Horas

36

EMENTA

Estudo das principais correntes Filosóficas da Educação e de sua Relação com as Tendências Pedagógicas no Brasil (Escola Tradicional, Escola Nova, Pedagogia Libertadora, Escola Tecnicista, Teorias Críticas da Educação, Pedagogia Histórico Crítica, Construtivismo, Sócio-Interacionismo). A Filosofia para crianças como alternativa metodológica.

OBJETIVO

Relacionar temas que fazem parte da vida do profissional da Educação a uma discussão de cunho filosófico, formulando um pensamento crítico-recurso que seja capaz de avaliar e propor debates sobre os fundamentos, as bases conceituais, as matrizes epistemológicas e os percursos históricos da Filosofia relacionados com a Educação, estabelecendo condições de refletir sobre as práticas pedagógicas existentes e fazendo-o optar por aquelas que realmente formem o ser humano em sua integralidade, evidenciando um repertório básico de conceitos para serem aplicados à prática docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
FULLAT, Octavi. Filosofias da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
GILLES, Thomas. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1987.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KOHAN, Walter O. Infância: entre a educação e a filosofia. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2003.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1991.
SEVERINO, Antonio. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIAS LIMPAS	4	72 HORAS
EMENTA Crise de paradigma: social, ambiental e ético. O papel das políticas públicas no desenvolvimento sustentável. Legislação Ambiental. Danos morais ambientais. Indicadores e Geoindicadores. Padrões de Consumo e Padrões de Produção. Modelos alternativos de desenvolvimento. Riscos e vulnerabilidades. Sustentabilidade dos projetos. Adaptação e resiliência. Planejamento e gestão socioambiental urbana. Estudos de caso.		
OBJETIVO Intervir em problemáticas socioambientais, considerando a realidade como processo histórico de construção humana, de forma crítica, científica e criativa, fundamentado em conhecimentos das dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental, com autonomia, comunicação qualificada e adequada, responsabilidade e ética, respeitando as diversidades.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PADUA, J. A. Justiça ambiental e cidadania . Rio de Janeiro: Relume–Dumará, 2011. BECK, U. Risk society: towards a new modernity . (tradução Mark Ritter) London: Sage, 1992. LEFF, E. Epistemologia ambiental . São Paulo: Cortez, 2000. EYRET, Yvete (Org.). Os riscos: O homem como agressor e vítima do meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2007. MENDONÇA, F. A. Geografia e meio ambiente . 8. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BARBIERI, J.C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. Mapping vulnerability? Disasters, development, and people . London: Earthscan, 3004. BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BURSZTYN, M. Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2001.

DAUPHINÉ, A. Risques et catastrophes? Observer, spatialiser, comprendre, gerer. Paris: Armand Colin, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Brasília: Senado Federal, 1997.

PORTO, M. F. de S. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M.C.F. (Ed.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005.

MENDONÇA, F. Impactos sócio-ambientais urbanos. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
DIDÁTICA GERAL	2	36 HORAS

EMENTA

A organização da dinâmica da prática pedagógica, os tempos e espaços da realização do processo de ensino e aprendizagem. Planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo de ensino. Relação professor–aluno. A ética em sala de aula.

OBJETIVO

Compreender o processo de ensino e aprendizagem como reflexão/ação/reflexão que caracteriza a prática pedagógica enquanto práxis. Analisando o processo do planejamento de ensino, métodos, recursos didáticos e avaliação como elementos fundamentais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CANDAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico crítica. Campinas: Autores Associados, 2008.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (trouxe das referências complementares para as básicas)

MEIRIEU, Phillipe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006. (trouxe das referências complementares para as básicas)

_____. Construção do conhecimento em sala de aula. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Aula: Gênese, dimensões, princípios e



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

ZABALA, A. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (nesse período deixei nas complementares)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Didática: O ensino e suas relações. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 41 ed. Campinas. Autores associados, 2008. (nesse período deixei nas complementares)



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	72
EMENTA A relação indivíduo e sociedade na perspectiva das vertentes sociológicas: Funcionalismo, Sociologia Compreensiva, Materialismo Histórico e a Escolha Racional. A Educação como elemento de Desenvolvimento Econômico e Social. As novas concepções e caracterizações da Educação nos diversos ambientes sociais.		
OBJETIVO Ampliar o conhecimento sobre as relações sociais e dos processos que caracterizam a Educação como possibilidade de atuação e intervenção.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011. FERREIRA, Roberto M. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1993. DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BOURDIER, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. _____. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. MEKSENAS, Paulo. Aprendendo Sociologia: a paixão de conhecer a vida. São Paulo. Loyola, 1987. ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1981. GOMES, Candido Alberto. A Educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1994. GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica: alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1990. GRAMSCI, A. A Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Brasileira, s.d.

Componente	Créditos	Horas
POLÍTICAS EDUCACIONAIS	4	72

EMENTA

Política, Estado e Democracia: relações com a educação. Síntese histórica do processo escolar brasileiro. Legislação, reformas e políticas educacionais. Planejamento, gestão e financiamento da educação.

OBJETIVO

Analisar criticamente a educação no contexto de transformações da sociedade contemporânea assim como discutir as políticas públicas educacionais, a estrutura e a organização da educação no Brasil a fim de compreender a influência dos diferentes interesses sociais, econômicos e políticos e sua vinculação aos organismos internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (org.). Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias. 1ª. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 552 p. ISBN 978-85-7041-652-0.

GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: Educação e Sociedade Revista de Ciência da educação. As políticas educacionais dos novos governos da América Latina. Campinas, São Paulo: Cortez, abr.– jun. 2011, v. 32, n.º 115.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



legislação do ensino. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 162 p. (Coleção educação contemporânea). SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M de; EVANGELISTA, O. Política Educacional. 4. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AZEVEDO, J. M. L. de. A educação como política pública. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. 78 p. (Polêmicas do nosso tempo). BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.;

FERREIRA, N.S.C. (Org.). Políticas públicas e gestão da educação polêmicas, fundamentos e análises. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; AMARAL, Cláudia Tavares do. Políticas Públicas Contemporâneas para a Educação Especial: Inclusão ou Exclusão? Educ. Universidade federal do Pampa Campus Jaguarão curso de Pedagogia Soc., Campinas, vol. 28, n. 100. Especial, p. 921–946, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Práxis Educativa (Dossiê). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2006–2013

SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 35.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002. 94 p.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO INFANTIL: Conteúdo e Metodologia II	02	36 HORAS
EMENTA Concepções teóricas que fundamentam a organização dos tempos e espaços nas instituições de Educação Infantil. O papel do jogo, do brinquedo e do desenho no desenvolvimento da criança. Desenvolvimento da linguagem e aquisição da linguagem escrita. O currículo e a avaliação na Educação Infantil. A formação do educador para atuar na primeira etapa da Educação Básica.		
OBJETIVO Aprofundar conhecimentos teóricos práticos na formação do educador na primeira etapa da Educação Básica: Educação Infantil conforme determinam as legislações e documentos oficiais da Educação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARIÈS Philippe História social da criança e da família. São Paulo: Editora LTC, 1981. CORSINO, Patrícia (Org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas–SP Autores associados, 2009. CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. OLIVEIRA, F. J.; KASHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). Pedagogia da infância: dialogando com o passado construindo o futuro. Porto alegre: Artmed, 2007. SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos . São Paulo: Loyola, 1990. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018 BROUGERE, G. Jogo e educação . Porto Alegre: Artmed, 1999. _____, A. Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo infantil . São Paulo, Moderna, 1988.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressupostos da Educação Infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo, Cortez, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Secretária da Educação Fundamental. **Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PAPALIA, Daiane E. **O mundo da criança**. São Paulo: Maikon Books, 1998.

WEIL, Pierre. **A criança, o lar e a escola**. 18 ed., Petrópolis: Vozes, 1997.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA	02	36 HORAS

EMENTA

Os primeiros traços matemáticos na história do homem. Os sistemas numéricos criados através do tempo. Os métodos matemáticos de diferentes civilizações. Conjuntos numéricos. As operações fundamentais e a Linguagem matemática.

OBJETIVO

Proporcionar a compreensão de que a matemática é uma linguagem universal, que esta ciência caminhou de braços dados com a evolução da humanidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BASSO, Ademir. M4T3M4T1C4 3 C0T1D14N0: do homem das cavernas à atualidade. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

BOYER, C. B.; MERZBACH, U. C. História da matemática. [Tradução de Helena Castro]. São Paulo: Blucher, 2010.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

DANYLUK, Ocsana. Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. O diabo dos números. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, N. J. Matemática e realidade: análise dos pressupostos filosóficos que fundamentam o ensino da matemática. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TAHAN, M. O homem que calculava. 73ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS – II	2	18 HORAS
EMENTA Contextualização sobre a extensão universitária e pesquisa no Brasil. Aprofundamento de conceitos pesquisa, extensão e processos educacionais. Processo inicial de elaboração de projetos interdisciplinares e de intervenção para posterior desenvolvimento de práticas educativas, culturais, artísticas, científicas e tecnológicas na/com a comunidade.		
OBJETIVO Desenvolver a consciência crítica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Propor projetos de intervenção na/com a comunidade. Promover a interação entre docentes, discentes, técnicos e profissionais na/com a comunidade, por meio de atividades educativas, científicas e culturais, por meio da articulação com a Pesquisa e o Ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO FILHO, Targino / Thiollent, Michel Jean–Marie Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão / Targino de Araújo–Filho; Michel JeanMarie Thiollent; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global. Editora Unicamp, São Paulo, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



TERCEIRO PERÍODO		
Componente	Créditos	Horas
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	4	72
EMENTA Fundamentos teóricos da administração escolar. Teorias da administração e gestão Educacional. Gestão democrática. O planejamento educacional e sua relação com o processo de desenvolvimento e de participação social. A organização do trabalho escolar. Projeto político–pedagógico.		
OBJETIVO Aprofundar conhecimentos teórico–práticos dos futuros pedagogos em relação à gestão, administração e organização, através de debates com diferentes atores sociais, possibilitando profissionais capazes de contribuir na elaboração de projetos comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem. Conhecer a organização do projeto político pedagógico e a relação desse na prática da escola e da comunidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS: LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola – teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997. BELLOTO, A. A. Monteiro et al. (Org.). Interfaces da gestão escolar. São Paulo: Editora Alínea, 1999. GANDIN, Danilo. A Prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma Construção possível. 14 a edição Papyrus, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BEISIEGEL, Celso; OLIVEIRA, Andrade (Org.). Gestão democrática da educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, J. (Org.) Estrutura e funcionamento da educação básica. SP: Pioneira, 2004.

NÓVOA, A. (Org.). As organizações escolares em análise. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

BASTOS, João Baptista (Org.). Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar, políticas, estruturas e organização. 2 ed. SP: Cortez, 2005.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	4	72
EMENTA O desenvolvimento humano e a aprendizagem como fatores de construção do conhecimento. Teorias mecanicistas e mentalistas da aprendizagem e suas implicações na prática pedagógica (inatismo e comportamentalismo). Epistemologia genética de Piaget. Aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky e suas diferenças em relação ao behaviorismo e ao construtivismo. Processos psicológicos e a organização de processos pedagógicos de aprendizagem escolar.		
OBJETIVO Apropriar-se de conhecimentos sobre processos psicológicos constituintes da aprendizagem de diferentes conteúdos e utilizar esse conhecimento na organização de práticas pedagógicas orientadas para a formação humana.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon – teoria psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. HALL, C.S.; LINDZEY, G. Teorias da personalidade. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971. POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres : a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Ed Forense, 1980. Vygotsky VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Capítulo 6: Interação entre aprendizagem e desenvolvimento. _____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES COLE, M.; Cole, S.R. O Desenvolvimento da criança e do Adolescente (4ª. ed.) Porto Alegre: Artmed, 2004. COLE, Michael. Desenvolvimento cognitivo e escolarização formal : a evidência da pesquisa transcultural. In: MOLL, Luís. Vigotsky e a educação . Implicações		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



pedagógicas da psicologia sócio–histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PIAGET, Jean. & INHELDER, Bärbel. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1998.

OLSON, D.R.; Torrance, N. E cols. Educação e Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Pereira, D.Z.T; Miura, E. e cols Criando crianças: da concepção aos seis anos. Porto Alegre: Art Med, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **VYGOTSKY**: desenvolvimento e aprendizado um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	72
EMENTA		
<p>Fundamentos, fontes e componentes do currículo. Teorias do currículo. A construção social do currículo. Tendências nos estudos curriculares. Currículo como produto e como processo. A organização curricular e a questão da disciplinaridade e interdisciplinaridade. Propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais na Educação Básica. Currículo, cultura e avaliação. Legislação básica norteadora da elaboração dos currículos do ensino da educação básica brasileira. Formas de organização curricular e suas implicações no cotidiano das escolas. Ensino de nove anos – Ensino fundamental. Referenciais, Programas e Projetos Curriculares.</p>		
OBJETIVO		
<p>Discutir a dimensão ideológica de currículo, novos enfoques curriculares e diferentes concepções no âmbito social, político e econômico no contexto da educação contemporânea.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues. (Org.). Passagens entre o moderno e o pósmoderno: ênfases e aspectos metodológicos das pesquisas sobre currículo. Campinas: FE/UNICAMP, 2007.</p> <p>APPLE. Michael. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>_____. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 1989.</p> <p>COSTA, Marisa V. Estudos culturais: para além das fronteiras disciplinares. In:_____, (org.). Estudos culturais em educação. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 13–36. 2000.</p> <p>LOPES, Alice Casemiro, MACEDO, Elizabeth, (orgs.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.</p> <p>GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (orgs.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In:</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



SILVA, Tomaz T. da, (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. GOODSON, Ivon F. Currículo: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, v. 22, nº 2, jul./dez., p. 17–46, 1997. _____. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. **Currículo na contemporaneidade**. Incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

GIROUX, H. S. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**. Novas políticas em educação. Rio Grande do Sul: Artmed, 1999.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997.

GOODSON, I. **Currículo**: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOPES, A.; MACEDO, E. (Org.). **Currículo**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, A.; MACEDO, E. **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, E. F. de; MOREIRA, A. F. B. **Currículo, Práticas Pedagógicas e Identidades**. Lisboa: Editora Porto, 2002.

PACHECO, J. A. **Currículo**: teoria e práxis. Porto: Porto Editora, 2001.

PACHECO, J. A. **Políticas Curriculares**. Referências para análise. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A escola poderia avançar um pouco no sentido de melhorar a dor de tanta gente. In: COSTA, Marisa Vorraber. A escola tem futuro? 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 51–76.

MACEDO, E. (Org.); LOPES, Alice Casimiro (Org.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1. 269 p.

MACEDO, Elizabeth.; LOPES, Alice Casimiro; ALVES, Maria Palmira Carlos (Org.).



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Cultura e política de currículo. 1ª ed. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2006.
v. 1. 207 p.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente PROCESSOS EDUCACIONAIS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES	Créditos 2	Horas 36
EMENTA		
<p>Conceitos e dimensões sócio políticos na estrutura de ambientes de educação não-formal. Cultura(s) de espaços educativos formais e não-formais. As dimensões do trabalho pedagógico: pedagogia social de rua; Pedagogia em ambientes empresariais, projetos sociais, Tribunais de Justiça, Ministério Público, Centro de Referência a Assistência Social, Asilos, entre outros espaços não formais. Organização não governamental. Pedagogia no ambiente de promoção de saúde e da melhoria de qualidade de vida. Princípios e práticas pedagógicas no processo de Organização de Instituições e espaços educativos não-formais. Postura e Ação do educador. A organização da práxis pedagógica na educação não escolar, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Projetos de ação educativa em espaços não-escolares.</p>		
OBJETIVO		
<p>Desencadear reflexões sobre a organização de projeto informais, não-formais em espaços sociais e as necessidades sociais de intervenções de empresas do terceiro setor que auxiliam na formação do cidadão, bem como, rever as possibilidades de construção de diferentes saberes na educação nestes espaços.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª. Ed. Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.</p> <p>SUNG, Jung Mo. Educar para reencantar a vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.</p> <p>TORRES, C. A. A política da educação não formal na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AFONSO, Almerindo J. Sociologia da educação não-formal: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? in: ESTEVES, Antônio Joaquim e STOER, Stephen R. A sociologia na escola, Porto: Afrontamento, 1992, p.83–96.

ALMEIDA, José Luís Vieira de. Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua. – São Página 5 de 5 Paulo: Xamã, 2001.

BRANDÃO, C.R. A educação como cultura. São Paulo. Brasiliense, 1986.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FERREIRA, Ademir A., REIS, Ana C.F. & PEREIRA, Maria Isabel. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

GALLO, Sílvio. Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

LIMA, L.C. A escola como organização educativa. S. Paulo: Cortez, 2001. HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: Cadernos Cedes, n. 55. Campinas, SP. 2001. Nóvoa, Antonio (Coord). As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1992.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. In: Cadernos Cedes, n.55. Campinas, SP. 2001. SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADES EDUCADORAS CONTRA A EXCLUSÃO E PELA PAZ. Anais. Curitiba, UNESCO/AUGM/UFPR, 1996.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
LINGUAGEM I: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	4	72
EMENTA Diferentes concepções de Linguagem: linguagem verbal, não verbal e multimodal; Figuras da Linguagem; Funções da Linguagem; Linguagem e identidade. Diferentes concepções de alfabetização; A alfabetização como questão nacional no Brasil. Analfabetismo no Brasil; Conceitos de letramento; Alfabetização, letramento, analfabetismo de resistência, alfabetização de opressão, letrismo funcional, letrismo afuncional Contribuições da Linguística, da Psicolinguística e da Sociolinguística para a alfabetização. Métodos de alfabetização. Legislação e políticas de alfabetização; Concepções de Alfabetização no Brasil ao longo da História. Discussão de textos voltados para aspectos atuais da alfabetização escolar: a importância da leitura e da escrita		
OBJETIVO Possibilitar reflexões sobre as transformações ocorridas nas concepções de alfabetização relacionadas à linguagem e seu uso sob as perspectivas cultural, psicológica, política, sócio–econômica, metodológicas e legais ao longo da história.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem . [1929–1930] Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. _____. Estética da Criação Verbal . [1979] Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018. CHARTIER, Roger. Os Desafios da Escrita na Escola . São Paulo: UNESP, 2002. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982. _____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1998. MACHADO, Ana Maria. Como e Por que Ler os Clássicos Universais Desde		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Cedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender.** Porto Alegre: Mediação, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione. 2002.

FARACO, C. A. **Escrita e Alfabetização.** São Paulo: Contexto, 2003. TEBEROSKY, A.; GALLART, M. S. **Contextos da Alfabetização Inicial.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADAMS, M. J.; FOORMAN, B. R. **Consciência Fonológica em Crianças Pequenas.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e Leitura.** São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo.** São Paulo: Cortez, 2001.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GROSSI, Esther Pilar. **Alfabetização em novas bases.** Porto Alegre: Kuarup, 1993.

KLEIN, L. R. **Alfabetização: Quem tem medo de ensinar.** São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.** Maceió: Inep, 1999.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ÉTICA AMBIENTAL	2	36
EMENTA Introdução ao estudo da Ética Ambiental como um dos ramos da chamada 'Ética Aplicada'. Conceitos fundamentais envolvidos e a grande variedade de Éticas ambientais; Ética ambiental nas racionalidades filosóficas da cultura ocidental e nas culturas tradicionais. Ética ambiental e biodiversidade. Os grandes desafios sócio-ambientais da comunidade nacional e internacional e a discussão de alguns temas e problemas relevantes.		
OBJETIVO Analisar os princípios éticos e políticos envolvidos na relação sociedade e meio-ambiente, proporcionando aos acadêmicos dos diferentes cursos da FAMA, o conhecimento e a discussão destes mesmos princípios éticos e dos problemas envolvidos em qualquer forma de educação ambiental, permitindo avançar no sentido da justificação de opções, escolhas e compromissos morais com relação ao meio-ambiente, do qual todos os seres humanos, ao mesmo tempo que fazem parte, depende intimamente para sua sobrevivência		
REFERÊNCIA BÁSICA CUNHA, S. B.; GUERRA, J. (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens . Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003. [SEP] GOLDENBERG, M. Ecologia, Ciência e Política . Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992. SÁNCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. Ética . 31.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 302 p. 31.ed. SOUZA, Herbert José de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania . São Paulo: Moderna, 1994. 73p., 21cm. (Coleção Polêmica)		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 223 p. ISBN (Broch.). PROCÓPIO FILHO, Argemiro; BURSZTYN, Marcel (Org.). Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século . 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 192 p.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



QUEIROZ, Adele; ASHLEY, Patricia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. XXVII,300 p., il. 2.ed.

STEPKE, Fernando Lolas; DRUMOND, José Geraldo de Freitas. **Ética: em engenharia e tecnologia**. Brasília: CONFEA, 2011. 153 p.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Tradução de Róbson Ramos dos. [et al.] Reis. 8.ed Petrópolis: Vozes, 2010. 406 p.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS – III		18 HORAS
EMENTA Pesquisa e extensão no Ensino Superior como prática facilitadora no processo de ensino e aprendizagem para a questão ambiental. Elaboração de projetos interdisciplinares e de intervenção que possuam a educação ambiental como transversalidade, para posterior desenvolvimento de práticas educativas, culturais, artísticas, científicas e tecnológicas na/com a comunidade.		
OBJETIVO Desenvolver a consciência crítica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Propor projetos de intervenção na/com a comunidade. Promover a interação entre docentes, discentes, técnicos e profissionais na/com a comunidade, por meio de atividades educativas, científicas e culturais, por meio da articulação com a Pesquisa e o Ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO FILHO, Targino / Thiollent, Michel Jean–Marie Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão / Targino de Araújo–Filho; Michel JeanMarie Thiollent; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global. Editora Unicamp, São Paulo, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



QUARTO PERÍODO

Componente

Créditos

Horas

LINGUAGEM II: CONTEÚDO E METODOLOGIA

4

72

EMENTA

Conhecimento, análise e interpretação de textos narrativos (poema, fábula, conto, crônica, novela, romance), descritivo (artigo de opinião, carta do leitor), relatos (notícias, reportagens), instrucionais (bula de medicamento, receita, anúncio e campanhas publicitárias); acentuação gráfica, pontuação, questões ortográficas, letras e fonemas, classes gramaticais. Diferentes metodologias de ensino do Português, Produção Textual e Literatura. Leitura e interpretação de textos sobre meio ambiente e a sua aplicação em sala de aula e meio social. Análise e utilização dos recursos pedagógicos e tecnológicos aplicados ao ensino da Língua Portuguesa. Pressupostos teórico–metodológicos que subsidiam o ensino de Língua Portuguesa e Literatura infantil nos anos iniciais; compreensão da importância do ensino da língua através de gêneros textuais adequados às séries iniciais; a leitura, a Literatura infantil e o Letramento Literário. Estudo e análise dos conteúdos aplicados no ensino de Língua. Estudos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e Diretrizes Curriculares.

OBJETIVO

Abordar conhecimentos teórico–metodológicos acerca do processo ensino–aprendizagem da língua portuguesa. Construir conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem ao futuro Pedagogo a compreensão sobre o processo do ensino e da aprendizagem na área de Língua Portuguesa, bem como as implicações psico–socio–linguísticas na aquisição e utilização da linguagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. [1929–1930] Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Estética da Criação Verbal**. [1979] Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CHARTIER, Roger. **Os Desafios da Escrita na Escola**. São Paulo: UNESP,



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



2002. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

_____. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MACHADO, Ana Maria. **Como e Por que Ler os Clássicos Universais Desde Cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2002.

FARACO, C. A. **Escrita e Alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2003. TEBEROSKY, A.; GALLART, M. S. **Contextos da Alfabetização Inicial**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADAMS, M. J.; FOORMAN, B. R. **Consciência Fonológica em Crianças Pequenas**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 2001.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GROSSI, Esther Pilar. **Alfabetização em novas bases**. Porto Alegre: Kuarup, 1993.

KLEIN, L. R. **Alfabetização: Quem tem medo de ensinar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió: Inep, 1999.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTEÚDO E METODOLOGIA	4	72
EMENTA Estudo e análise crítica dos conteúdos e metodologias de ensino da Educação Física e sua aplicabilidade na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Estudo e análise dos processos de ensino–aprendizagem na Educação Física escolar e suas relações com a cultura corporal de movimento como forma de apropriação do mundo e de desenvolvimento humano.		
OBJETIVO Discutir, analisar e vivenciar conteúdos e metodologias do ensino da Educação Física, fundamentadas na compreensão da cultura corporal do movimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BETTI, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Ministério da Educação do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, primeiro e segundo ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1997. DAÓLIO, Educação física e o conceito de cultura. Campinas: Autores Associados, 2004. _____. Da cultura do corpo. Campinas: Papyrus, 1995. _____. Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980. Campinas: Papyrus, 1998. DARIDO, Suraya Cristina & RANGEL, Irene Conceição Andrade (cord.). Educação Física na escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 2010. _____. Pedagogia do futebol. KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: ED. Unijui. 2000. FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo:		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Moderna, 1998.

HUIZINGA J. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KISHIMOTO, T. M., (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCELLINO, N. C. Lazer Educação. 16 ed. Campinas: Papyrus, 1987.
_____ Pedagogia da animação. Campinas: Papyrus, 2007.

SANTIN, S. Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento. Porto Alegre: EST, 2001.

TUBINO, M. G. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. Cadernos CEDES n. 48, 1999, p. 69–88.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. SP: Cortez Autores, Associados. 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. Apresentação e análise das principais abordagens da educação física escolar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v. 20, n. 1, p. 58–65, 1998.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
MATEMÁTICA	2	36
EMENTA Conjuntos numéricos. Produtos notáveis. Frações. Razão. Proporção. Porcentagem. Potenciação. Radiciação. Racionalização. Noções de Estatística. Equações do 1º grau com uma variável. Equações do 2º Grau ou Equações Quadráticas. Inequações do 1º Grau. Logaritmo e exponencial.		
OBJETIVO Conceituar, calcular e aplicar os conceitos matemáticos, fornecendo ao estudante conhecimentos e técnicas que lhe sejam úteis posteriormente em sua profissão docente, a fim de que possam utilizá-lo como instrumento para o domínio da ciência e da técnica, como também, desenvolver e consolidar atitudes de comprometimento, crítica e autocrítica no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ALENCAR FILHO, Edgar de. Iniciação a lógica matemática. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1996. BEZERRA, Manoel J. Matemática – Volume Único. São Paulo: Editora Scipione, 1996. GIOVANI, José Ruy, CASTRUCCI, Benedito; GIOVANI JR., José Ruy. A Conquista da matemática: Teoria e aplicação. São Paulo: FTD, 1992. .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES GÓES, Hilder Bezerra e TONAR, Ubaldo. Matemática para concursos. 7. ed. São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004. LEITHOLD, Louis. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1988. MEDEIROS, Valéria Zuma et alii. Pré-Cálculo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. MORETTIN, Pedro Alberto; HAZZAN, Samuel; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Cálculo		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



– funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2005.

Componente	Créditos	Horas
AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO ESCOLAR	2	36
EMENTA Planejamento convencional. Planejamento Estratégico. Evolução histórica da avaliação. Perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem. Funções, categorias e critérios de avaliação. Tipos, métodos e instrumentos de avaliação. Avaliação institucional.		
OBJETIVO Compreender o significado e processo de avaliação e do planejamento no contexto escolar.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BASSO, Ademir. Avaliações múltiplas para múltiplas inteligências. Pato Branco: Imprepel, 2017. BASSO, Ademir; HEIN, Nelson. Vencendo a inércia na escola. 3. ed. Pinhais: Melo, 2011. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Org). Avaliação institucional: teoria e experiências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista. 37. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula, escola em debate. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: GESTÃO ESCOLAR	02	80 horas
EMENTA Observação, participação e registros de ações pedagógicas em turmas; Planos de ensino para docência; Conceitos, práticas e avaliação em cursos. Avaliação como forma de rever sua prática pedagógica; Organização e apresentação de relatório; participação em reunião de pais; participação em conselhos de classes, análise de projeto político pedagógico da escola.		
OBJETIVO Possibilitar a prática pedagógica e reflexões sobre conhecimentos teórico-práticos referentes às ações pedagógicas na formação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEHRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006 LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. ALARCÃO, Isabel (Org.). Formação reflexiva de professores – estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora, 1996. CARVALHO, Gislene T. R. Delgado de; ROCHA, Vera H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004. PIMENTA, Selma G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GUEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17–52. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). SACRISTÁN, José Gimeno. Poderes instáveis em educação. Tradução. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Original em espanhol.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura).

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v 13. (Questões da nossa época). _____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JOSSO, Marie Christine. Experiências de vida e formação. Tradução José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

MENDES, Bárbara Maria Macedo. Formação de professores reflexivos: limites, possibilidades e desafios. Linguagens, Educação e Sociedade, n. 13, p. 37–45, jul./dez. 2005.

MENDES, Iran Abreu; MARTINS, André Ferrer Pinto. Didática. Natal, RN : EDUFRN, 2006. PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Tradução de Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre: Artmed, 2001.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL	02	36 horas
EMENTA História da Psicopedagogia. A Psicopedagogia; evolução histórica, conceituação, objeto e áreas de atuação Conceituação da psicopedagogia como área interdisciplinar do conhecimento. Processo de ensino e aprendizagem e seus obstáculos. Dificuldades de aprendizagem. Caracterização, avaliação e intervenção nas principais dificuldades de aprendizagem. Orientação à família.		
OBJETIVO Formar o profissional para o trabalho de intervenção psicopedagógico no processo de aprendizagem, oferecendo conhecimento para atuação na instituição, tanto na prevenção, como no tratamento dos problemas de aprendizagem		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BOSSA, N. A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011. OLIVEIRA, M. Â. C. Psicopedagogia: a instituição educacional em foco. Curitiba: IBPEX, 2009. BOSSA, N. A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011. Lanhes, MARIA E., Nico, M., A. Nem Sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares, São Paulo, Editora Alegro, 2002. M.; CAPOVILLA, F., C. Atualização em transtornos de aprendizagem. São Paulo, SP: Artes Médicas, 2009. DROWET, R. C. R. Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo, SP: Ática, 2001. VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes. _____. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES MACEDO, Lino de. Ensaios Construtivistas. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994. MRECH, L. Psicanálise Educação: Novas Operadores de Leitura. São Paulo.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Pioneira, 1999 SANTOS, M., T., M., (org.). Distúrbios de Leitura e Escrita – Teoria e Prática, São Paulo, Manole, 2002

SISTO, Firmino F. et all. (Org). Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar. Petrópolis, R. J., Ed. Vozes, 1996, p. 196–212.

GOMEZ, L. P. S. et al. A construção do indivíduo democrático a partir de uma perspectiva Piagetiana. Disponível em: <

<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/34778b4c9d>

38757c980ae70382f8d435.html >. Acesso em 08/09/2021

MORAES, D. N. M. Diagnóstico e avaliação psicopedagógica. Disponível em: <
http://www.ideau.com.br/bage/upload/artigos/art_28.pdf >. Acesso em 15/09/2014.

MOREIRA, M. A. Comportamentalismo, Construtivismo e Humanismo. Disponível em: Acesso em 03/10/2021.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	2	36
EMENTA Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. Ciência: conceito, características, método. O papel da pesquisa na universidade e na sociedade. Abordagens teórico–metodológicas de pesquisa em educação. Características gerais do projeto de pesquisa.		
OBJETIVO Conhecer os paradigmas das Ciências Humanas e as abordagens metodológicas da pesquisa em Educação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ANDRÉ, M. (Org.). O Papel da Pesquisa na formação e na prática dos professores. São Paulo. Papyrus. 2001. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2007. DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GATTI, B. A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília. Plano. 2002		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS – IV	2	36
EMENTA Educação Ambiental, pesquisa e extensão universitária: caminhos possíveis. Apresentação e compartilhamento de projetos interdisciplinares e de intervenção que possuem a educação ambiental como transversalidade. Seminário de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento de Processos Educacionais.		
OBJETIVO Desenvolver a consciência crítica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Propor projetos de intervenção na/com a comunidade. Promover a interação entre docentes, discentes, técnicos e profissionais na/com a comunidade, por meio de atividades educativas, científicas e culturais, por meio da articulação com a Pesquisa e o Ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO FILHO, Targino / Thiollent, Michel Jean–Marie Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão / Targino de Araújo–Filho; Michel JeanMarie Thiollent; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global. Editora Unicamp, São Paulo, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



QUINTO PERÍODO		
Componente	Créditos	Horas
MÍDIA, TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO	2	36
EMENTA Mídias oral, escrita, visual e digital; Tecnologias de informação e comunicação (TICs) Ambientes educacionais online; As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação. Construção de projetos educativos envolvendo tecnologias digitais.		
OBJETIVO Analisar o uso de tecnologias digitais no contexto da educação contemporânea, bem como a importância de sua contribuição no processo de ensino aprendizagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS Almeida, M.E.B. (2002). <i>Educação, projetos, tecnologia e conhecimento</i> . São Paulo: PROEM. OLIVEIRA, Celina Couto de. Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo . Campinas: Papyrus, 2001. TEDESCO, Juan Carlos (Org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza . São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2004. VALENTE, J. A. Computadores e conhecimento: repensando a educação . Campinas: Gráfica da UNICAMP, 1993. VALENTE, J.A. (2003). O papel do computador no processo ensino-aprendizagem. <i>Boletim o Salto para o Futuro</i> . TV escola. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED. Ministério da Educação. Disponível em www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/tetxt3.htm . VALENTE, J.A. (Org.) (1999). <i>Computadores na Sociedade do Conhecimento</i> . Campinas: Nied – Unicamp.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



D´AGORD, M. **A função de ativação de aprendizagem:** o professor aprendente. 2000. Disponível em: <<http://cursoead.proinfo.mec.gov.br>>. Acesso em: 15/03/2001.

FAGUNDES, L.; SATO, L.; MAÇADA, D. **Aprendizes do futuro:** as inovações já começaram! Secretaria de Educação a Distância, MEC, MCT, Governo Federal, 1999. (Coleção Informática para a mudança na educação).

HERNÁNDEZ, Fernando. **A organização do currículo por projetos de trabalho:** o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

PAPERT, S. **A máquina das crianças:** repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro: Quartet, 2000.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
QUESTÕES ATUAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	2	36
EMENTA Questões atuais da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil. Acesso, fluxo e qualidade do ensino. A escolarização no Brasil. Educação Brasileira na perspectiva contemporânea. Debates, políticas e pesquisas sobre financiamento, currículo, gestão escolar, formação e do trabalho docente.		
OBJETIVO Refletir sobre questões atuais da Educação Brasileira nos aspectos políticos e de Gestão da Educação Básica, dialogando e debatendo sobre as pesquisas de financiamento no Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios; São Paulo: Xamã, 2009. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000. VELOSO, F. ET AL. (Org.). Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro; Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. IEIRA, S. L. Educação Básica: política e gestão da escola; Fortaleza: Liber Livros, 2008. PALÚ, Janete; SCHUTZ, Jenerton Arlan; MAYER Leandro. (Organizadores). Desafios da Educação em tempos de Pandemia. Editora Ilustração. Cruz Alta – Brasil, 2020		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES RELARO, L.; GOMES, R; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação Educação e Pesquisa, abr 2011, vol.37, nº. 1, p.35–51; São Paulo: USP, 2011. CORREA, B. C. Educação infantil e ensino fundamental: desafios e desencontros na implantação de uma nova política Educação e Pesquisa, Abr 2011, vol.37, nº. 1, p.105–120; Rio de Janeiro: ANPED, 2011.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: EDUCAÇÃO INFANTIL	6	100

EMENTA

Vivência da docência em instituições de Educação Infantil. Observação e registro da organização do tempo e espaço na educação infantil; Articulação do conhecimento teórico à prática pedagógica. Vivência das rotinas de cuidado e educação na Educação Infantil. Planejamento e execução de projeto de Estágio Supervisionado em Educação Infantil. Estágio em Instituições Formais de Educação da 1ª etapa da educação básica: creches e pré-escolas. Práticas pedagógicas na educação infantil. Identidades dos professores da Educação Infantil. Avaliação na Educação Infantil.

OBJETIVO

Possibilitar ao futuro professor o conhecimento do cotidiano escolar na educação infantil para possibilitar desenvolver práticas pedagógicas no ensino da educação infantil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes, BIANCHI, Roberto e ALVARENGA, Marina. Orientação para estágio em Licenciatura. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular para a Educação Infantil (RECNEI). Brasília-DF: MEC/SEEF, 1998.

_____. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. MEC/SEB, Brasília-DF, 2006.

CAMPOS, Maria Malta (Org.). Creches e Pré-escolas no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa. A formação do professor e a prática de ensino. São Paulo: Thomson Pioneira, 1988.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos Pedagógicos na educação Infantil**. Artmed: Porto Alegre, 2008.

HORN, M. G. S. **Sabores, Cores, Sons e Aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIMENTA, Selma & Ghedin, Evandro (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



crítica de um conceito. São Paulo. Cortez. 2002.

ROMAN, Eurilda D. e ESTEVER, Vivia. A Criança de 0 a 6 anos e a Educação Infantil: Um retrato Multifacetado. Canoas: ULBRA, 2001

SEARA, Izabel Christine et al. (Org.). **Práticas pedagógicas e estágios**: diálogos com a cultura escolar. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AZEVEDO, Cleomar. Psicopedagogia e Alfabetização: Um processo de mobilização social. In: SCOZ, Beatriz J. L. et al. **Psicopedagogia**: Contribuições para a Educação Pós – Moderna. São Paulo: Vozes, 2003.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Educação infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas–SP: Papirus Editora, 2008.

PENIN, Sônia. **O Cotidiano da Escola**: a obra em construção. São Paulo: Cortez, 1989.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro L. Docência em formação. São Paulo: Cortez, 2004.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PSICOMOTRICIDADE	2	36
EMENTA Corporeidade e educação. O corpo do professor nos processos de educação. Psicomotricidade como abordagem corporal. Contribuições de Henri Wallon. Desenvolvimento psicomotor na infância. Atividades psicomotoras na educação da criança.		
OBJETIVO Desenvolver um conhecimento teórico-prático na área de corporeidade e psicomotricidade, com a finalidade de auxiliar, principalmente, o trabalho pedagógico nas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARNAIZ SÂNCHEZ, Pilar. A Psicomotricidade na Educação Infantil: Uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: Artmed, 2003. BERGES, Jean. Escritos da criança. Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 1988. COSTA, Auredite Cardoso. Psicopedagogia e Psicomotricidade: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2001. FERREIRA, Carlos A M. e RAMOS, Maria Ines. Psicomotricidade: educação especial e inclusão social. Rio de Janeiro: Ed Wak, 2007 FONSECA, Victor da. Psicomotricidade. São Paulo: Martins Fontes, 1993. _____, Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. 2ª ed. rev. e aum. Porto Alegre: Artmed, 1998 _____, Manual de observação psicomotora. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BRIEGHEL-MULLER, Gunna. Eutonia e relaxamento. São Paulo: Summus, 1998. BRUHNS, Heloísa T.; GUTIERREZ, Gustavo I. (Org.). O corpo e o lúdico. Campinas: Autores Associados, 2000. CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacyan e GOMES, Simone(coord.) Dança e educação em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



GARCIA, Regina (org.) O corpo que fala dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. LAPIERRE, André. Da psicomotricidade relacional à análise corporal da relação. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ENSINO DE MATEMÁTICA: CONTEÚDO E METODOLOGIA	4	72
EMENTA Estudos dos objetivos e do conteúdo programático da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como a análise da inter-relação entre seu conteúdo específico e as demais áreas curriculares e com o cotidiano. Tendências em Educação Matemática: História da Matemática, Modelagem Matemática, Etnomatemática, Tecnologia em Educação Matemática, Resolução de problemas, Jogos. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino específicos na área de Matemática.		
OBJETIVO Proporcionar a compreensão dos conteúdos, sua distribuição e aplicação do ensino da Matemática na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como possibilitar as inúmeras formas para trabalhar a matemática de forma diferenciada.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BASSO, Ademir. M4T3M4T1C4 3 C0T1D14N0: do homem das cavernas à atualidade. São Paulo: Livraria da Física, 2021. BOYER, C. B.; MERZBACH, U. C. História da matemática. [Tradução de Helena Castro]. São Paulo: Blucher, 2010. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 1996. DANTE, Luiz Roberto. Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BASSO, Ademir. As tecnologias no ensino–aprendizagem: uma discussão em aberto. Coleção Mundo das Ideias 2. Pato Branco: Imprepel, 2015. BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino. São		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Paulo: Contexto, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 12ª ed. São Paulo: Cotez, 2009.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2003.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ENSINO DE HISTÓRIA: CONTEÚDO E METODOLOGIA	4	72

EMENTA

O que é ser sujeito de sua própria história. A trajetória da História como disciplina escolar.

Propostas pedagógicas para o ensino de História. O ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e EJA. Os conceitos de espaço e tempo nas relações sociais.

Planejamento e avaliação no ensino de história. Práticas pedagógica no ensino de História na series iniciais da educação básica.

OBJETIVO

Proporcionar aos acadêmicos uma análise sistemática sobre os conteúdos e metodologias do processo de escrita da História, contribuindo para o exercício de sua função docente, na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: MEC, 1997.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, T. N. L. **História & ensino de história**. 2. ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas: Papyrus, 2003.

PINSKY, J. (Org.). **O ensino de história e a construção do fato**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PENTEADO, Heloísa. Metodologia do ensino de História e Geografia. São Paulo:



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Cortez, 1991.

XAVIER, Ma. L. M.; DALLA ZEN, Ma. Isabel H. (Org.). **O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FONSECA, Selva. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papyrus, 1993.

KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

KULMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862–1922).** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. (Estudos CDAPH).

NIKITIUK, S. (Org.). **Repensando o Ensino de História.** São Paulo: Cortez, 1996.

OSTETTO, Luciana E. **Encontros e encantamentos na educação infantil.** São Paulo: Papyrus, 2000.

SCHIMIDT, Ma. Auxiliadora. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
DIREITOS EDUCACIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	2	36

EMENTA

Constituição Federal – A importância da Educação na Carta Constitucional, inclusive como política pública primordial. Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Princípios, Direitos e Deveres aplicados a Criança e ao Adolescente. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Princípios, Direitos, Deveres do Educando e do Estado.

OBJETIVO

Propiciar uma visão mais abrangente e atual sobre a importância da proteção integral da criança e do adolescente com ênfase na realidade sócio–econômico e cultural, destacando a importância do pedagogo neste contexto

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRZEZINSKI, Iria. LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. Cortez Editora, 1997. MARÇURA, Jurandir Norberto; CURY, Munir; DE PAULA, Paulo Affonso Garrido. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. PIAGET, Jean; BRAGA, Ivette. Para onde vai a educação? J. Olympio, 1973. PICANÇO, Marilúcia et al. Cuidado integral da saúde da criança e do adolescente. 2014. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra, 2014. VIANA, Gustavo Abrantes. Proposta de intervenção para diminuir a incidência de gravidez em adolescentes da área de abrangência da Equipe Vermelha do Centro de Saúde Urucuia em Belo Horizonte–Minas Gerais. 2017

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARVALHO, Marília Pinto. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. cadernos pagu, n. 22, p. 247–290, 2004.
CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 245–262, 2002.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. DP & A, 2003. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16º ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2014.

MACIEL, Carina Elisabeth. Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação–UFMS, v. 15, n. 30, 2016.

MORAES, FERNANDA LUZ. O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar. Revista da Graduação, v. 8, n. 1.

PEREIRA, Tânia da Silva. O Melhor Interesse da Criança. Renovar, 2000. Direito da Criança e do Adolescente. Uma Proposta Interdisciplinar. Renovar, 1996

RIZZINI, Irene. Rizzini, Irmã. A Institucionalização de Crianças no Brasil. Loyola, 2004



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS – V	2	36
EMENTA Educação Ambiental, pesquisa e extensão universitária: caminhos possíveis. Apresentação e compartilhamento de projetos interdisciplinares e de intervenção que possuem a educação ambiental como transversalidade. Seminário de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento de Processos Educacionais.		
OBJETIVO Desenvolver a consciência crítica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Propor projetos de intervenção na/com a comunidade. Promover a interação entre docentes, discentes, técnicos e profissionais na/com a comunidade, por meio de atividades educativas, científicas e culturais, por meio da articulação com a Pesquisa e o Ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO FILHO, Targino / Thiollent, Michel Jean–Marie Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão / Targino de Araújo–Filho; Michel JeanMarie Thiollent; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global. Editora Unicamp, São Paulo, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



SEXTO PERÍODO		
Componente	Créditos	Horas
ENSINO DE ARTE: CONTEÚDO E METODOLOGIA	Créditos 4	Horas 72
EMENTA Conceitos do ensino da Arte no Brasil. A educação infantil e o ensino da arte. O Ensino da Arte nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A expressão dramática e musical da criança. Objetivos do ensino da arte. Conteúdos programáticos de Artes para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Materiais didáticos no ensino de Artes. Planos de ensino e avaliação o ensino da Arte.		
OBJETIVO Habilitar futuros professores para o ensino da arte na educação infantil e series iniciais do ensino fundamental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018 BRASIL, PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ARTE, Brasília, Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental, 1997, v. 6. 132 p. BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte . São Paulo: Ática, 1995. CUNHA, Susana Rangel Vieira da (org.). Cor, som, movimento. A expressão musical e dramática no cotidiano da criança. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999. SANS, Paulo de Tarso Cheida. Pedagogia do desenho infantil. 2ª Ed. Campinas: Ed. Alinea, 2007. FUSARI, Maria F. de Rezende et al. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993. REILY, Lúcia Helena. Atividade de artes plásticas na escola. São Paulo: Pioneira, 1986. BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam – a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Educ./Fapesp/Cortez, 2002.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



_____. (Org.). **Inquietações e mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Miriam Celeste. **Didática do Ensino de Arte – A Língua do Mundo**. São Paulo: FTD, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.

BARBOSA, Ana Mãe. **Arte e Educação conflitos e acertos**. São Paulo: Max Limonad, 1994.

NEWBERY, Elizabeth. **Como e por que se faz arte**. São Paulo: Ática, 2003.

PILLAR, Analice; VIEIRA, Denise. **Desenho e construção de Conhecimento na Criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PIMENTEL, Lucia (Coord.). **Som, gesto, forma e cor – dimensões da Arte e seu Ensino**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1995.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ENSINO DE GEOGRAFIA: CONTEÚDO E METODOLOGIA	4	72
EMENTA Conceitos de Geografia Fundamentos metodológicos do ensino de geografia. A produção social do espaço. A geografia na educação infantil e ensino fundamental programáticos de geografia para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Parâmetros curriculares do ensino de geografia. Materiais didáticos no ensino de geografia. Planos de ensino e avaliação de atividades didáticas. As práxis pedagógicas e avaliação no ensino da Geografia.		
OBJETIVO Proporcionar a inserção dos futuros pedagogos no universo histórico, didático e prático do ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ALMEIDA. Rosângela Doin de (1996). A propósito da questão teórico–metodológica sobre o ensino de Geografia. In: Terra Livre 8, São Paulo: Marco Zero. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia . MEC, (1997, 1999, 2000). CASTROGIOVANNI, A. C.; COSTELLA, R. Z. Brincar e Cartografar Com os Diferentes Mundos Geográficos: a alfabetização espacial . 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. v. 1. 126 p. CASTROGIOVANNI, A.C.; SILVA, D.F.; SOUZA, Nádía Geisa Siveira de. Interdisciplinaridade na sala de aula: uma experiência pedagógica nas 3ª e 4ª séries do Primeiro Grau . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. v. 1. 173 p. LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra . São Paulo: Papyrus, 1988.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia . MEC, (1997, 1999, 2000). CALLAI, Helena Copetti (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões .		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.**

Campinas–SP: Papyrus, 1998.

PONTUSCHKA, N.; OLIVEIRA, A. **Geografia em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ENSINO DE CIÊNCIAS: CONTEÚDO E METODOLOGIA	4	72
EMENTA A criança, o mundo e a educação em ciências. Concepções, objetivos, tendências e métodos. Ciências e a escola. Perfil do professor e reflexão sobre currículo de Ciências e suas relações com o conhecimento científico e conhecimento cotidiano. Orientações metodológicas para a prática do professor. A questão dos conteúdos e a aprendizagem. O ensino de ciências através de projetos.		
OBJETIVO Analisar a importância da abordagem das Ciências no desenvolvimento dos seus futuros alunos, como agentes integrantes da natureza e transformadores do seu habitat natural e das relações estabelecidas entre qualidade e condições de vida, produção de tecnologia e conhecimento científico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018 BRASIL, MEC/SEF <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências naturais, vol.4, 2ª ed.</i> DP&A, R. Janeiro, 2000. BORGES, R.M.R. e MORAES, R. Educação em Ciências nas Series Iniciais. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998. CAMPOS, M. C. C. e NIGRO, R. G. Didática de Ciências – o ensino aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999. CAMPO, M.C.C. e NIGRO, R.G. <i>Didática de Ciências – O ensino e aprendizagem como investigação.</i> FTD, São Paulo, 1999. CARVALHO, A.M.P.et al. <i>Ciências no Ensino Fundamental: o conhecimento físico.</i> Scipione: São Paulo, 1998. NOGUEIRA, N.P. Pedagogia dos Projetos – uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



- ALVES, R. *Filosofia da Ciência – introdução ao jogo e as suas regras*. Ed. Loyola, São Paulo, 2000.
- CACHAPUZ, A., GIL-PÉREZ, D., CARVALHO, A.M.P., PRAIA, J., VILCHES, A. (orgs) *A necessária renovação do Ensino das Ciências*. Cortez Editora, S. Paulo, 2005.
- CHALMERS, A.F. *O que é ciência afinal?* Ed. Brasiliense, São Paulo, 1993.
- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A; PERNAMBUCO, M.M. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. Cortez Editora, São Paulo, 2002.
- HARLAN, J.D. RIVKIN, M.S. *Ciências na educação infantil: uma abordagem integrada*. 7ª ed. Ed. Artmed, Porto Alegre, 2002.
- KRASILCHIK, M. MARANDINO, M. *Ensino de Ciências e Cidadania*. Moderna, São Paulo, 2004.
- NARDI, R. (org.). *Questões atuais no ensino de ciências*. Ed. Escrituras, S. Paulo, 1998
- WEISSMANN, H. (org.). *Didática das Ciências Naturais – contribuições e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 1998.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	6	100
EMENTA Formação de professores, identidade e saberes da docência. Estudos e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação, participação do processo ensino aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Inserção em espaços educativos: Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas. Elementos teóricos e práticos da docência nos anos iniciais. Processo de avaliação da aprendizagem. Mediação e interação nos processos de ensino aprendizagem. Sistematização, análise e socialização da ação docente. O processo de alfabetização.		
OBJETIVOS Analisar a realidade educacional do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano (1ª a 4ª série) no contexto escolar a partir da observação e participação e docência, possibilitando conhecimentos para a prática pedagógica e avaliação no processo ensino–aprendizagem dos alunos dessa etapa da educação básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino de estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. CANDAU, Vera Maria (org.). Rumo a uma nova didática. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001. DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. MOREIRA, Antonio Flávio. Para quem pesquisamos; para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. São Paulo: Cortez, 2001. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. GANDIN, Adriana Beatriz. Metodologia de projetos na sala de aula: relato de uma		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



experiência. São Paulo: Loyola, 2001. MARANHÃO, Secretária de Educação Fundamental. Proposta curricular do Estado do Maranhão. Brasília: MEC/SEF, 2001. MARTINS, Jorge. Projetos de pesquisa: estratégia de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas: Autores Associados, 1996.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



EDUCAÇÃO ESPECIAL: FUNDAMENTOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES	CRÉDITOS	HORAS
	4	72
<p>Aspectos históricos da Educação Especial. Concepções teórico–metodológicas em Educação especial. Aspectos políticos e legais da Educação Especial: diretrizes para educação especial/inclusiva. Currículo e educação especial/inclusiva. Tipos de deficiência e diagnóstico diferencial. O aluno com deficiência no ensino regular. Estratégias de ensino para alunos com necessidades educativas especiais.</p>		
<p>OBJETIVO</p> <p>Compreender as questões biopsicossociais envolvidas na identificação e caracterização das deficiências e suas implicações para a educação de pessoas com necessidades educativas especiais, na perspectiva inclusiva</p>		
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007). Brasília: MEC, 2007.</p> <p>_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria para a Integração social da pessoa portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: SICORDE, 2007.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>_____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: Acesso em: 23 jan. 2017.</p> <p>MAZZOTTA, M. J. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, L. S. Obras completas. Tomo V: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, 1989.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
TCC I: Projeto de Pesquisa	2	36
EMENTA		
<p>Abordagens de pesquisa. Concepções de pesquisa em educação. Problematização da prática educativa escolar na perspectiva da pesquisa científica. Projeto de pesquisa: concepção e fases. Tipos de pesquisa e técnicas de coleta e análise de dados. Elaboração do projeto de pesquisa.</p>		
OBJETIVO		
<p>Desenvolver um aprofundamento teórico metodológico sobre a pesquisa educacional articulado ao processo de elaboração de um projeto de TCC previsto no PPC do curso de pedagogia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 16a ed., São Paulo: Perspectiva, 2001.</p> <p>GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.</p> <p>MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 2001.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.</p> <p>SEVERINO, A.J. Metodologia de trabalho científico. São Paulo: Cortez/Aurotes Associados. 1984</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>GARCIA, R.L. Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>GATTI, B.A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012, p. 13–34. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066, acesso em 04fev2015.</p> <p>_____. Pesquisa em Educação: um tema em debate. Cadernos de Pesquisa, n.80,</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



p. 106–111. São Paulo, fev.

1992. Disponível em: <http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/Pesquisa-em-educacao-um-tema-em-debate-960.pdf>, acesso em 04fev2015.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. (5 ed.) Rio de Janeiro: Record, 2001

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015. MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. (9.ed.) – Petrópolis, RJ:Vozes,2015.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente I	2	36

EMENTA

A experimentação como prática científica. Aprofundamento coletivo do repertório conceitual sobre o tema norteador: educação e meio ambiente. Leitura e discussão de textos sobre pesquisa coletiva para construção de parâmetros teórico-metodológicos para intervenções na comunidade. Socialização dos procedimentos e técnicas de coleta de dados. Identificação coletiva, derivada de atividades extensionistas e/ou visitas técnicas, de um problema de pesquisa.

OBJETIVO

Compreender a experimentação em Laboratório como prática científica interdisciplinar na área de Educação e Meio Ambiente, isto é, como prática fundamental nos processos de criação, de invenção e de transformação de demandas sociais por meio da criação, da pesquisa e investigação científica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: as Múltiplas Escalas Entre o Local e o Global. Editora Unicamp, São Paulo, 2012.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa e interdisciplinaridade no Ensino Superior**: uma experiência no curso de turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

FAVARÃO, N. R. L; ARAÚJO, C. A. **Importância da interdisciplinaridade no ensino superior**. EDUCERE – Revista da Educação, p. 103–115, vol. 4, n. 2, jul./dez, 2004.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **O que é interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, M. **Interdisciplinaridade**: atitude e método. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível em: <www.paulofreire.org>. Acesso em: 12 de Abril de 2022.

NOGUEIRA, N. R. **Interdisciplinaridade aplicada**. Petrópolis. São Paulo: 1998.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceitos, problemas e perspectivas. In: LEVY, T.; GUIMARÃES, H.; POMBO, O. A interdisciplinaridade: reflexão e experiência. 2. ed. Lisboa: Texto, 1994. p. 8–14. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/mathesis/interdisciplinaridade.pdf> Acesso em: 23 set 2021.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



SÉTIMO PERÍODO		
Componente	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	4	72
EMENTA Qual é a importância do conceito de meio ambiente nas práticas educativas? Mudanças de atitudes individuais e coletivas. Meio ambiente como tema transversal no currículo e sua aplicação e contextualização na sala de aula. A escola, a comunidade e o meio ambiente: desafios, inovações e perspectivas para as práticas educativas nos diferentes espaços pedagógicos e estruturas educativas Princípios de sustentabilidade. Cidadania ambiental. O educador e sua autoeducação. A educação para a cidadania planetária. Cultura da sustentabilidade. Educação ambiental. Correntes pedagógicas sustentáveis e solidárias. A preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Construção de novos paradigmas na educação. O papel político pedagógico da educação ambiental na formação do cidadão, histórico e evolução da Educação Ambiental no Brasil e no mundo.		
OBJETIVO Mostrar as relações entre educação, meio ambiente e sociedade, para que os indivíduos e a comunidade tomem consciência do seu meio ambiente e entorno, sob perspectiva interdisciplinar. Aplicar o ensino–aprendizagem para o exercício da cidadania e da responsabilidade social, face aos riscos provocados pela degradação socioambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS CARIDE, J. e MEIRA, P. (2001). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Instituto Piaget, Lisboa. DIAMOND, J. (2008). Colapso. Ed. Record, Rio de Janeiro. HARARA, Y.N. (2011). Sapiens: Uma breve história. Porto Alegre: L&PM Editores S. A. IDEC/MMA (2002). Consumo Sustentável – Manual de Educação. IDEC, São Paulo. Bibliot. Digital JACOBI, P. R. (2003). “Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade”. In: Cadernos de Pesquisa nº 118–março de 2003. Fundação Carlos Chagas, São Paulo		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



	Biblioteca	Digital
–		
MORIN, E. (2007). Ciência com Consciência. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.		
SATO, M. e CARVALHO, I. (2005). Educação Ambiental– pesquisa e desafios. Artmed, Porto Alegre.		
UNESCO (1999). Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Ed. Ibama, Brasília		
VEIGA, J. E. (2006). Meio ambiente e desenvolvimento. SENAC, São Paulo		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ENSINO MÉDIO	4	100
EMENTA Observação, participação e registros de ações pedagógicas em turmas em nível médio; Planos de ensino; Conceitos, práticas e avaliação; Avaliação como forma de rever sua prática pedagógica; Organização e apresentação de relatório. Estágio de docência em disciplinas de nível médio.		
OBJETIVO Possibilitar a prática pedagógica e reflexões sobre conhecimentos teóricos-práticos referentes às ações pedagógicas em nível médio		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006 BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018 LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. ALARCÃO, Isabel (Org.). Formação reflexiva de professores – estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora, 1996. CARVALHO, Gislene T. R. Delgado de; ROCHA, Vera H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004. PIMENTA, Selma G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GUEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17–52. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). SACRISTÁN, José Gimeno. Poderes instáveis em educação. Tradução. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Original em espanhol.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES JOSSO, Marie Christine. Experiências de vida e formação. Tradução José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004. MENDES, Bárbara Maria Macedo. Formação de professores reflexivos: limites,		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



possibilidades e desafios. *Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 13, p. 37–45, jul./dez. 2005.

MENDES, Iran Abreu; MARTINS, André Ferrer Pinto. *Didática*. Natal, RN : EDUFRN, 2006. PERRENOUD, Philippe et al. *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* 2. ed. Tradução de Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre: Artmed, 2001.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO INTEGRAL: POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO	2	36
EMENTA		
<p>Estudos sobre a construção e implementação da Educação Integral. Concepções históricas e filosóficas da Educação Integral. Concepções políticas e pedagógicas da Educação Integral. Construção do sujeito perante a Educação Integral. Paradigmas contemporâneos da Educação Integral. Projeto Político Pedagógico na Educação Integral.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender conceitos, políticas, planejamento e gestão no processo de Educação Integral.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Org.). Retrato da escola no Brasil. Brasília: CNTE, 2004. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). O projeto político–pedagógico da escola: uma construção possível. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p>BRASIL. Educação Integral: Texto referência para o debate nacional. Ministério da Educação. Série Mais Educação Integral. Brasília:2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf</p> <p>CAVALIERE, A. M. Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.</p> <p>COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, Anete e MOLL, Jaqueline. Para além do fracasso escolar. Campinas, Papyrus, 1997. p. 191–208.</p> <p>COLL, César. Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso. In: Comunidade e escola: a integração necessária. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>MEC. Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2004. MOLL, Jaqueline. Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. _____. Ciclos na escola, tempos na vida. Criando possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da Educação Integral na Política social. In: Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 07–13, 2006.

ABRAMOVAY, M. (coord.). Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: MS: UNESCO, 2004, 122 p. [versão resumida]

SANTOS, Cleidimar Barbosa dos. O pedagogo/coordenador pedagógico/especialista e sua relação com o projeto político–pedagógico da escola. In: Cadernos de Educação da CNTE. Brasília, 2008. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, UNESCO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2007. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SILVA, Aída Maria Monteiro;



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente EDUCAÇÃO E TRABALHO	Créditos 2	Horas 36
EMENTA A natureza da educação e suas especificidades. As relações de trabalho na história. O trabalho como princípio educativo. Mudanças no mundo do trabalho no modo de produção capitalista e os impactos na educação. Reestruturação capitalista, reformas do estado e o mundo do trabalho. Mediações entre as relações de produção no capitalismo e a prática social educacional.		
OBJETIVO Compreender a relação Trabalho e Educação, no que concerne aos seus aspectos ontológicos e históricos, analisando a especificidade e natureza da educação escolar, relacionando-as à prática social do trabalho, e discutir as mudanças no mundo do trabalho e a especificidade do Trabalho e da Educação no Modo de Produção Capitalista.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. FERRETI, Celso João. Novas Tecnologias, Trabalho e Educação. 11 ed. Vozes, 2009. MÉSZÁROS, István. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. Disponível em: http://books.google.com.br SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: http://books.google.com.br LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). Marxismo e Educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: http://books.google.com.br MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988. MARX, GRAMSCI E VIGOTSKI: Aproximações. 3ª Edição, Junqueira e Marin editora, 2012		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Créditos
ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS	2	36
EMENTA Conceitos Básicos como o de Escravo, Escravizado, Negro, preto, pardo, afrodescendente. Democracia Racial. Mestiçagem. Ideologia do Branqueamento. Raça. Racismo, Discriminação racial. Preconceito racial. Desigualdade; Desigualdade sociorracial. Ações Afirmativas. Relações raciais na Educação. Lei nº 10.639/2003. História e memória dos povos indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani e Caingangue.		
OBJETIVO Conhecer os conceitos básicos: Escravo, Escravizado, Negro, preto, pardo, afrodescendente. Democracia Racial. Mestiçagem. Ideologia do Branqueamento. Raça. Racismo, Discriminação racial. Preconceito racial. Entender os aspectos da Desigualdade; Desigualdade sociorracial; Conhecer as ações afirmativas; Discutir sobre as Relações raciais na Educação; Conhecer as diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani e Caingangues.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. Desigualdades de gênero, raça e etnia. Curitiba: InterSaberes, 2012. FREITAS, Fátima e Silva. A diversidade cultural como prática na educação. Curitiba: Ibpex, 2011. PAULA, Claudia Regina de. Educar para a Diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: Ibpex, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto (Orgs.). Afirmando Diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. Ed. Campinas: Papirus, 2011. FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
ECOPELAGOGIA	2	36
EMENTA		
<p>O educador e sua autoeducação. Meio ambiente e cotidiano. Princípios de sustentabilidade. Cidadania ambiental. Cultura da sustentabilidade. Ecopedagogia e educação ambiental. Correntes pedagógicas sustentáveis e solidárias. Pedagogias para a sustentabilidade: Ecopedagogia e sustentabilidade planetária.</p>		
OBJETIVO		
<p>Refletir sobre os paradigmas e valores que embasam a educação vigente e, por conseguinte, as relações humanas com o meio-ambiente</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRASIL. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 – Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação ambiental</p> <p>DIAS, Genebaldo Freire. Educação e Gestão Ambiental. Ed. Gaia, 2006. DIAS, Genebaldo Freire. Pegada ecológica e sustentabilidade humana. São Paulo: Editora Gaia, 2002.</p> <p>GUTIÉRREZ, Francisco. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. Ed. Cortez, 1999.</p> <p>GUTIÉRREZ, F.; ROJAS., Cruz Prado. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.</p> <p>PELIZZOLI, Marcelo L. A emergência do paradigma ecológico. Ed. Vozes, 1999.</p> <p>PELIZZOLI, Marcelo L. Homoecologicus: Ética, educação ambiental e práticas vitais. Caxias do Sul, RS: Editora Educus, 2011.</p> <p>MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>MANCE, Euclides A. Como organizar redes solidárias. DP&A Ed. 2003. LEGAN, Lúcia. A Escola Sustentável. Imprensa Oficial SP, 2004.</p> <p>LOUREIRO, Carlos F.B. Cidadania e Meio Ambiente. Série construindo os Recursos do Amanhã, vol. 1. Centro de Recursos Ambientais, 2003.</p> <p>MACY, Joanna e Brown, Molly Y. Nossa vida como Gaia. Práticas para reconectar nossas vidas e nosso mundo. São Paulo: Editora Gaia, 2004</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
TCC II – Produção de Pesquisa	2	36
EMENTA		
<p>As grandes áreas do conhecimento e as sub-áreas do curso. As pesquisas científicas na área do conhecimento específico.</p> <p>Elaboração de um trabalho acadêmico científico de forma sistemática, que vise a conclusão do curso.</p> <p>A Coleta e a análise dos dados de uma pesquisa científica.</p> <p>Resultados de uma pesquisa científica.</p>		
OBJETIVO		
<p>Analisar e discutir conteúdos que estimulem no acadêmico o espírito científico e o pensamento reflexivo-crítico, com ênfase na capacidade de expressar por escrito e oralmente, capacitando o aluno a elaborar um trabalho acadêmico científico de forma sistemática, que vise a conclusão do curso.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LIMA, S. F. de; QUEIROZ, S. R. de S. Manual: Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Patrocínio: UNICERP, 2010. Disponível em: http://www.unicerp.edu.br/images/imagens_do_site/manual/manual.pdf Acesso em 31 jul. 2017. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. rev. e ampl. De acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2002.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 6ª reimp. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MEDEIROS, J. B. Redação Científica: prática de fichamento, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>OLIVEIRA NETTO, A. A. Metodologia da Pesquisa Científica: Guia Prático para apresentação de trabalhos Acadêmicos. Florianópolis: Visual Books, 2005.</p>		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
PROJETOS INTEGRADORES INTERDISCIPLINARES	2	36
EMENTA A construção do conhecimento científico; marco teórico sua importância na construção e definição da pesquisa. Discussão e seleção de temas para pesquisa; delineamento do estudo; estruturação do projeto de pesquisa. Elaboração e apresentação sistemática da execução das diversas etapas das pesquisas e da iniciação científica em andamento para os pares de acadêmicos e docentes.		
OBJETIVO Desenvolver projetos na área educacional, ambiental, empresarial e das tecnologias.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In. ORTIZ, Renato (org.) Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. BOOTH, Waine C., COLOMB, Gregory G. e WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. São Paulo: Cortez, 1991.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE II	2	36
EMENTA A prática científica interdisciplinar, permeada pela aprendizagem colaborativa e a investigação científica em laboratório. Desenvolvimento do laboratório institucional com eixo articulador central Educação e Meio Ambiente, entendido como espaço formativo permanente, sistemático e colaborativo de estudos e investigações empiricamente fundamentados para aprimorar práticas em Educação e Meio Ambiente. Criação e formulação de projetos de pesquisa e intervenção vinculados às demandas identificadas e às linhas de pesquisa subordinadas ao tema norteador: Educação e Meio Ambiente. Processo de coleta de dados para caracterização da prática investigada.		
OBJETIVO Produzir conhecimento por meio da atividade científica e pela criação de novas possibilidades de intervenção no tempo presente, tendo como eixo norteador a Educação e o Meio Ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO FILHO, Targino / Thiollent, Michel Jean–Marie. Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão / Targino de Araújo–Filho; Michel JeanMarie Thiollent; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. PAVIANI, J. Interdisciplinaridade: conceito e distinções. Porto Alegre: Edições Pyr, 2005. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Editora Cortez. São Paulo, 2017. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES HERNANDEZ, F; VENTURA M. Os projetos de trabalho: uma forma de organizar conhecimentos. In: Hernandez, F. e Ventura, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade**: conceitos, problemas e perspectivas. In: LEVY, T.; GUIMARÃES, H.; POMBO, O. **A interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. 2. ed. Lisboa: Texto, 1994. p. 8–14. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/mathesis/interdisciplinaridade.pdf>
Acesso em: 23 set 2021.

SCHOSSLER, D. C. **Projetos interdisciplinares visando à formação de alunos pesquisadores**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino de Ciências Exatas, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 05 jul. 2013. Acesso em: 06 abr. 2022.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



OITAVO PERÍODO		
Componente	Créditos	Horas
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	2	36
EMENTA Desenvolvimentos finais da pesquisa científica. A devolução da pesquisa a comunidade escolar.		
OBJETIVO Discussões e defesas dos resultados da pesquisa científica mediante bancas de defesa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Componente	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2	36
EMENTA Aspectos Teóricos da educação de pessoas jovens, adultas. O desenvolvimento e a aprendizagem de jovens, adultos e idosos. Políticas públicas na educação de jovens e adultos (EJA). Alfabetização de jovens e adultos: fundamentos teórico-metodológicos. A construção do projeto político-pedagógico de EJA. Programas e alternativas metodológicas na área de EJA.		
OBJETIVO Conhecer e analisar as políticas públicas no âmbito da educação de jovens e adultos, compreendendo o papel social, político e cultural da educação de jovens e adultos, problematizando o acesso aos processos de ensino-aprendizagem, bem como as práticas pedagógicas nesta modalidade de ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS CARVALHO, Célia. Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, 1989. CEDI. Educação de jovens e adultos. Subsídios para a elaboração de políticas		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



municipais. São Paulo, CEDI, 1990.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo, Cortez, 1995.

MAGLAIVE, G. Ensinar adultos. Portugal, Porto editora, 1995. RAAB. Práticas educativas e a construção do currículo. In: Revista de educação de jovens e adultos: Alfabetização e cidadania. São Paulo, nº 11, abril, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO DO CAMPO	2	36
EMENTA Constituição histórica da Educação do Campo como prática social e categoria teórica; questões do debate atual sobre Educação do Campo. Análise do meio rural em toda sua amplitude sociológica, cultural, agrária e econômica que permita ao acadêmico apreender a realidade concreta do homem do campo. O homem do campo e suas concepções.		
OBJETIVO Refletir sobre a atuação do movimento e da sociedade na articulação teoria e prática, possibilitando o envolvimento na construção de bases reflexivas sobre o atual contexto da educação do campo. Vincular a formação teórico–prática do Educador à dinâmica sócio–histórica das populações do campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. Projeto popular e escolas do campo . Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento Sem Terra . Petrópolis: Vozes, 2000. FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo . In: ARROYO, Miguel Gonzáles; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4	72
EMENTA Concepções sobre surdez. Constituição do sujeito surdo. Cultura e Identidade surda. Conceitos básicos relacionados à LIBRAS. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras. Diálogo e conversação. Didática par ao ensino de Libras.		
OBJETIVO Compreender o sujeito surdo, reconhecendo o uso da Língua Brasileira de Sinais e seus instrumentos de exploração com um sistema essencial para o seu desenvolvimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009. BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>

LABORIT, Emmauelle. **O Vôo da Gaivota.** Paris: Editora Best Seller, 1994.

Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>

PIMENTA, N. Números na língua de sinais brasileira (DVD). LSBVideo: Rio de Janeiro. 2009.

LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. **Letramento e Minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

_____. **Língua de Sinais e Educação do Surdo.** Série neuropsicológica. São Paulo: TEC ART, 1993. v. 3.

PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de LIBRAS 1.** 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos.** A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes** – Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



Componentes	Créditos	Horas
EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	2	36
EMENTA As bases conceituais e históricas dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Reflexões sobre as questões que afetam a cidadania e à vivência plena dos direitos e as contribuições para o desenvolvimento de responsabilização.		
OBJETIVO Oportunizar reflexões, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001. BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2002. CANDAU, Vera Maria, et al. Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 1995. CANDAU, Vera e SCAVINO, Susana (orgs.). Educar em Direitos Humanos. Rio de Janeiro: D&P Editora, 2000. DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001. COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995. NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem. São Paulo: Ática, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Construindo a Cidadania: Desafios para o Século XXI. Capacitação em Rede. Recife: RBDH, 2001. COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 2ª.Ed. São Paulo: Saraiva, 2001		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação em direitos humanos: a construção de uma escola cidadã

Componente	Crédito	Horas
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: AMBIENTES NÃO ESCOLARES		90 horas
EMENTA Conceitos e dimensões sócio políticos na estrutura de ambientes de educação não formal. Cultura(s) de espaços educativos formais e não formais. As dimensões do trabalho pedagógico: Pedagogia Social de Rua; Pedagogia Hospitalar, Pedagogia em Ambientes Empresariais, projetos sociais; Organização não governamental. A organização da práxis Pedagógica na educação não escolar, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Projetos de ação educativa em espaços não escolares.		
OBJETIVO Desencadear reflexões sobre a organização de projetos informais, não formais em espaços não escolares e as necessidades sociais de intervenções de empresas do terceiro setor que auxiliam na formação do cidadão, bem como, rever as possibilidades de construção de diferentes saberes na educação em espaços não escolares.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999. PAULA, Ercilia Maria Angeli Teixeira de. Educação, Diversidade e Esperança: A Práxis Pedagógica no contexto da escola hospitalar. 2005. PRADO, André Alves; DA SILVA, Elaine Machado; BATISTA DA SILVA CARDOSO, Mônica Aparecida. A atuação do Pedagogo na Empresa: a aplicação eficiente e eficaz da Pedagogia Empresarial. Educação, Cultura e Comunicação, v. 4, n. 7, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999. FERREIRA, Ademir A., REIS, Ana		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



C.F. & PEREIRA, Maria Isabel. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 2001

Componente	Crédito	Horas
EDUCAÇÃO, SAÚDE E CORPO	2	36 horas

EMENTA

O crescimento e desenvolvimento da criança e a proteção à saúde. Conceito de higiene e corpo. A sexualidade da criança. Avaliação das condições de saúde da criança na escola. Aspectos funcionais e emocionais que interferem no processo de aprendizagem e a manutenção da saúde na infância. A participação da comunidade na atenção à saúde das crianças de 0 a 10 anos através de ações de proteção. A saúde e o ambiente escolar.

OBJETIVO

Discutir, analisar e compreender a Educação e Saúde na perspectiva biopsico-sociocultural, visando possibilitar aprimoramento e revisão conceitual, procedimental e atitudinal aos futuros pedagogos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LEVY, S. N. et al. (2003). Educação em Saúde: histórico, conceitos e propostas. Brasília: CNS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/educacaosaude/educacaosaude.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

LOURO, G.L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TIBA, I. A Orientação Sexual nas Escolas. In Adolescência: o Despertar do Sexo: um Guia para Entender o Desenvolvimento Sexual e Afetivo nas Novas Gerações. São Paulo: Gente, 1994.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COSTA, R.P. Os 11 sexos: As múltiplas Faces da Sexualidade Humana. 3ª ed. São Paulo: Gente. 1994.

BUSQUETS, M. D.; LEAL, A. A. Educação para saúde. In: BUSQUETS, M.D.; CAIZOS, M.; FERNÁNDEZ, T.; LEAL, A.; MORENO, M.; SASTRE, G. Temas transversais em Educação: bases para uma formação integral. 6ª ed. São Paulo:



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Ática, 2000. p.61–103.

FOCESI, E. Uma nova visão de Saúde Escolar em Saúde na escola. Rev. Bras. Saúde Escolar, n.2, p.19–21, 1992. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. TORRES, J. O curriculum oculto. Portugal: Porto Editora, 1995.

SILVEIRA, G. T. Escola promotora da saúde: quem sabe faz a hora! 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



Componente	Créditos	Horas
Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente III	2	36
EMENTA A prática científica interdisciplinar, permeada pela aprendizagem colaborativa e a investigação científica em laboratório. Desenvolvimento do laboratório institucional com eixo articulador central Educação e Meio Ambiente, entendido como espaço formativo permanente, sistemático e colaborativo de estudos e investigações empiricamente fundamentados para aprimorar práticas em Educação e Meio Ambiente. Desenvolvimento de projeto de pesquisa e/ou projeto de intervenção vinculados às demandas identificadas e às linhas de pesquisa subordinadas ao tema norteador: Educação e Meio Ambiente. Análise e discussão dos dados coletados. Submissão dos resultados à revisão dos pares para compartilhamento no Simpósio do Labedum.		
OBJETIVO Refletir e compreender como a prática da experimentação no Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente pode contribuir para a formação no Ensino Superior e para a formação integral no âmbito científico–acadêmico, político, cultural e social e, disseminar o conhecimento produzido no evento “Simpósio Labedum”, fomentando novas pesquisas e experimentações na FAMA.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS MOREIRA, Mariana Aranha. De ator a autor do processo educativo: uma investigação interdisciplinar. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. MOURA, Dácio Guimarães de. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. POOLI, João Paulo et al. Projetos interdisciplinares. Curitiba: Intersaberes, 2013. SCHOSSLER, D. C. Projetos interdisciplinares visando à formação de alunos pesquisadores. 2013. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino de Ciências Exatas, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 05 jul. 2013. Acesso em: 06 abr. 2022.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade**: conceitos, problemas e perspectivas. In: LEVY, T.; GUIMARÃES, H.; POMBO, O. **A interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. 2. ed. Lisboa: Texto, 1994. p. 8–14. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/mathesis/interdisciplinaridade.pdf> Acesso em: 23 set 2021.

ROL DE COMPONENTES OPTATIVOS

As ementas e bibliografias serão discutidas em colegiado quando a eletiva for ofertada.

- Literatura Infantil
- Jogos e brincadeiras na Educação Infantil e no Ensino Fundamental
- Dança e Educação
- Saúde no espaço escolar
- O meio Ambiente na Educação Infantil
- Teoria histórico-cultural e educação escolar
- Teoria Histórico-crítica e formação de professores
- Introdução a Teoria do Materialismo Histórico-Dialético
- Educação Ambiental e Infância
- Jogos de Matemática para os Anos Iniciais
- Produção de Materiais Pedagógicos para os Anos Iniciais
- Produção de Jogos Pedagógicos para a alfabetização
- Teorias da Educação
- Práxis em Paulo Freire
- Projeto: Meio Ambiente no Ensino Fundamental
- Seminário de Administração Escolar
- Educação especial, inclusão escolar e políticas de atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
- Relações de Gênero e Educação I: Trabalho, Educação e Gênero



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



- Relações de Gênero e Educação II: Escola e Relações de Gênero
- Cultura e Educação I: Teoria da Complexidade e Cultura Escolar
- Cultura e Educação II: Imaginário e Processos Simbólicos
- Cultura e Organização I: a Multidimensionalidade do Fenômeno Sócio-Organizacional Educativo
- Financiamento da Educação Básica no Brasil
- Paulo Freire – Teoria, Método e Práxis
- Teoria dos Campos Sociais: gênese e Estrutura
- Seminários de Política Educacional
- Literatura, Cultura e Educação: Hermenêutica e Processos Formativos
- Teorias da Administração Escolar no Brasil
- Fundamentos da Avaliação de Sistemas e de Unidades Escolares
- Política Educacional e Diversidade
- Introdução à Análise e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais
- História da Infância e da Família
- Análise Psicológica do Cotidiano Escolar
- História da Escolarização Elementar no Brasil
- Introdução à Pesquisa Educacional
- Uma Introdução a História do Século XX: Cultura e Educação
- Multiculturalismo e Educação: Introdução à Temática
- Sociedade de Controle e Educação
- Educação e Pesquisa: história da Educação
- A Obra de Pierre Bourdieu: Uma Interpretação
- Leituras de Norbert Elias
- Práticas Escolares e Discursos Psicológicos: Perspectivas Críticas



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



- Ética e Educação
- Multiculturalismo na Educação
- Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: Temas Contemporâneos
- Perspectiva Histórico–Cultural: Implicações para a Prática Pedagógica
- Hannah Arendt: da Filosofia Política à Filosofia da Educação
- A Sofística como Movimento Educativo
- Leitura, Escrita, Valores e Educação
- A escola, Culturas Populares Brasileiras e Culturas Urbanas



ANEXO B – Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art 1º OS Estágio Supervisionados, Componentes Curriculares Obrigatórios do Curso de Pedagogia da FAMA englobam: docência em Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Formação de professores em nível de Ensino Médio e Gestão Escolar e em Espaços não escolares. Está baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, e no Parecer do CNE/CP nº05/2005 aprovado em 13/12/2005 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e a Resolução do CNE/CP Nº 2, de 20 DE Dezembro de 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, que preconiza a obrigatoriedade das Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado, estabelecendo a relação entre a teoria com a prática.

Art. 2º O Estágio Curricular é caracterizado como um conjunto de atividades de práticas pedagógicas exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício. A integralização da carga horária do estágio incluirá as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades, realizadas sobre responsabilidade do supervisor de estágio, no caso, o professor da disciplina de estágio do Curso de Pedagogia.

CAPÍTULO II

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia tem por objetivos:

- I - Complementar o processo de ensino e de aprendizagem;
- II - Proporcionar ao acadêmico as oportunidades para integrar e confrontar teoria e prática, por meio de discussões e produção acadêmica;
- III - Permitir ao acadêmico uma reflexão crítica da realidade educacional, ofertando-lhe



instrumentos transformadores das realidades educacionais e sociais;

IV – Capacitar o acadêmico para conviver, analisar, compreender e intervir na realidade de sua formação;

V – Propiciar aos acadêmicos experiência de exercício profissional, ampliando e fortalecendo conhecimentos e atitudes éticas;

VI – Promover a integração entre a instituição de Ensino Superior e a Comunidade;

VII – Promover a adaptação psicológica e social do estudante à sua futura atividade profissional na linha da docência na Educação Infantil, no anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas na Formação de Docentes do Ensino Médio, Gestão escolar e em espaços não escolares, através da análise e compreensão de planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos, reuniões de formação pedagógica e conselhos de classes.

VII - Estimular o desenvolvimento da criatividade, de modo a formar profissionais inovadores, capazes de aprimorar modelos, métodos, processos e de adotar tecnologias e metodologias alternativas;

VIII - Propiciar, numa dialética teórico-prática, a tradução do conteúdo ensino na Faculdade para os níveis do Ensino proposto como habilitação do Curso de Pedagogia de forma crítica - reflexiva.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art 4º No curso da FAMA, os estágios supervisionados devem respeitar as seguintes diretrizes:

I. As normas, os interesses e a organização das escolas onde se efetivarão os estágios;

II. O trabalho de orientação e execução do estágio deverá ser individual, com acompanhamento técnico sistemático e de avaliação, necessitando estar previamente aprovado pelo docente supervisor do componente curricular de estágio. O estágio somente poderá ser em duplas, se não houver turmas suficientes para o estágio individual, ou tenha um acadêmico com deficiência visual, auditiva, motora ou Autismo.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido em Instituições Educacionais



públicas ou privadas, possibilitando aos graduando experiência de exercício profissional abrangendo:

- I – Educação Infantil ;
- II - Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- III – Disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio;
- IV – Espaços não escolares;
- V – Gestão Escolar

Art. 6º As atividades realizadas durante o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado, possui características diferenciadas em conformidade com o ano em que o acadêmico está matriculado;

Art. 7º A organização do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia pressupõe diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, realizado através de estudo em sala de aula, observações, elaboração e aplicação de projetos, onde o estagiário deverá desenvolver as seguintes etapas:

§ 1º Projeto de estágio: o qual compreende as atividades planejadas a serem desenvolvidas individualmente e aplicadas nas turmas estagiadas, conforme solicitação e aprovação do professor supervisor.

§ 2º Relatório Final dos estágios: o qual deverá ser entregue no final do semestre letivo, referente às atividades desenvolvidas em uma única via encadernada em espiral ou envio online obedecendo ao cronograma proposto pelo professor supervisor de estágio. O trabalho de estágio deverá gerar um conhecimento a ser sistematizado pelo estagiário, transferido à escola, podendo ser divulgado e aproveitado pela equipe docente e de gestão das escolas. O relatório final dos estágios deverão ser apresentados, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Observação: O trabalho do estágio deverá ser avaliado de acordo com padrões estabelecidos no plano de ensino do componente curricular de estágio, considerando o produto final e o processo de construção. O acadêmico não estará aprovado no componente curricular, caso não realize ou reprove no estágio programado para a fase



determinada, acarretando impedimento para realização de estágios de etapas posteriores.

Capítulo IV

DA CARGA HORÁRIA

Art 8º A carga horária prevista para o estágio supervisionado do Curso de Pedagogia da FAMA, será a partir do 4º Período letivo, com carga horária de 486 horas assim distribuídas:

Estágio	Créditos	Teórica			APS	Total
Estágio de docência – Educação Infantil	2	36			72 (4créditos)	108
Estágio de docência – Anos Iniciais	2	36			72 (4créditos)	108
Estágio de docência – Gestão Escolar	2	36			54 (3créditos)	90
Estágio de docência – Ensino Médio	2	36			54 (3créditos)	90
Estágio em Espaços não escolares	2	36			54 (3créditos)	90
Total	10	180			306 (17créditos)	486

Art. 9º O acadêmico que exerce atividade docente no ensino regular na Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e em disciplinas de Formação de Docentes em Nível Médio estará dispensado do estágio supervisionada mediante declaração terá redução de 50% da carga horária prevista do componente curricular, quando tiver mais de um ano de atividades na função.

§ 1º Estágio de observação

O estágio de observação visa ao estagiário conhecer e ter uma visão da sistemática do espaço escolar, bem como as práticas e metodologias adotadas pelo professor regente, bem como, os trabalhos docentes implementados diante das políticas educacionais e as diferentes tendências em voga atualmente.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.555 de 31/10/2019



O estagiário também acompanha toda a parte gestacional da escola, analisando os Projetos Político Pedagógicos, regulamentos e diretrizes da escola estagiada. Deverá também, acompanhar e observar as reuniões pedagógicas, com os pais e alunos, conselhos de classes, e atividades variadas que abranjam a gestão da escola. O estagiário poderá nesta fase identificar problemas socioculturais e educacionais, que possam vir a proporcionar-lhe posturas de investigação, integração, instigando-o a proposições de projetos e ações com possíveis soluções de problemas, vistas a contribuir com superação de exclusões sociais, culturais, religiosas, políticas e ainda, na inclusão e respeito a alunos com deficiências no ensino regular.

§ 2º Estágio de participação

O estágio de participação, segunda etapa de cada estágio supervisionado, é o momento em que o acadêmico do curso de Pedagogia participa da dinâmica das aulas e dos procedimentos adotados pelos professores da turma, a qual se fará o estágio de regência. Os estagiários acompanharão professores e gestores, em possíveis reuniões pedagógicas, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos da turma, bem como atividades e projetos educativos na escola.

§ 3º Estágio de Docência

As atividades do estágio de docência oferecem a possibilidade do estagiário aliar a teórica com a prática, podendo assim ter uma visão e controle de sua futura profissão. Essa parte do estágio, compreende no planejamento na docência de regência, execução, coordenação e execução de projetos escolares.

Art. 10º O estágio supervisionado do curso de Pedagogia, sempre que possível, ocorrerá da seguinte forma:

- I. O primeiro contato com a administração e o serviço de supervisão da escola, dar-se-á por intermédio do professor do componente curricular de estágios, objetivando a coleta de informações relativas ao desenvolvimento das atividades como, número de turmas e período de funcionamento, entre outros.



- II. As informações obtidas deverão ser repassadas aos estagiários e subsidiarão o cronograma do estágio.
- III. O estagiário deverá se encaminhar a escola que pretende estagiar, apresentando-se ao diretor da escola e ao professor regente da turma. Para o estágio de Regência, o estagiário deverá dialogar com o professor regente, para que sejam seguidos os conteúdos formalizados no plano de trabalho docente do professor.
- IV. É de responsabilidade de o acadêmico imprimir os formulários pertinentes ao estágio, e solicitar aos professores e gestores as assinaturas e avaliações que serão das por estes.

CAPÍTULO IV

SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 11º A Supervisão do Estágio é realizada pelo professor da componente curricular de Estágio de cada semestre.

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 11º Apresentar o calendário e as orientações gerais, na primeira reunião com os estagiários.

Art. 12º Dispor de tempo, para atendimento aos acadêmicos orientados e de seus trabalhos durante o período de estágio., podendo este ser durante as aulas presenciais ou em horários pré-determinados com os estagiários.

Art. 13º Fornecer fontes bibliográficas para fundamentação do trabalho dos acadêmicos estagiários.

Art. 14º Estabelecer metas para o desenvolvimento do trabalho de cada orientado, em consonância ao cronograma semestral.

Art. 15º Manter canal de comunicação com a instituição escolar, a qual o acadêmico estagiará, de forma a permanecer informado sobre o andamento do trabalho.



Art. 16º Visitar as instituições educacionais de forma a pleitear vagas para estágios, bem como explicitar a importância dessa etapa para os futuros pedagogos.

Art. 17º Orientar devidamente os alunos que encontrarem dificuldade em conciliar suas áreas de estágio com a especialização dos orientadores disponíveis.

Art. 18º Acompanhar o estágio dos acadêmicos, interagindo com os mesmos, sempre que necessário para permitir o bom andamento da disciplina.

Art. 19º Organizar apresentações ao final de cada estágio, possibilitando uma interação com todos os estagiários da turma.

Parágrafo único – O professor do componente curricular de estágios supervisionados, poderá suprir sua carga horária durante as visitas as instituições escolares e no acompanhamento dos estagiários durante a implementação e estágio de regências.

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 20 A avaliação final do estágio será lançada no Sistema de registro acadêmico pelo professor do Componente Curricular, levando-se em conta os seguintes itens:

- a. Avaliação do Professor regente da turma ou disciplina estagiada, ou do supervisor e gestor da escola em que o estagiário realizou o estágio.
- b. Relatório final;
- d. Seminário de estágio.

Parágrafo Único - Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) conforme os padrões avaliativos estabelecidos na Ficha de Avaliação Individual.

Art. 21º O Relatório Final será avaliado com base nos seguintes aspectos:



- a) compatibilidade do trabalho executado com plano de estágio;
- b) qualidade do trabalho e apresentação do relatório;
- c) capacidade criativa e inovadora demonstrada através do trabalho.

Art. 22º O Relatório Final deverá ser elaborado de acordo com as recomendações contidas nas Normas Metodológicas da Instituição.

Art. 23º A data limite para entrega dos relatórios será sempre o sétimo dia útil antes do fim do semestre letivo vigente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso e docentes do Componente Curricular;

Art. 25º Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 26º As especificidades não contempladas neste Regulamento de Estágio Supervisionado terão normatização própria previsto em currículo e aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo CONFAMA.



ANEXO C – Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES- ACCs DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

Art. 1º - O presente regulamento constitui parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA visa normatizar as atividades curriculares complementares da Matriz Curricular nº

Art. 2º - As ACCs se constituem ações de ensino, pesquisa e extensão, as quais são requisitos indispensáveis para a colação de grau dos acadêmicos do curso de Pedagogia. Estas atividades devem ser desenvolvidas pelo acadêmico no transcorrer do curso de Pedagogia na FAMA.

Art. 3º As ACCs deverão perfazer o total de 200 horas a serem cumpridas a partir do 1º período do curso de Pedagogia, distribuídas em 25 horas cada semestre letivo ou 50 horas por ano, observando a tabela de horas deste regulamento, sendo obrigação do acadêmico gerenciar a sua carga horária ao longo do curso

CAPÍTULO II DAS FORMAS DE INTEGRALIZAÇÃO

Art. 4º As formas de integralização das Atividades Curriculares Complementares são as seguintes:

- Ensino.
- Pesquisa.
- Extensão.

As possibilidades para compor as Atividades Curriculares Complementares na área do ensino são as seguintes:



Estágios curriculares não obrigatórios – 20 horas.

Art. 5º Serão consideradas atividades de estágios curriculares não obrigatórios àquelas realizadas nos espaços de educação formal e não-formal que tenham estreita relação com a atividade exercida pelo futuro pedagogo.

- Para cada 6 (seis) meses de estágio curricular não-obrigatório, o acadêmico terá direito a convalidação de 10 (dez) horas das ACCs.
- A comprovação da participação na modalidade de estágio dar-se-á mediante apresentação de documento oficial da instituição vinculada, na qual conste indicação do tipo de atividade desenvolvida.
- Participação em grupos de estudos – 10 horas.

Art.6º Para comprovar a sua participação em grupos de estudos oferecidos pela FAMA o acadêmico deverá apresentar uma declaração assinada pelo professor responsável, constando a carga horária e as atividades realizadas.

- Disciplinas extracurriculares – 10 horas.
- São consideradas disciplinas extracurriculares aquelas que tenham sido cursadas fora da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia.
- A disciplina a ser validada deverá ter relação direta com a área de formação do Curso de Pedagogia.
- Para validar a disciplina extracurricular o acadêmico deverá apresentar um atestado fornecido pela IES que comprove a frequência, a carga horária e o aproveitamento da respectiva disciplina.

Art. 7º Participação em grupos de pesquisa – 15 horas.

- Para comprovar a sua participação em grupos de pesquisa oferecidos pela FAMA o acadêmico deverá apresentar uma declaração assinada pelo professor responsável do grupo de pesquisa, constando a carga horária e as atividades realizadas.

Art. 8º Realização de projetos de pesquisa – 15 horas.

- A comprovação da realização de projetos de pesquisa dar-se-á mediante



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



documento oficial da FAMA, constando o título do projeto, o nome do professor orientador e referência explícita à forma de participação do acadêmico na sua execução.

Art. 9º Publicação de artigos – 20 horas.

- Para comprovar a publicação de artigos o acadêmico deverá apresentar uma cópiado referido artigo, indicando o local e a forma de publicação.
- Para ser convalidado como Atividade Curricular Complementar o artigo deverá ser publicado em revista científica reconhecida no meio acadêmico.
- Cada artigo publicado terá a convalidação de 10 horas das ACCs.

Art.10º Apresentação de trabalhos de iniciação científica – 20 horas.

- A comprovação da apresentação de trabalhos de iniciação científica dar-se-á mediante certificado de participação ou documento equivalente, no qual conste explicitamente a participação do acadêmico na socialização do artigo de sua autoria em evento reconhecido para esta finalidade.
- Para cada apresentação realizada nos trabalhos de iniciação científica serão convalidadas 10 horas das ACCs.
- A iniciação científica realizada no decorrer do curso como prática de estágio supervisionado não poderá ser computada como Atividade Curricular Complementar, porém, a apresentação dos resultados do projeto em evento de iniciação científica dará ao acadêmico o direito de convalidar esta atividade, exceto quando a apresentação é exigência da disciplina de estágio.

Art 11º Participação em cursos de atualização, mini cursos, seminários, jornadas acadêmicas, oficinas, congressos, oferecidos pela FAMA 20 horas semestrais.

Art 12º A comprovação da participação do acadêmico nas atividades de extensão dar-se-á mediante cópia do certificado de participação expedido pela FAMA.

Art. 13º Proferir palestras e atividades de formação com participação de professores da FAMA- 10 horas.



FAMA

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 3755/2016
Recredenciada pelo Decreto nº 3418 de 20/11/19 Diário Oficial nº 10.567 de 20/11/2019
Portaria 0130/2019 publicado no Diário Oficial do Paraná nº 10.556 de 31/10/2019



- Será utilizada, para efeitos de comprovação da participação em palestra e atividades de formação uma declaração na qual conste: duração, tipo de atividade desenvolvida e assiduidade a ser emitida pelo professor(a) responsável que acompanhou o acadêmico na realização desta atividade.

Art. 14º Organização de eventos – 10 horas.

- A organização de eventos relacionados às áreas de formação do curso, será convalidada mediante a apresentação de certificados ou documentos equivalentes que comprovem a participação nesta atividade.
- Atividades de monitoria – 15 horas.
- Participação em Eventos (Colóquios, Seminários, Congressos, Conferências, Palestras, Cursos, Mini-cursos) na área ou áreas afins, em outras instituições, desde que comprove a carga horária e ementa no verso do Certificado – até 15 horas semestrais.
- A comprovação da participação do acadêmico em atividades de monitoria realizadas pelo Curso de Pedagogia da FAMA dar-se-á mediante a apresentação de uma declaração expedida pela secretaria da instituição – 15 horas.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE CADASTRO E PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS

Art.15º Os acadêmicos deverão protocolar requerimento na secretaria acadêmica pessoalmente ou via procuração com assinatura registrada.

Art.16º Os comprovantes da realização das Atividades Curriculares Complementares deverão ser protocolados durante os períodos letivos, conforme horas mencionadas cima por semestre ou anualmente na Secretaria Acadêmica da FAMA, mediante o preenchimento de requerimento específico para esta finalidade e apresentação dos documentos originais para conferência, conforme informações publicadas em Edital pela Faculdade FAMA.

CAPÍTULO IV



DA ANÁLISE E PARECER

Art. 17º Os documentos a serem apresentados deverão ser:

- Cópia do material publicado onde conste ISSN ou ISBN;
- Certificado emitido pela Coordenação de Extensão da FAMA;
- Certificado emitido pela organização do evento em que o acadêmico participou;
- Declaração ou certificado emitido pela Coordenação de Extensão;
- Declaração da instituição, em papel timbrado, com a carga horária cumprida;

Enfim, a análise dos documentos ficará ao encargo da Coordenação do Curso que deverá emitir o parecer do requerimento de integralização e a Secretaria Acadêmica fará o registro das Atividades Curriculares Complementares, observando a efetivação da matrícula do acadêmico em cada um dos semestres.

Art. 18º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação das Atividades Curriculares Complementares.



ANEXO D – Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º – O trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade obrigatórias, constituída por componente curricular obrigatório que denomina-se “Seminário de Produção Científica”, constituindo assim uma sistematização do trabalho realizado em “Projetos Integradores Interdisciplinar”. O TCC integra a formação do Pedagogo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente de Clevelândia – FAMA. Todos os TCC deverão ter como tema: Educação Ambiental.

Capítulo II – Dos Objetivos e Características

Art. 2º – O TCC do Curso de Pedagogia tem como objetivos:

- I – Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa.
- II – Oportunizar momentos críticos–reflexivos de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de sua formação.
- III – Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.
- IV – Intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes em diversos campos educacionais.
- V – Oportunizar aos futuros pedagogos um espaço de pesquisa na área educacional culminando em elaboração de Seminários de Produção científica.
- VI – Estimular o espírito de professor–pesquisador, pedagogo–pesquisador.
- VII – Estimular a sua formação continuada na área educacional como parte integrante do futuro profissional.
- VIII – Promover a interdisciplinaridade entre a base conceitual do Curso de Pedagogia juntamente com a temática ambiental, um dos eixos norteadores do curso.

Art. 3º – O Trabalho de Conclusão de Curso será produção de artigo científico vinculado a



projetos de pesquisa, ensino e extensão ou referente a confecção de produtos didáticos– pedagógicos dirigidos ao âmbito educacional, cujos processos e resultados sejam documentados.

Capítulo III

Das Atribuições

Art. 4º – Haverá um docente do componente curricular que direcionará os conceitos e teorias que deverão ser desenvolvidos para a elaboração do projeto de Pesquisa e seu artigo final ou monografia final. Cada acadêmico escolherá um docente do curso de Pedagogia da FAMA para ser seu orientador tanto no projeto como no artigo final de acordo com o tema pretendido.

§ 1º – Cada orientador de TCC será escolhido pelo próprio acadêmico;

§ 2º – O professor orientador deverá combinar dias e horas com os acadêmicos para orientação do projeto e do Trabalho final, registrado em fichas de presenças, as quais deverão ser entregues ao final da defesa. As orientações não poderão ser em horário de aula, pois cada professor orientador receberá por cada acadêmico orientado.

§ 3º – Fica estabelecido que a cada orientação definida para o Professor(a) Orientador(a) culminará uma gratificação por acadêmico orientado, sendo no máximo cinco orientandos para cada orientador.

Art.5º – São atribuições do Coordenador de Curso:

I – Fazer o levantamento das temáticas de investigação junto aos acadêmicos envolvendo questões de educação e meio ambiente;

II – Promover e organizar reuniões com os orientadores a título de acompanhamento dos avanços da atividade de orientação. Tais encontros deverão ser periódicos (mensais ou bimestrais);

III – Organizar as bancas examinadoras junto com os professores orientadores e fixar o cronograma de apresentação dos trabalhos;

IV – Supervisionar o trabalho desenvolvido pela Banca Examinadora e coletar os respectivos pareceres e notas.



Art.6º – Ao orientador de TCC compete:

- I – Apresentar aos acadêmicos o funcionamento do TCC; planejar o desenvolvimento do trabalho; e definir as regras de atuação com o acadêmico sob sua orientação;
- II – Orientar o(a) acadêmico(a) na construção do projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando as normas da Metodologia Científica;
- III – Indicar bibliografia adequada à construção do Projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV – Considerar com o (a) acadêmico (a) as reformulações necessárias, orientando-o continuamente durante a elaboração do trabalho;
- V – Avaliar os trabalhos parciais de desenvolvimento de TCC, iniciando-se no projeto até o trabalho final;
- VI – Organizar a banca examinadora junto com o coordenador de estágio, indicando o terceiro membro da banca;
- VII – Coordenar as bancas examinadoras de seu (s) orientando (s);
- VIII – Formalizar junto ao Curso de Pedagogia os resultados da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso através de entrega da ata de reunião da banca devidamente assinada e com a média aritmética obtida pelo acadêmico (a);
- IX – Controlar a frequência dos acadêmicos sob sua orientação por meio de instrumento próprio;
- X – Receber a versão final aprovada e orientar o encaminhamento desta pelo acadêmico à Secretaria Acadêmica e coordenação.

Art.7 – O professor orientador deverá ser docente do Curso de Pedagogia da FAMA.

§ 1º – Cada Professor do Curso de Pedagogia orientará no mínimo 5 (cinco) TCCs.

§ 2º – O acadêmico deve ser um acadêmico regularmente matriculado no Curso de Pedagogia.

Art.8º – Ao acadêmico compete:

- I – O acadêmico deverá estar regularmente matriculado no Curso de Pedagogia da Faculdade FAMA.
- II – Entrar em contato com o Professor Orientador respeitando os prazos previstos no cronograma de TCC;
- III – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para o TCC, preenchendo todos os registros necessários à consecução do trabalho;



- IV – Desenvolver as atividades do TCC de acordo com as condições definidas neste Regulamento e com as normas da Faculdade FAMA.
- V – Participar das atividades definidas com o Professor Orientador;
- VI – Cumprir os prazos de entrega de relatórios, parciais e final;
- VII – Tomar conhecimento das normas do TCC e seu funcionamento;
- VIII – Elaborar o projeto de pesquisa do TCC e encaminhá-lo ao Professor Orientador para a aprovação;
- IX – Realizar a atividade de TCC conforme o previsto no Projeto, e dentro do cronograma;
- X – Encaminhar para cada parecerista uma cópia encadernada do TCC, além de do envio em formato digital (DOC ou PDF) para que estes possam verificar se há ou não casos de plágios.
- XI – Reformular o TCC de acordo com eventuais indicações dos pareceristas;
- XII – Enviar um arquivo (PDF) do TCC com a declaração de aprovação e as devidas assinaturas dos componentes da Banca, do Orientador e do Acadêmico, e uma cópia para a Coordenação do Curso desta versão, no prazo máximo de 15 dias, após a apresentação do TCC.
- XIII — Comunicar por escrito ao Coordenador de Curso qualquer irregularidade que comprometa o desenvolvimento do trabalho.

Art.9º – Aos pareceristas compete:

- I – Avaliar e emitir parecer conforme Regimento do TCC.
- II – Verificar se há situações de plágios ou irregularidades no TCC.

Capítulo IV

Da Operacionalização

Art.10º – O TCC deverá obrigatoriamente ser desenvolvido individualmente.

Art.11º – De acordo com o cronograma de atividades:

- I – O Coordenador de Curso deverá encaminhar relação indicando os temas que os professores têm interesse em orientar.
- II – O Coordenador de Curso deve divulgar relação com os temas de interesses dos acadêmicos, bem como, as possibilidades de orientação dos orientadores;
- III – Os temas de interesse podem/devem explorar a temática ambiental;
- IV — Caso o acadêmico participe de projeto de pesquisa, poderá indicar o nome do professor;



Capítulo V

Da avaliação

Art.12º — O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado por uma banca examinadora composta por três integrantes: orientador do trabalho, coordenador da banca e outros dois professores, sendo um interno da Faculdade FAMA e outro externo.

§ 1º — A composição da banca examinadora, além da presença obrigatória do orientador, terá como segundo membro um professor que compõe o colegiado de curso, cuja formação tenha afinidade com o tema, e no caso do terceiro membro, a escolha se dará por meio de entendimento entre o Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso e o/a Orientador/a.

Art.13º Os procedimentos da banca examinadora serão os que seguem:

- I – O acadêmico terá no máximo 20 minutos para apresentar a defesa de seu TCC, seguida de 10 minutos para arguição;
- II – A apresentação perante a banca examinadora será aberta à participação do público;
- III – Após a apresentação do trabalho pelo acadêmico e posterior arguição, ocorrerá a apresentação de pareceres e sugestões dos membros da banca avaliadora;
- IV – O(a) acadêmico (a) que não obtiver média mínima de sete (7,0) estará automaticamente reprovado no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo necessário refazer a disciplina.

Art.14º A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros da banca será efetuada com base no trabalho escrito apresentado pelo acadêmico(a), observando os seguintes indicativos:

- I. Clareza na definição do problema;
- II. O processo de orientação e de investigação;
- III. No corpo do texto:
 - a) Relação do objeto com as linhas de pesquisa, ensino e extensão do curso;
 - b) Bibliografia básica e secundária utilizada para fundamentar o desenvolvimento do trabalho;
 - c) Organização, raciocínio lógico e implicação pessoal na redação;



- d) Uso das normas técnicas;
- e) Clareza e sistematicidade na apresentação escrita.

Art.15º O acadêmico ficará reprovado nas seguintes situações:

I – Entregar o trabalho final e não se apresentar para a defesa oral;

II – Obter nota final inferior a 7,0 (sete).

§ 1º – Em caso de reprovação, o acadêmico deverá refazer o TCC no próximo ano letivo.

Art.16º Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão colocados à disposição do público e posteriormente incluídos no repositório de TCC da Faculdade FAMA, sob domínio público.

Parágrafo único – Os trabalhos aos quais forem comprovados plágio (no todo ou em partes) serão submetidos ao Colegiado de Curso, o qual decidirá sobre o encaminhamento para o Conselho de Ética para deliberações subsequentes, estando automaticamente reprovados.

Capítulo VI

Das disposições gerais e transitórias

Art.17º No caso de solicitação de ajustes pelos pareceristas, caberá reapresentação do trabalho ao Professor Orientador com as alterações e complementações apontadas em até 15 dias após a data da apresentação do trabalho.

§ 2º – Os pareceres deverão ser entregues ao Coordenador de Curso conforme previsto no Cronograma de atividades.

§ 4º – A nota final será calculada pela média das notas dos pareceristas.

CAPÍTULO VII – Disposições finais

Art.18º – Não caberá a realização de Exame Final para o TCC.

Art.19º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia da FAMA, no âmbito de sua competência.

Art.20º – O presente regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.